



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MÁRCIO BARAÚNA BENTO

**A DINÂMICA DA (RE)PRODUÇÃO DOS PARQUES URBANOS: UM ESTUDO DO
PARQUE MUNICIPAL GERMANO AUGUSTO SAMPAIO EM BOA VISTA-RR**

Boa Vista, RR

2018

MÁRCIO BARAÚNA BENTO

A DINÂMICA DA (RE)PRODUÇÃO DOS PARQUES URBANOS: UM ESTUDO DO
PARQUE MUNICIPAL GERMANO AUGUSTO SAMPAIO EM BOA VISTA-RR

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado em Geografia, do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras

Boa Vista, RR

2018

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

B478d Bento, Márcio Baraúna.

A dinâmica da (re)produção dos parques urbanos : um estudo do parque municipal Germano Augusto Sampaio/ Márcio Baraúna Bento. – Boa Vista, 2018.

123 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

1 – Parques urbanos. 2 – Espaço geográfico. 3 – Territorialidades. 4 – Parque Municipal Germano Augusto Sampaio - PMGAS. I – Título. II – Veras, Antônio Tolrino de Rezende (orientador).

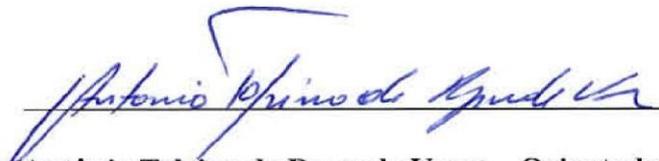
CDU – 502.7 (811.4)

Ficha Catalográfica elaborada pela: Bibliotecária/Documentalista:
Marcilene Feio Lima - CRB-11/507-AM

MÁRCIO BARAÚNA BENTO

A DINÂMICA DA (RE)PRODUÇÃO DOS PARQUES URBANOS: UM ESTUDO DO PARQUE MUNICIPAL GERMANO AUGUSTO SAMPAIO EM BOA VISTA-RR

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico. Defendida em 12 de dezembro de 2018 e avaliada pela seguinte banca:



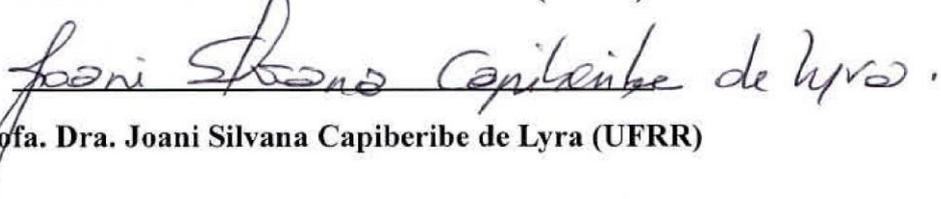
Prof. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras – Orientador (UFRR)



Prof. Dr. Artur Rosa Filho (UFRR)



Profa. Dra. Graciete Guerra da Costa (UFRR)



Profa. Dra. Joani Silvana Capiberibe de Lyra (UFRR)

Dedico este trabalho a minha linda
esposa Sulamita Bento, meus filhos e em
especial a Mariana e a toda a família
Baraúna, Bento e Pereira.

AGRADECIMENTOS

À Deus, toda honra e toda glória seja dada a Ele. Obrigado Deus por mais essa conquista, desde o processo seletivo até aqui. Muito Obrigado!

À minha esposa que esteve sempre ao meu lado, me ajudando.

Aos meus filhos, Josué, Mariana e Alice, por me incentivarem.

Aos meus Pais – Rubinho e Walbélia por tudo que fizeram por mim e que serão sempre minha referência de vida.

A Universidade Federal de Roraima pela oportunidade no campo científico e de muitas oportunidades de crescimento.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia pelo empenho, trabalho, dedicação e respeito ao aluno do curso.

Ao meu orientador Prof. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras pela dedicação em todas as orientações durante o trabalho.

Aos meus irmãos e minha irmã por estarem sempre ao meu lado.

Aos meus colegas de mestrado, ótima turma.

*(...) O espaço é testemunha
dos tempos complexos e banais
que se aproximam, se definem, se afetam,
se alinham nas fronteiras relacionais.*

(Poema extraído do livro "Geografia em tempos, espaços, pensamentos...")
Luiz Carlos Flávio

RESUMO

A presente dissertação consiste em uma análise da espacialização dos Parques Urbanos em Boa Vista-RR, e como estudo, o Parque Municipal Germano Augusto Sampaio – PMGAS, localizado na zona oeste da cidade. O ambiente urbano precisa ser visto sob múltiplos aspectos, sejam eles físicos, sociais, econômicos ou culturais e, nesta perspectiva, a Geografia como ciência social tem também como objeto, sociedade e espaço, que são trabalhados nesta pesquisa a partir da formação do Espaço Social. Assim, a pesquisa tem como objetivo compreender a (re) produção dos espaços a partir das territorialidades no Parque Municipal Germano Augusto Sampaio – PMGAS. É com este olhar que a pesquisa apresenta uma discussão geohistórica para pensar os parques urbanos, tanto em experiências, urbanidades e contemporaneidades, quanto ao conceito, tipologias e o papel nas cidades. Apresenta como marco teórico, Henri Lefévre, na análise marxista, aponta que o espaço, entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social. Para alcançar o objetivo, a pesquisa adota uma abordagem metodológica com técnica qualitativa, pesquisa e leitura bibliográfica, utilização de técnicas variadas de pesquisa de campo como mapas comportamentais, entrevistas informais com usuários e técnicas de observação direta. Assim, a centralidade desta pesquisa está pautada nas práticas sociais exercidas no PMGAS e que tem demonstrado nos últimos anos, alterações significativas quanto a ocupação humana nos lugares, estando estas em permanente processo de transformação. A análise da (re)produção socioespacial teve como resultado a identificação das territorialidades no PMGAS, bem como a leitura do objeto a partir das categorias de análise como forma, função, estrutura e processo. Acredita-se que, além da compreensão dos resultados, as problemáticas e demandas identificadas poderão fornecer informações a futuros projetos de requalificação e contribuir no planejamento de novas políticas públicas para o PMGAS.

Palavras-chave: Parques urbanos. Espaço geográfico. Territorialidades. Parque Municipal Germano Augusto Sampaio – PMGAS.

ABSTRACT

The present dissertation consists of an analysis of the spatialisation of the Urban Parks in Boa Vista-RR, and as a study the Germano Augusto Sampaio Municipal Park - PMGAS, located in the western zone of the city. The urban environment needs to be seen in multiple aspects, be they physical, social, economic or cultural and, in this perspective, Geography as a social science also has as object, society and space, that are worked in this research from the formation of Social Space. Thus, the research aims to understand the (re) production of the spaces from the territorialities in the Municipal Park Germano Augusto Sampaio - PMGAS. It is with this view that the research presents a geohistorical discussion to think of the urban parks, in experiences, urbanities and contemporaries, as well as the concept, typologies and role in the cities. It presents as a theoretical framework, Henri Lefébvre, in Marxist analysis, points out that space, understood as a social space, vivid, in close correlation with social practice. To reach the objective, the research adopts a methodological approach with qualitative technique, research and bibliographical reading, use of varied field research techniques such as behavioral maps, informal interviews with users and techniques of direct observation. Thus, the centrality of this research is based on the social practices exercised in the PMGAS and has shown in recent years, significant changes in human occupation in the places, and these are in permanent process of transformation. The analysis of the socio-spatial (re) production resulted in the identification of the territorialities in the PMGAS, as well as the reading of the object from the categories of analysis as form, function, structure and process. It is believed that, in addition to understanding the results, the problems and demands identified can provide information to future requalification projects and contribute to the planning of new public policies for the PMGAS.

Keywords: Urban parks. Geographic space. Territorialities. Germano Augusto Sampaio Municipal Park - PMGAS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Localização do PMGAS em relação ao centro de Boa Vista.....	19
Figura 02	Uso do solo entorno do PMGAS na quadra.....	20
Figura 03	Plano de Birkenhead Park, Inglaterra, 1846.....	23
Figura 04	Imagem atual do primeiro Parque urbano na Inglaterra.....	24
Figura 05	Estudo do plano de Haussmann em Paris.....	25
Figura 06	Foto aérea do Central Park, em Nova York.....	26
Figura 07	Sistema de Parques de Boston (1876 a 1890).....	27
Figura 08	Parque <i>de la Creueta del Coll.</i> (Foto: 07/2012).....	30
Figura 09	Passeio público do Rio de Janeiro em 1862.....	32
Figura 10	O campo do Santana, Rio de Janeiro.....	33
Figura 11	Parque Municipal Renné Giannetti, Belo Horizonte-MG (01).....	33
Figura 12	Parque Municipal Renné Giannetti, Belo Horizonte-MG (02).....	33
Figura 13	Jardins de Maurício de Nassau em Recife-PE.....	34
Figura 14	Parque Municipal Lagoa do Taquaral em Campinas-SP.....	36
Figura 15	Jardim Botânico de Curitiba-PR.....	38
Figura 16	Praça Victor Civita – SP: conceito de reutilização de espaços..	39
Figura 17	Quadro das funções da vegetação no contexto em cidades.....	47
Figura 18	Produção do espaço urbano: da gênese até 2008.....	50
Figura 19	Mapa de localização dos parques urbanos/Boa Vista-RR.....	51
Figura 20	Lago dos ‘americanos’ na década de 1970 – (01).....	53
Figura 21	Lago dos ‘americanos’ na década de 1970 – (02).....	53
Figura 22	Planta de situação /equipamento propostos do Parque Anauá..	54
Figura 23	Fotos aérea atual do parque Anauá e eventos espontâneos.....	55
Figura 24	Mapa de localização do Parque dos Papagaios, Boa Vista-RR..	56
Figura 25	Mapa de localização do Parque do Mirandinha, Boa Vista-RR..	60
Figura 26	Parque do Mirandinha com atividades ao ar livre (01).....	61
Figura 27	Parque do Mirandinha com atividades ao ar livre (02).....	61
Figura 28	Evento musical <i>Baile da Saudade</i> no Parque do Mirandinha.....	61
Figura 29	Mapa de localização do Igarapé do Mirandinha, Boa Vista-RR..	62
Figura 30	Pórtico de identificação do PMGAS em Boa Vista-RR.....	80
Figura 31	Inserção urbana do PMGAS na zona oeste e no entorno.....	81

Figura 32	Sentido da expansão urbana em áreas frágeis - Boa Vista-RR.	83
Figura 33	Vista da Lagoa no PMGAS em Boa Vista-RR.....	84
Figura 34	Identificação da Lagoa natural (APP) no PMGAS.....	85
Figura 35	Processo de ocupação do espaço no PMGAS de 2002 à 2018.	86
Figura 36	Encontro espontâneo e esportivo no PMGAS (01).....	88
Figura 37	Encontro espontâneo e esportivo no PMGAS (02).....	88
Figura 38	Políticas públicas existentes no PMGAS.....	90
Figura 39	Estacionamento e entorno da Lagoa do PMGAS pela manhã...	92
Figura 40	Estacionamento e entorno da Lagoa do PMGAS pela manhã...	92
Figura 41	Estacionamento do PMGAS à tarde com brinquedos infantis....	93
Figura 42	Estacionamento do PMGAS à tarde com brinquedos infantis....	93
Figura 43	Disputa de poder no PMGAS – Territorialidades.....	93
Figura 44	Durante o dia, venda e usuários de drogas no PMGAS (01)....	94
Figura 45	Durante o dia, venda e usuários de drogas no PMGAS (02)....	94
Figura 46	Identificação de 05 Territórios no PMGAS.....	97
Figura 47	Apresentação gráfica da categoria de análise e o espaço.....	100
Figura 48	Quadro de Análise: Território 01 por brinquedos infantis.....	104
Figura 49	Quadro de Análise: Território 02 por vendedor ambulante.....	106
Figura 50	Quadro de Análise: Território 03 por uso e venda de drogas.....	108
Figura 51	Quadro de Análise: Território 04 por Lanchonetes.....	110
Figura 52	Quadro de Análise: Território 05 pela Prefeitura Municipal.....	112

LISTA DE SIGLAS

Parque municipal Germano Augusto Sampaio	PMGAS
Comitê de Ética em Pesquisa	CEP
Conselho Nacional de Ética em Pesquisa	CONEP
Prefeitura Municipal de Boa Vista – RR	PMBV-RR
Sistema de Informação Geográfica	SIG
Centro de Referência de Assistência Social	CRAS
Ronda Ostensiva Municipal	ROMU
Zona Institucional	ZI
Zona Residencial 3	ZR3
Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas	SMGA
Instituto Boa Vista de Música –	IBVM
Territorialização-desterritorialização-retorrorrialização	TDR
Área de proteção permanente	APP
Universidade Federal de Roraima	UFRR
Plano Diretor Estratégico e Participativo	PDEPBV
Prefeitura Municipal de Boa Vista	PMBV

1	INTRODUÇÃO.....14
1.1	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL.19
2	<i>CONSTRUINDO CAMINHOS PARA PENSAR OS PARQUES URBANOS.</i> 21
2.1	EXPERIÊNCIA, URBANIDADE E CONTEMPORANEIDADE.....21
2.1.1	Uma base geohistórica sobre os parques urbanos.....22
2.1.2	Da gênese ao Brasil contemporâneo.....31
2.1.3	Conceitos e tipologia dos Parques na cidade.....41
2.1.4	O Papel dos parques urbanos nas cidades.....45
2.1.5	Parques urbanos em Boa Vista-RR: um objeto social.....49
3	<i>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ESPAÇO E TERRITÓRIO.....</i>63
3.1	UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE ESPAÇO.....63
3.1.1	A visão de espaço lefebvreana: As relações sociais de (re) produção.65
3.1.2	A conceituação de espaço geográfico.....67
3.2	TERRITÓRIO: MOVIMENTO, FIXIDEZ E CONEXÕES.....70
3.2.1	Apontamentos conceituais.....71
3.2.2	A materialidade de territórios em suas múltiplas dimensões77
4	<i>ANÁLISE DA (RE)PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL: O PARQUE MUNICIPAL GERMANO AUGUSTO SAMPAIO – PMGAS EM BOA VISTA-RR.</i>80
4.1	PMGAS: UMA PRÁTICA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER....82
4.2	O COTIDIANO DAS TERRITORIALIDADES DO PMGAS.....91
4.3	IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DAS TERRITORIALIDADES NO PMGAS.95
4.4	ANÁLISE ESPACIAL DAS TERRITORIALIDADES: MILTON SANTOS (1996).98
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....114
	REFERÊNCIAS117

1. INTRODUÇÃO

A cidade, como precursora do urbano, precisa ser vista sob múltiplos aspectos, sejam eles físicos, sociais, econômicos ou culturais. Nesta perspectiva a Geografia como ciência social tem como objeto também a sociedade, envolvida em ações que modelam a própria superfície terrestre e no decorrer dos tempos denominada como ciência espacial. Dessa forma, sociedade e espaço são trabalhados a partir de uma formação do Espaço Social, que contém e está contido como conceitos-chave da Geografia.

É com esse olhar que o espaço, considerado como uma totalidade, entra na discussão histórica quanto natureza e significação, e que o papel do espaço e da espacialidade serão fundamentais para a constituição e o devir da sociedade. Como marco Lefébvrino, na análise marxista, aponta que o espaço, entendido como espaço social, vívido, em estreita correlação com a prática social, não deve ser visto como espaço absoluto, vazio e puro, mas sim cheios de significados.

Assim, a centralidade desta pesquisa está pautada nas práticas sociais exercidas no Parque Municipal Germano Augusto Sampaio – PMGAS em Boa Vista-RR e que tem demonstrado nos últimos anos, alterações significativas quanto a ocupação humana nos lugares, estando estas em permanente processo de transformação. Especificamente aqueles voltados às funções recreativas, esportivas e econômicas que, como produto social. Com isso, percebe-se nestes espaços que, com a mudança da sociedade, as formas ou objetos geográficos estão assumindo novas funções, criando uma nova organização espacial.

Como estudo de caso, o Parque Municipal Germano Augusto Sampaio – PMGAS está localizado no bairro Doutor Sílvio Botelho, Zona Oeste de Boa Vista-RR e exemplifica-se o conceito de espaço como lugar de (re)produção das relações sociais de produção, isto é, reprodução da própria sociedade, que resulta na formação do Espaço Social.

Faz-se importante destacar que, a escolha do PMGAS se deu, pelo fato de que a principal característica consiste em ser o único Parque Urbano voltado as atividade de lazer, recreação, palco de atividades culturais na região e pela forma do processo de urbanização ocorrido de 1990 até 2006, como também espaço de encontros com diversos segmentos da sociedade para a realização de múltiplas atividades ao ar livre,

que visam o estreitamento das relações interpessoais, eventos ligados ao esporte, cultura, música, dança, etc.

Egler (2003), explica em sua obra que, a formação do Espaço Social se dá, principalmente em ambientes públicos, aquele que é percebido entre os indivíduos e que participam de um coletivo. É de natureza imaterial, referindo-se aos vínculos que traçam as relações entre os indivíduos e a sociedade que formam o tecido social. São representado através de fios invisíveis, de natureza comunicativa e que fazem a coesão social. Metaforicamente é a cola¹ que reúne os homens em lugar comum, assim, percebido no PMGAS em diferentes categorias o tecido social, cujo objeto de ação é a produção das relações sociais.

O conceito de território relacional se apresenta ao longo da pesquisa como um substrato físico, mas é a natureza das relações humanas que dá sentido à vida do território. Nessa perspectiva, ergue-se o pensamento de que Território torna-se quase que sinônimo de espaço social, quando entende-se que a forma é importante, mas não é suficiente para o prisma do olhar geográfico, fazendo-se necessário perceber o conteúdo impresso nas formas espaciais contidas.

Dessa forma, estima-se fazer emergir como teoria e prática a formação do Espaço Social, para tornar visíveis suas formas invisíveis e analisar a totalidade do espaço, aquele que é percebido pela sociedade, tanto na estruturação como na formação. Contudo, questiona-se a forma como o espaço é formado? O que atrai os usuários para o Parque Urbano? De que forma o ator territorializa o espaço?

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender (re)produção dos espaços em meio as territorialidades no Parque Municipal Germano Augusto Sampaio - PMGAS.

Tem-se ainda os objetivos específicos: descrever um contexto geohistórico dos parques urbanos e suas experiências, urbanidades nos dias atuais e discorrer sobre o papel nas cidades; especializar os parques urbanos de Boa Vista-RR e destacar o PMGAS como espaço de lazer; e identificar e analisar as territorialidades no PMGAS em sua totalidade a partir das categorias: forma, função, estrutura e processo. Com isso, dispor os resultados como informações para futuras intervenções urbanísticas.

A presente dissertação, com vistas a atingir os objetivos elencados, foi desenvolvida a luz da pesquisa exploratória e da pesquisa descritiva, com viés

¹ O termo *cola*, segundo Egler (2003), refere-se a atividades ou eventos específicos que fazem com que a sociedade se reúna, no caso, um Parque Urbano.

qualitativo, onde essa a técnica é própria para descrever a complexidade e a interação das variáveis de determinado problema, além de compreender os processos dinâmicos vividos por grupos sociais e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento desses processos.

Quanto ao método científico utilizado para atingir os objetivos propostos, recorre-se ao método dedutivo, que através de premissas mais gerais alcança-se os conhecimentos mais específicos.

Tais artifícios justificam o uso desse método, que visa apresentar, descrever, analisar e interpretar os resultados obtidos, considerando as territorialidades como objeto da pesquisa, os processos, as dinâmicas, os atores envolvidos e suas implicações na produção do espaço urbano.

Como procedimento metodológico, este trabalho materializou-se a partir da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, distribuídas em três etapas:

A pesquisa bibliográfica visa conhecer, de forma seletiva, as contribuições científicas em livros já publicados na temática voltados aos Parques Urbanos; revistas, periódicos, dissertações e teses, tanto no âmbito da Geografia e do urbanismo quanto às demais áreas das ciências sociais, sendo essencial para estruturar a contextualização do tema. O referencial teórico consiste na discussão sobre espaço, espaço geográfico, território e territorialidades, pautado em teóricos, dos clássicos até os contemporâneos, escolhidos por aproximação com o conceito e familiarização por parte do pesquisador, visando a aplicação na prática no PMGAS.

A pesquisa documental foi importante, para construir, a partir do levantamento de dados em instituições públicas como a Prefeitura Municipal, tabelas, históricos, mapas e material iconográfico do PMGAS e da zona Oeste da cidade. Assim, resgatou-se iconografias que evidenciaram a evolução urbana da cidade e que explicam a influência socioespacial, sendo importantes para a compreensão da forma urbana atual do parque e suas confluências.

A pesquisa de campo foi dividida em três tópicos: Primeiro, foram realizadas visitas de observação em turnos (manhã/tarde/noite), cuja a observação e o registro da dinâmica socioespacial foram de extrema importância, tendo em vista que variaram os momentos em que o PMGAS estava “vazio”, até aqueles que apresentaram a formação do espaço social. Nesta fase, foi verificado momentos durante o dia e a noite, sendo feito anotações e registros fotográficos, sem a identificação dos usuários no período de março até outubro de 2018, em dias alternados.

Para a coleta de dados, utilizou-se como instrumento: entrevista de opinião e conversas informais realizadas de julho a outubro de 2018 e como amostragem, foram abordados 08 (oito) frequentadores do parque, a partir de conversas informais, 05 (cinco) moradores vizinhos e 03 (três) comerciantes no entorno do parque, com fins para o enriquecer teoricamente e desenvolvimento na atuação prática, sem a identificação do sujeito, para compreender alguns dos significados e representações das narrativas dos atores e de suas práticas entorno da dinâmica socioespacial. A escolha dos entrevistados foi de acordo com os fenômenos identificados e com margem de segurança pessoal, tendo em vista o clima inóspito e inseguro em determinadas horas.

A entrevista de opinião está pautada na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, conforme o parágrafo único “Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados”, e ainda no inciso VI que diz: “pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito.”

Na complementação de dados, realizaram-se visitas à Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR – PMBV/RR e acessada a página na internet da própria Prefeitura, com vistas em averiguar a programação dos eventos no decorrer do ano e demais ações voltadas a recreação e esportivas. Para as coletas de dados no campo, utilizou-se a técnica de observação assistemática, que consistem em descrever e interpretar os fenômenos que ocorrem durante os horários diurnos e noturnos por meio de anotações, esquemas gráficos e de percursos realizados pelos atores, sem a utilização de meios técnicos especiais.

Foram utilizados mapas forma utilizadas imagens do satélite Landsat 8, Datum horizontal: WGS84, ZONA 20, março de 2018, adquirido pela página da internet do Serviço Geológico dos Estados Unidos, sendo necessários para a confecção de localização e identificação do Parque Municipal Germano Augusto Sampaio, zona Oeste da capital. As informações foram exportados para o ambiente SIG (Sistema de informação Geográfica) utilizando o software ArcGis, versão 9.3. Foram sobrepostos imagens de satélite e *shapes* de arruamentos, quadras, bairros, com procedimentos de edição e elaboração de localização do PMGAS, confecção e layout dos mapas.

A organização dos mapas e tabelas facilitaram para a compreensão dos dados

e posteriormente análise espacial do objeto de pesquisa e elementos que compilaram para a formatação do texto final desta dissertação, considerando todas as variáveis possíveis para o desenvolvimento desta pesquisa, que contribui largamente para a formação profissional e docente deste pesquisador.

Assim, a pesquisa inicia com *Caminhos para pensar os parques urbanos* a partir da experiência, urbanidade e contemporaneidade, que visa apresentar um recorte geohistórico dos Parques Urbanos, desde os jardins públicos do século XVI e XVII, localizados nos Estados Unidos e Europa, caminhando para os primeiros parques construídos em Londres em 1841 até as experiências no Brasil, bem como novos aspectos como a reutilização dos espaços para proposição de parques urbanos, como a Praça Victor Civita-SP inaugurada em 2008.

Os parques vieram como soluções para os problemas de cada momento histórico, vistos como espaços saneadores, oásis de ar puro, lugares do imaginário coletivo, ideários nacionalistas, dentre outros. No decorrer do tempo, os parques acabaram incorporando elementos e equipamentos característicos de modelos subsequentes, bem como novas tecnologias voltadas a interação social.

Conceitos e tipologias fazem parte do primeiro capítulo, aproximando com os exemplos situados em Boa Vista-RR, incrementado ao contexto histórico da cidade. E como recorte espacial, apresenta-se o Parque Municipal Germano Augusto Sampaio-PMGAS e todos os aspectos que compõe a área, desde sua evolução geohistórica até as atuais políticas públicas que fazem do espaço, um espaço social.

O segundo capítulo abordou a *fundamentação teórica* com os conceitos de *Espaço e território*, descrevendo e concentrando em referências teóricas escolhidas de acordo com a categoria, estas escolhidas para esta pesquisa. Tais referências se apresentam a partir da Geografia tradicional até os pensamentos contemporâneos, difundidos e que serviram para compreensão dos fenômenos atuais que se desempenham no espaço geográfico, PMGAS.

O terceiro capítulo consiste na *Análise espacial* da (re)produção socioespacial do PMGAS, na identificação das territorialidades, a análise por território a partir das categorias como forma, função, estrutura e processo, considerando o espaço em sua totalidade.

Desta forma, apresenta-se informações complementares quanto a localização, o uso e ocupação no PMGAS e características físicas, morfológicas, sociais e ambientais, as quais foram consideradas para o desenvolvimento desta pesquisa.

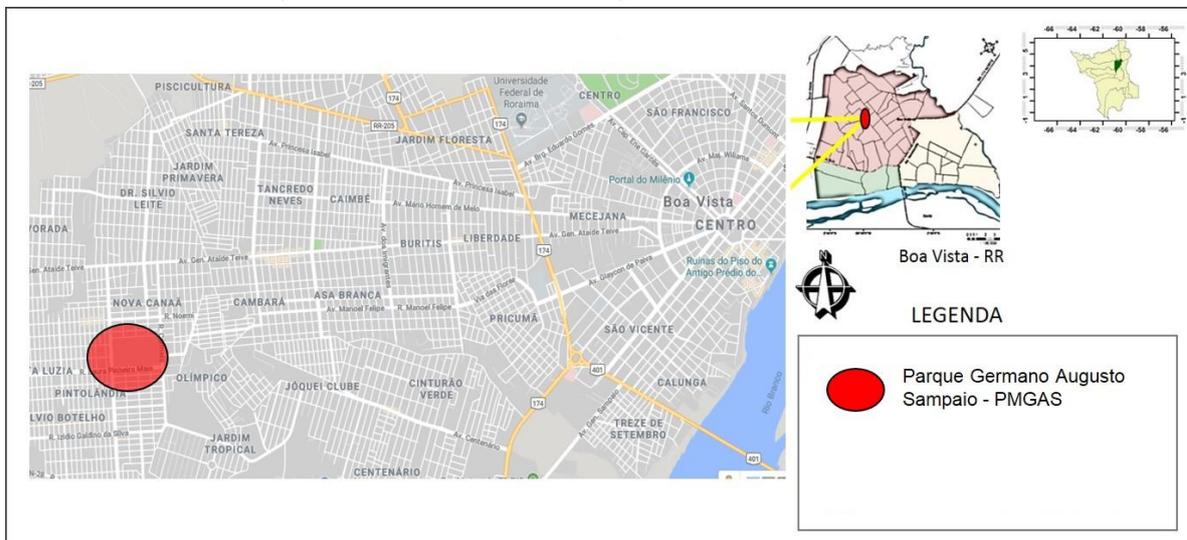
1.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL

O Parque Municipal Germano Augusto Sampaio - PMGAS, localizado no Bairro Doutor Sílvio Botelho, Zona Oeste de Boa Vista foi inaugurado em 14 de fevereiro de 2004, durante a segunda gestão da prefeita Teresa Surita. Com área de 178.284 m², dispõe de quadras esportivas para vôlei e futebol, pistas de bicicross e skate, anfiteatro, ampla área verde, lagoa natural, lanchonetes, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS PINTOLÂNDIA, Posto da Guarda Civil Municipal (Ronda Ostensiva Municipal – ROMU), calçadão e estacionamentos.

Segundo informações cedidas pela Prefeitura Municipal, o Parque beneficia moradores de vários bairros da Zona Oeste (figura 01) de Boa Vista e é frequentado principalmente por moradores dos bairros Sílvio Botelho, Senador Hélio Campos, Santa Luzia, Sílvio Leite, Nova Canaã, Alvorada, Cambará, Olímpico e Pintolândia.

Como única área de lazer e bem-estar da região, seus inúmeros benefícios promovem lazer para as famílias e se apresenta como espaço de contemplação em grande escala, incluindo a lagoa natural, passeios, espaço de cultura e recreação.

Figura 1 – Localização do PMGAS em relação ao centro de Boa Vista



Fonte: google.maps, adaptado pelo autor (2018).

Quanto a dimensão espacial, o parque abrange uma área com aproximadamente 12 quadras, dispostas no entorno de uma diversidade de usos como comércios (figura 02), sendo mais intensos nas Avenidas Laura Pinheiro Maia, Nazaré Filgueiras e rua Delman Veras, assim como os equipamentos institucionais que estão localizados na rua Carmelo e na Av. Nazaré Filgueiras.

Figura 02 – Uso do solo entorno do PMGAS na quadra.



Fonte: Desenvolvido pelo autor, 2018.

2 CONSTRUINDO CAMINHOS PARA PENSAR OS PARQUES URBANOS.

Para entender melhor como os parques urbanos foram integrados ao ambiente de cidades e como se dão as relações entre a sociedade e o espaço com transformações ocorridas destas relações, torna-se necessário construir caminhos para compreender este processo. Assim, os caminhos escolhidos para esta pesquisa transcorrem pela história, espaço e geografia, já que Barros (2017) titula sua obra e compartilha que “(...) a História é o estudo do Homem no *Tempo* e no *Espaço* (...)” e afirma ainda:

As ações e transformações que afetam esta ou aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que sobre tudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social (BARROS, 2017, p.15).

A importância da compreensão das evoluções historiográficas, são necessárias para compreender as relações entre o tempo e o fator socioespacial, correlacionando com a atualidade.

2.1 EXPERIÊNCIA, URBANIDADE E CONTEMPORANEIDADE

O recorte geohistórico consiste do século XIX, em que os jardins particulares se tornaram parques públicos, até o início do século XXI, momento em que os parques sofreram transformações significativas. Este recorte consiste em períodos como a industrialização, o crescimento das cidades, as especificidades que as cercam, bem como percursos da contemporaneidade dos espaços públicos urbanos apresentando novos usos e novas funções.

Apresenta-se também a gênese dos modelos de parques urbanos surgidos em alguns países da Europa e no Brasil e, em seguida, as tipologias introduzidas com a influência das escolas de urbanismo na cidade do Rio de Janeiro, demonstrando uma nova tendência de concepção de parques urbanos na paisagem da cidade e a integração entre sociedade e espaço.

Segue-se contextualizando as influências nacionais e o período das inserções dos parques urbanos regionais, mais precisamente em Boa Vista-RR, caracterizando quanto a espacialidade, momento histórico e político, bem como a socialização dos espaços com os usos e apropriações ocorridas. Com estas características e sujeito

desta pesquisa, está o Parque municipal Germano Augusto Sampaio - PMGAS, que recebeu diversas políticas públicas, principalmente no que tange a criação de novos ambientes recreativos que estimularam e estimulam a convivência social nos dias atuais.

2.1.1 Uma base geohistórica sobre os parques urbanos

Os jardins públicos considerados como elementos remanescentes da natureza na vida das cidades, surgiram na Europa e nos Estados Unidos nos séculos XVI e XVII (período renascentista), representando uma nova mentalidade no mundo ocidental, principalmente em torno da revolução científica. A natureza, até então, valorizada em gravuras e pinturas, passa a ser incorporada gradativamente ao cotidiano das pessoas por meio do cultivo de plantas, árvores, flores e jardins, tornando-se hábito comum à população da época. Observada em forma de jardins, a natureza já era comum nos espaços privados, como claustros conventuais e palácios reais e da nobreza. Entretanto, além do aspecto ornamental, o jardim torna-se, a partir do século XVI, o lugar apropriado para a reflexão espiritual, local de privacidade e meditação.

No final deste período, os jardins fechados foram transformados em parques públicos e tornaram-se os precursores, dos atuais parques urbanos, onde Panzini (2013) relata que as propriedades de Roma, como a Vila Medici e a Vila Borghese, foram abertas ao público. A partir desta abertura, o jardim, até então confinado em palacetes e conventos, passa a ser passarela das grandes transformações sociais que se processaram no final da Idade Média com a expansão das classes mercantil e burguesa.

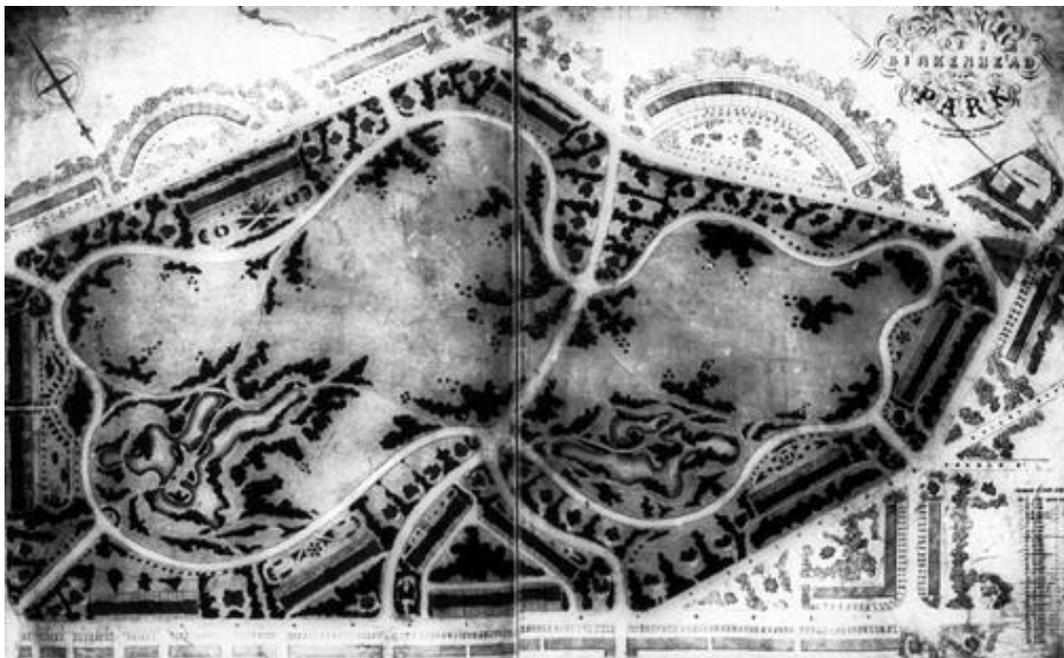
As mudanças no decorrer do tempo se refletiram tanto nos aspectos físicos e ambientais dos espaços, como nas formas de “ver e ser visto [...], fazer-se público de sua presença, exibir o belo, ver homens e mulheres bem vestidos e bonitos, contar e ouvir novidades, assistir a apresentações musicais [...]”, (SEGAWA, 1996, p. 46) o que implicaram também no aceite de normas de conduta e imposição de sociabilidade.

Segundo Scalise (2002), os modelos paisagísticos dos parques ingleses do século XVIII, eram como suaves ondulações e a simulação de uma natureza campestre, pois transformaram-se em fontes de inspiração para o parque urbano deste período.

Já final do século XVIII e início do século XIX, as principais cidades europeias sentiram o reflexo do crescimento urbano a partir das diversas problemáticas como o aumento da insalubridade, necessidade de promover ações para melhorar o processo de higienização e melhoria na qualificação ambiental em áreas pontuais das cidades, demandando ações voltadas ao resgate da qualidade ambiental. Segawa (1996) afirma que a implantação de parques passou a ser considerado como uma necessidade pela qualificação estética e pela busca de uma higienização urbana.

Durante o século XIX, os parques urbanos tornaram-se obras emblemáticas da aristocracia, sendo elemento de excelência para cidade burguesa, porém, o príncipe Pückler² concebia seus parques particulares como espaços de liberdade, abertos a todas as pessoas, independentemente do seu *status* social (PARDAL, 2006). Assim, o primeiro parque urbano projetado e construído com estes princípios foi o Victoria Park, em Londres/Inglaterra, demonstrado na Figura 03. O projeto, de autoria de James Pennethorne (1801-1871), de 1841, surgiu como resposta aos problemas diante de uma zona degradada da cidade, conforme Pardal (2006).

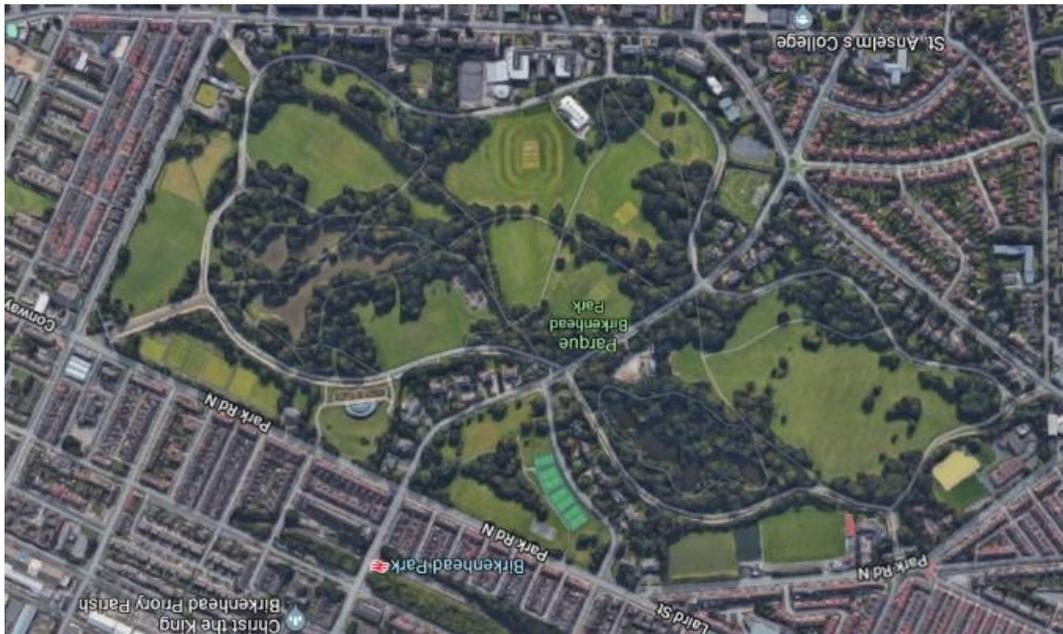
Figura 03 - Plano de Birkenhead Park, Inglaterra, 1846.



Fonte: Disponível em: https://www.mtholyoke.edu/courses/rschwart/hist151/lectures/Lecture6_Enlightenment.htm acesso em 29 agosto 2018.

² Pückler-Muskau foi um explorador e paisagista alemão. Ficou conhecido como um dos maiores paisagistas de jardins do seu tempo.

Figura 04 –Imagem atual do primeiro Parque urbano na Inglaterra.



Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor, 2018.

Terra (2004 apud BATISTA, 2006) comenta sobre a influência deste conceito de parque inglês sobre as transformações que ocorreram neste período, com consequência sobre a paisagem urbana das cidades europeias, que passaram por reformas urbanas significativas depois do impacto causado pela revolução industrial.

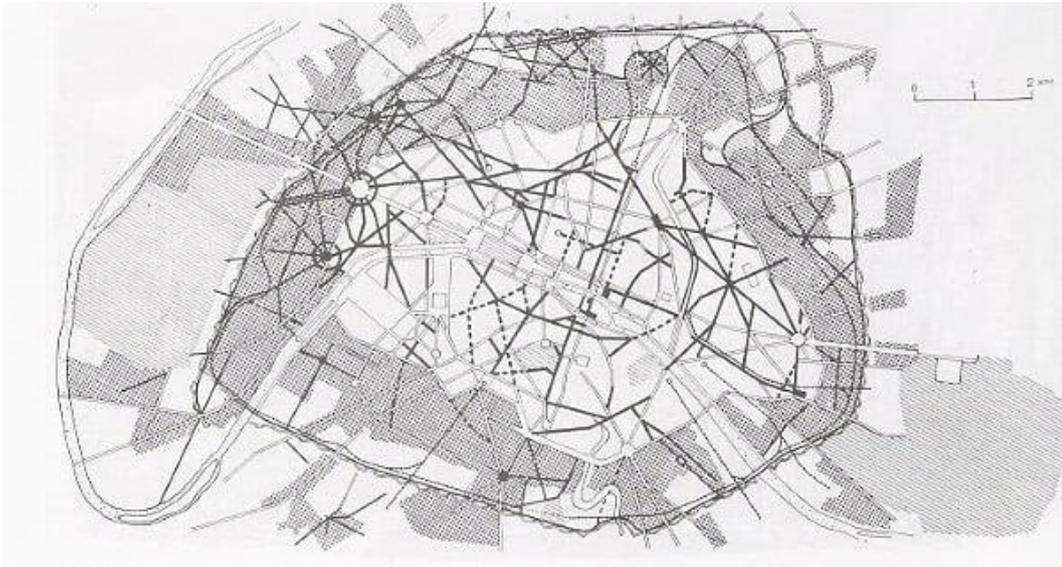
Os parques vieram a desenvolver e se estruturar na Europa a partir dos anos de 1850 e 1860, em função da reformulação do Barão Georges-Eugène Haussmann, em Paris, ocupando uma função de destaque no ambiente urbano, na promoção da melhoria da qualidade de vida, conforme aponta Scalise (2002):

[...] o parque urbano tem seu pleno desenvolvimento no século seguinte, com ênfase maior na reformulação de Haussmann em Paris, e o Movimento dos Parques Americanos - o Park Movement liderado por Frederick Law Olmstead e seus trabalhos em New York, Chicago e Boston (SCALISE, 2002, p. 02).

Segundo Angelis (1998), a vegetação assume papel importante no cotidiano das cidades a partir do plano de Haussmann, conforme figura 05:

Com a experiência de Paris se assiste, pela primeira vez na Europa, a uma ação sistemática na construção dos espaços verdes para a cidade moderna; se concretiza a idéia da cidade verde. Paris define e experimenta em larga escala o primeiro programa orgânico de construção do verde urbano, onde boulevards, squares, parques urbanos e periurbanos constituem a tipologia corrente (ANGELIS NETO, 1998, p. 541).

Figura 05 – Estudo do plano de Haussmann em Paris.



Fonte: Livro História da Cidade, Leonardo Benevolo, 1997.

Durante esta experiência, a cidade de Haussmann “(...) experimentou a mais profunda mudança estrutural para se tornar uma cidade equipada. A ideia de via se transforma e permite a diversificação e multiplicação das funções produtivas (...)” (PANERAI, 2006, p. 11) relata. O desafio consistia em distribuir os equipamentos públicos dentro da estrutura urbana e acomodar toda a distribuição.

Outros exemplos de cidades como Nova York, Londres e Paris que, por volta de 1850, eram sujas, barulhentas e congestionadas, apresentando péssimas condições de moradia e trabalho, e eram constantemente ameaçadas por incêndios e epidemias. Apesar de tudo isso, as cidades cresciam rapidamente, principalmente com a vinda do grande contingente de imigrantes. A construção de um grande parque público urbano passou a ser a resposta aos problemas destas cidades.

Então, no caso da cidade de Nova York a partir de 1857, Frederick L. Olmsted (1822-1903) foi indicado como superintendente responsável por administrar as obras do parque e desenvolveu uma parceria com o arquiteto inglês Calvert Vaux, veio a conceber, em outubro do mesmo ano, uma proposta de projeto que se tornaria a proposta vencedora do Central Park (ALEX, 2011; GARVIN, 2011), construído entre 1856-1857, conforme a figura 06.

Figura 06 – Foto aérea do Central Park, em Nova York.



Fonte: Taylor S. Mason, 2017.

O parque nova-iorquino, implantado a época fora do perímetro urbano da cidade, tinha a intenção de atender à demanda por lazer dos cidadãos, mas também valorizar os bairros do entorno que se desenvolveriam na região. Em um retângulo de aproximadamente 4.000 metros por 850 m (totalizando 3.400.000 m²), inserido na malha quadriculada da cidade, o Central Park é acessado pelas esquinas e por entradas espaçadas ao longo das ruas laterais.

Aproveitando a irregularidade do sítio e a presença de lagoas e afloramentos rochosos, a proposta do projeto compreenderia na criação de uma coleção de ambientes pitorescos com lagos, bosques, pedras irregulares, pontes, mirantes, dentre outros, prevendo a separação nítida dos percursos de veículos, charretes e pedestres (PANZINI, 2013). Além disso, em seu interior um grande reservatório de água o dividia em dois setores, sendo cortado por quatro vias rebaixadas que resguardavam a integração com o entorno.

Os lagos e cursos d'água, conforme figura 06, foram idealizados para servir como cenários e desempenhar de diversas atividades como pesca, passeio de barco, esqui no gelo por milhares de pessoas dado a sua magnitude (GARVIN, 2011) tal qual nos parques europeus. Ao destacar o Central Park como sucesso de frequência, Panzini (2013) ressalta a paisagem exuberante e pitoresca, impondo

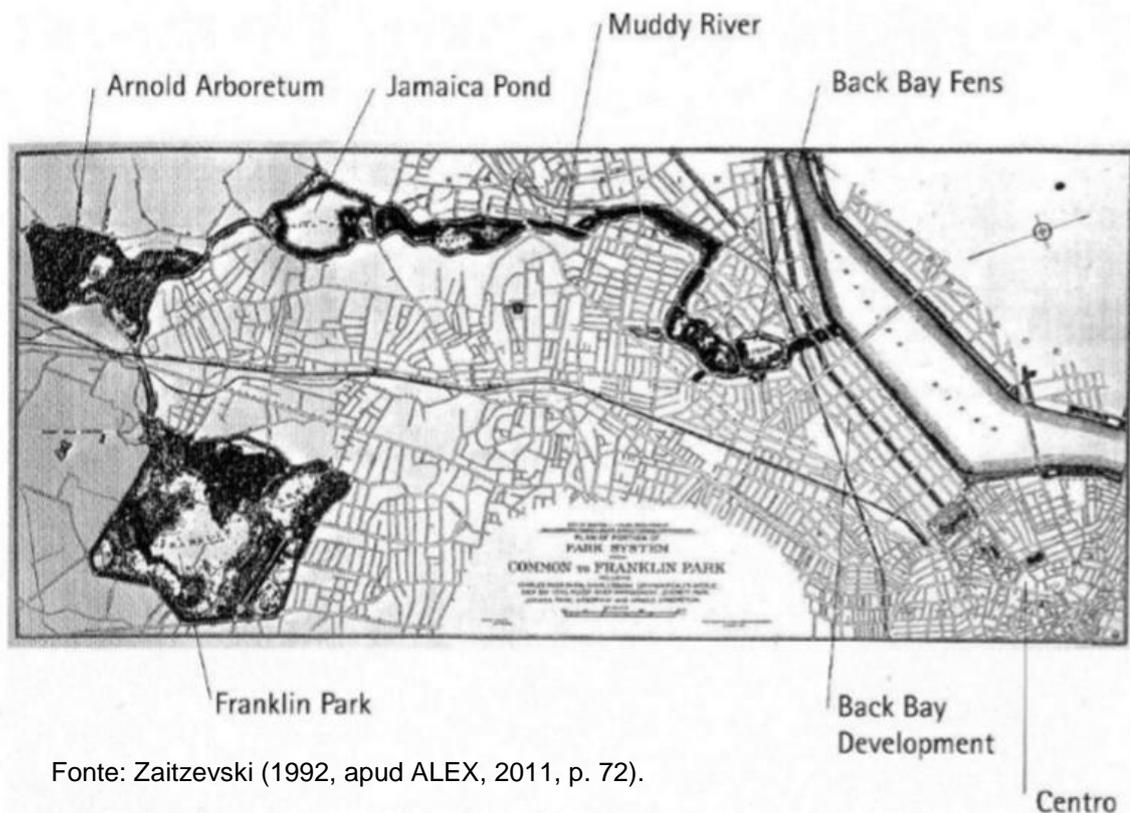
como ícone da cidade, favorecendo o desenvolvimento de bairros de alta qualidade arquitetônica nos seus arredores.

Magnoli (2006b), compara o Central Park com os parques europeus e destaca a importância em termos de porte, atividades e usos ao afirmar que:

O primeiro sistema de parques desenhado para Paris, não teve como critério fundamental a utilização pela população. É em Nova York, com o Central Park, que se implanta o maior parque público que seria desenhado com critério, na época, julgado de necessidade da população urbana (MAGNOLI, 2006b, p.36).

O próprio Frederick L. Olmsted liderou o “Movimento de Parques” durante 30 anos, desde a construção do Prospect Park (1865-1866), projeto também de sua autoria, tendo participado de trabalhos em Chicago, Filadélfia e Washington, além dos parques de Boston (ALEX, 2011) conforme figura abaixo.

Figura 07 – Sistema de Parques de Boston (1876 a 1890).



Fonte: Zaitzevski (1992, apud ALEX, 2011, p. 72).

Scalise (2002) ressalta que os projetos de Frederick L. Olmsted foram responsáveis por um novo conceito de qualidade ambiental urbana ao utilizar

economicamente os espaços livres, criando oportunidades de recreação e também preservando os recursos naturais.

Assim, no início do século XX, este conceito foi bastante difundido nos Estados Unidos com propostas urbanísticas de cidades-jardins, vias parque, planejamento regional e outras, inspiradas na ideia de cidade verde em reação às tumultuadas e grandes cidades industrializadas.

A busca de lugares mais afastados para a implantação dos parques vinha como forma de aliviar os males das cidades ao escapar para o campo, porém não era o campo rural, e sim o campo romantizado das pinturas, definido como natureza sublime representada por campos, bosques e lagos (ALEX, 2011). Além do espírito antiurbano, o mesmo autor defende que lugares mais distantes eram também motivados por razões econômicas e políticas, baixos custos de terrenos, má qualidade dos solos e possibilidade de valorização do entorno.

Já os parques do *pleasure garden* surgiram entre 1850 a 1900 e, pelo menos em parte, “como resposta à superlotação e condições insalubres das cidades, recentemente industrializadas” (COOPER MARCUS; FRANCIS, 1990, p. 69). Localizam-se em áreas afastadas da cidade, caracterizando-se como a idealização do campo e da vida pastoril. Apresenta como características principais: grandes dimensões, extensos gramados alternados com águas que contornam as colinas onduladas, massas de árvores de poucas espécies e caminhos sinuosos como contraponto à rigidez ortogonal da malha das cidades. Evitam-se ao máximo, edificações, esculturas e flores que revelam a ação humana. As atividades praticadas são vinculadas a atitudes contemplativas e passivas, destinadas a grupos e famílias.

Já no período seguinte (1900 a 1930), conhecido como *reform park* ou *playground period*, iniciou-se o crescimento dos movimentos progressistas e sociais, e teve a intenção de proporcionar melhores condições à classe trabalhadora. Magnoli (2006) destaca que os aspectos que fundamentam os parques deste período são a necessidade de espaços locais e de *playgrounds*.

Nesse, houveram inserção da recreação como brincadeiras infantis, exercícios físicos, representações teatrais de fundo nacionalista histórico, além de ensinamentos subsidiários de higiene e saúde (MAGNOLI, 2006b). Já Cooper Marcus e Francis (1990) destacam outras características como dimensões reduzidas, localização no interior das cidades e seu caráter funcionalista em reação aos valores elitistas do período anterior, além de características físicas distintas caracterizados por áreas

pavimentadas, presença de edifícios, desenhos de linhas retas e ortogonais e morfologicamente tem a aparência de continuidade das casas, comércio e fábricas do entorno.

O *recreation facility*, iniciado nos anos 1930, foi influenciado pelas transformações surgidas com o fim da Primeira Guerra Mundial e pelos movimentos dos trabalhadores na década de 1920, e marcados pelo crescimento da classe média profissional e do processo participativo nos grupos decisórios. Esse período institucionaliza o papel da recreação ativa de todas as faixas etárias com o estímulo à construção de estádios, piscinas, quadras, arquibancadas, e outros equipamentos esportivos, permitindo assegurar a todos a participação em torneios, competições, jornadas, em âmbito nacional.

Estes novos elementos vêm como resposta à demonstração do progresso, da liberdade e da democracia, pós Segunda Guerra Mundial. Ressalta-se a padronização de elementos e projetos, sem levar em conta as diferenças topográficas ou necessidades locais. O parque urbano deste período serve as necessidades mais diretas da população e aos propósitos mais utilitários: a importância do esporte para o estabelecimento da moral, para o bem da saúde pública e biológica, motivando a reforma dos grandes parques do *pleasure garden* (COOPER MARCUS; FRANCIS, 1990).

A partir de 1965, as principais cidades norte-americanas são vistas de forma heterogênea e diversificada, composta por ruas, largos, praças, parques que fazem parte de um sistema, período denominado *open space concept*. A filosofia vigente era o aproveitamento de cada espaço livre para uso da população, surgindo assim variados tipos de espaços como os parques de aventura, os *vest-pocket* ou miniparques, praças em lotes pequenos para uso urbano, etc. Assim, surgem novas soluções, com formas mais livres, para os equipamentos recreativos e esportivos, substituindo os tipos convencionais.

Ainda nas décadas de 1960 e 1970, os parques públicos foram feitos com “(...) aquele naturalismo que impregnou as propostas verdes dos arquitetos do movimento moderno, prevalecendo uma espécie de novo romantismo na composição dos espaços” (SAKATA, 2018, p.6). Nas últimas décadas do século XX, os parques voltam a ganhar destaque, com a redescoberta do papel de qualificação cultural que o jardim pode desempenhar.

Novos parques na cidade de Barcelona na Espanha, como o *Parc de la Creueta del Coll* (1987), da figura 08, *Parc Diagonal Mar* (2001) em Paris, no *Parc de de la Villette* (1997), *Parc de Bercy* (1997) e *Parc André Citroën* (2001) são experimentadas as novas sintaxes do cenário paisagístico contemporâneo – Figura 08.

Figura 08 – *Parc de la Creueta del Coll*. (Foto: 07/2012)



Fonte: Disponível em https://www.geocaching.com/geocache/GC3Q0YA_par-de-la-creueta?guid=8a94f76e-1bab-4c48-ae81-ea82598dfe34 acessado em 29.08.2018

Essa nova atitude com os jardins e o espaço livre na praça passa a ocorrer quando o interior da cidade (áreas centrais e os equipamentos coletivos) é visto como decadente, deteriorados e vandalizados (CRANZ, 2000). Assim, novas e variadas opções de lazer na cidade, como shoppings centers, centros comerciais, parques estaduais e regionais, passam a disputar espaço com os tradicionais parques no interior dos bairros conforme Cooper Marcus e Francis (1990) destacam.

Portanto, os parques vieram como soluções para os problemas de cada momento histórico, vistos como espaços saneadores, oásis de ar puro, lugares do imaginário coletivo, ideários nacionalistas, dentre outros. No decorrer do tempo, os parques acabaram incorporando elementos e equipamentos característicos de modelos subsequentes.

Portanto a história de desenvolvimento dos parques europeus e norte-americanos esclarece como as várias concepções de parques urbanos foram se modificando no decorrer do tempo, influenciados tanto por características socioeconômicas quanto culturais das populações e em parte da localização nos territórios.

2.1.2 Da gênese ao Brasil contemporâneo

Os parques públicos no Brasil não tiveram as mesmas motivações que os parques europeus e norte-americanos. Macedo e Sakata (2010, p. 16) afirmam que “o parque urbano brasileiro, ao contrário do seu congênere europeu, não surge da urgência social de atender às necessidades das massas urbanas da metrópole do século XIX”. Os autores ressaltam que as cidades brasileiras não tinham a mesma estrutura urbana das cidades da Europa, ao contrário, a demanda no Brasil surge como:

[...] uma figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 16).

Com a vinda da família real portuguesa em 1808, as velhas e pequenas cidades brasileiras passaram por profundas reestruturações e modernizações para desempenhar novas e sofisticadas funções administrativas, principalmente a capital do país, a cidade do Rio de Janeiro. Assim, bairros inteiros foram criados e os velhos e novos logradouros ganharam *status* de jardins, sendo transformados em praças ajardinadas. Neste contexto, são criados os três primeiros parques públicos do país: o Passeio Público (1779 – 1783) e o Campo de Santana (1880 em diante), situados no centro da cidade do Rio de Janeiro, e o Jardim Botânico, localizado ao lado da lagoa Rodrigo de Freitas, e transformado ao longo do século XIX em parque público.

Oficialmente o mais antigo parque urbano no Brasil foi o ‘Passeio Público do Rio de Janeiro’, conforme a próxima figura, construído entre os anos de 1779 a 1783, em área alagadiça e sobre o mar que visava o desenvolvimento da cidade em direção ao sul.

Figura 09 – Passeio público do Rio de Janeiro em 1862.



Foto: Marc Ferrez, 2008.

Em oposição aos largos e praças, (foco de atenção nessa época), Segawa (1996, p. 77) enfatiza uma nova tendência: “o Passeio Público não se prestava para emoldurar nenhum monumento – ao contrário, [...] era um monumento à vegetação, à natureza, monumento a si mesmo”. Nota-se, em uma rápida leitura na figura 09, a foto de 1862 apresenta ao fundo a vegetação densa e marcante na paisagem, compondo com o passeio, lagos, etc.

Ainda no Rio de Janeiro, o ajardinamento do Campo de Santana (a partir de 1880), projeto de Auguste François Marie Glaziou (elaborado em 1873), representou o marco do modelo anglo-francês, “a partir do qual foram concebidos todos os parques e jardins modernos de Paris [...]” (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 19), conforme a figura 10:

Figura 10. O campo do Santana, Rio de Janeiro.



Foto: Márcia Foletto. Agência O Globo, 2017.

A concepção pastoril e romântica desenvolvida ao longo de séculos nos parques ingleses da nobreza (abertos ao público) e incorporada nos parques e jardins parisienses criados no período Haussmann, se reproduz no Brasil, a partir da criação e reformulação dos espaços públicos. Pode-se citar desta época também o Parque Rodrigues Alves, em Belém do Pará, de 1883 e o Horto de São Paulo, adaptado para a função de parque (atual Jardim da Luz), de 1838.

Em Belo Horizonte, o Parque Municipal Renné Giannetti, figura 11 e 12, construído em 1897 e atualmente com 180.000 m², foi um dos primeiros espaços concebidos dentro do projeto de uma nova cidade (MACEDO, 2012).

Figura 11 e 12. Parque Municipal Renné Giannetti, Belo Horizonte-MG.



Foto: Click Estúdio/Acervo Belotur, 2015.



Foto: Click Estúdio/Acervo Belotur, 2015.

Porém, além do Rio de Janeiro segundo os dados históricos, pode-se dizer também que a gênese de parques urbanos no Brasil ocorreu na cidade de Recife, com a construção de um viveiro e um jardim nas propriedades de Maurício de Nassau, em 1642, conforme a figura 13.

Figura 13. Jardins de Maurício de Nassau em Recife-PE.



Fonte: Praças e Parques do Recife. 2018

As reformas urbanas implantadas na cidade do Rio de Janeiro, durante a gestão do prefeito Pereira Passos, que havia vivido em Paris e acompanhado as reformas do Plano de Haussmann, já mencionadas em páginas anteriores, foram justificadas em função da falta de saneamento. Marins (1998) evidencia a situação insalubre do Centro do Rio de Janeiro:

O quadro precário das habitações das maiores faixas das populações urbanas cariocas se repetia nas demais capitais provinciais o que se tornava evidente nas altas taxas de mortalidade que acometiam os domicílios populares, provocadas pelas sucessões de surtos de cóleramorbo, febre amarela, varíola, malária e em particular da tuberculose [...] doenças todas que agravavam em razão das péssimas condições de salubridade oferecidas pelas ruas imundas, mas sobretudo pelas casas lotadas e sem infraestrutura de esgotamento e abastecimento de água [...] (Marins, 1998, p. 139-140).

Em prol das grandes reestruturações idealizadas pelas elites que desejavam romper com as marcas coloniais ancoradas nas necessidades higienistas, cortiços inteiros e estalagens das áreas centrais foram demolidos, e transformados em

espaços “dignos” das elites emergentes (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 18). Nesses novos espaços foram sendo criados e reformulados parques e áreas verdes como símbolo do novo ideário elitizado.

Sobre a vida social nos espaços públicos da época, torna-se necessário ressaltar que:

Por esses espaços públicos passeia a nova aristocracia [...], exibindo um vestuário à francesa e imitando os hábitos parisienses. [...] a massa urbana estava praticamente alijada de tais espaços, cujo uso somente era permitido aos decentemente trajados, isto é [...] como europeus. (MACEDO e SAKATA, 2010, p. 23).

Segundo os autores mencionados acima, os parques brasileiros se dividem ao longo da história em ecléticos, modernos e contemporâneos.

Os primeiros parques no Brasil - os parques ecléticos – possuem uma configuração morfológica estruturada por grandes maciços de árvores, extensos relvados, águas em lagos e espelhos d’água com formas orgânicas ou geométricas, fontes e chafarizes. Seu traçado é de linhas orgânicas ou combinado com linhas geométricas (clássica e romântica), obedecendo a eixos de circulação que acentuam pontos de convergência. A vegetação possui espécies de origem europeia associadas às espécies nativas, criando cenários bucólicos; são comuns também, viveiros de plantas e a presença de pequenos animais. Destinam-se ao lazer contemplativo em passeios, festejos locais, encontros e exibição da “pompa” das elites brasileiras.

O parque urbano brasileiro do século XIX era totalmente alheio às necessidades sociais da massa urbana, entretanto com o advento do século XX, as cidades cresceram intensamente e a população aumentou. Os vazios urbanos (terreiros, várzeas, fundos de vale), antes apropriados informalmente para o lazer da população, foram sendo eliminados e a demanda por novos espaços crescendo rapidamente.

Durante a primeira metade do século XX, os parques eram em pequeno número e concentravam-se em áreas centrais ou bairros mais valorizados das principais cidades brasileiras. Macedo e Sakata (2010, p. 33) ressaltam que “se já existia, nos anos 30 e 40, uma forte onda de modernidade, essa tendência não se refletiu de imediato no desenho e tão pouco ao programa funcional dos poucos parques construídos em grandes cidades como São Paulo, Porto Alegre e Recife”.

A necessidade de novos parques e de um novo programa de uso que atenda às necessidades da população começa a se delinear, a partir do fim da Segunda

Guerra Mundial (MACEDO; SAKATA, 2010; MACEDO, 2015). O esporte passa a ser bastante valorizado e o lazer cultural integra o espaço dos parques através da criação de arenas e áreas de múltiplo uso. Natação, futebol, jogos de bola informal passam a necessitar de instalações adequadas inclusive para competições e torneios oficiais, além da introdução do playground, importação tipicamente norte-americana.

Somente a partir da segunda metade do século XX, com o grande aumento populacional e com a escassez dos vazios urbanos é que os parques se tornaram uma necessidade social mais ampla nas cidades brasileiras. O Parque municipal Lagoa do Taquaral, localizado em Campinas-SP, conforme figura 14, demonstra exemplo de parque com essas características. O local fazia parte de uma antiga fazenda e através da lei municipal, n.356, de 14 de julho de 1950 tornou-se um parque urbano sendo oficialmente inaugurado em 5 de novembro de 1972. Dentre as atrações atuais, destacam-se a grande lagoa, uma réplica da Caravela Anunciação, um planetário e dentre outros.

Figura 14. Parque Municipal Lagoa do Taquaral em Campinas-SP.



Fonte: Disponível em: <https://www.campinas.com.br>, acessado em 29.08.2018

Os parques da linha Moderna possuem playgrounds, áreas de convívio familiar, quadras poliesportivas, bem como atividades culturais em museus, anfiteatros, bibliotecas e teatros, visando atender às finalidades recreativas. Os elementos típicos dos parques ecléticos (bosques, gramados e água) estão presentes, mas com

figuração totalmente desvinculada da anterior. São abandonados os caminhos sinuosos, os elementos românticos ou pitorescos e os jardins muito ajardinados, e incorporadas linhas geométricas, definidas e limpas. A vegetação tropical predomina e segue uma linguagem mais naturalística, o lazer contemplativo divide lugar com o lazer ativo em áreas claramente definidas.

A partir do final dos anos 1960, iniciou-se um processo de investimento público sistemático na criação de parques urbanos com novos objetivos, programas de uso e formas de agenciamento, e não mais destinado às elites. Na década seguinte é consolidada a figura do parque de uso misto, contemplativo e recreativo, com dimensões mais reduzidas, porém com programa similar aos grandes parques.

Ainda nesta época, propostas de planejamento urbano conciliadas com a criação de parques e áreas verdes. Um dos exemplos dessa nova tendência é a cidade de Curitiba que transformou extensos terrenos antes abandonados ou edificadas em áreas de parques com lagos artificiais para conter a inundação, além de equipamentos esportivos e de lazer, integrados por um moderno sistema de mobilidade urbana (MACEDO; SAKATA, 2010).

A partir dos anos 1980, surgem novas possibilidades de lazer (shoppings centers, clubes esportivos, teatros, shows, academias), facilitadas pelos meios de comunicação e de mobilidade urbana. A revisão compulsória dos planos diretores por todo o país, que incorporaram em suas recomendações o planejamento de sistemas de áreas verdes, favorece a criação de novos parques. Contudo, houve a simplificação dos projetos implantados, muitas vezes adaptações modestas a terrenos ociosos com a inserção de equipamentos básicos, e baixos investimentos no planejamento de sistemas de espaços verdes. Com exceção dos parques novos de maior porte, concebidos geralmente, para valorização de paisagens cênicas e ambientais locais, pequenos parques são construídos e os mais antigos, reciclados e reequipados.

Já ao final do século XX, os parques contemporâneos surgem, motivados por questionamentos aos princípios modernistas (MACEDO; SAKATA, 2010). Neste período, inicia-se um processo de liberdade na concepção dos espaços livres com a utilização de uma linguagem pós-moderna. As características dos projetos deste tipo incorporavam elementos ecléticos com nova linguagem, influência de ideias desconstrutivistas e simbólicas internacionais, e inspiração formalista de origem do paisagismo americano, francês e espanhol; além de conceitos ecológicos.

Apesar do predomínio do caráter ativo, a atividade contemplativa é mantida; mas o culto ao corpo ganha importância, e com ele, a diversificação de equipamentos esportivos. Como exemplo o parque Jardim Botânico de Curitiba (1991), que a figura 15 apresenta através dos passeios, shafariz, jardins e espaços de contemplação.

Figura 15. Jardim Botânico de Curitiba-PR.



Fonte: Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/jardim-botanico-e-parque-tangua-terao-bistro-e-loja-curitibasualinda/47729>, acessado em 05.11.2018

Outras características de parques contemporâneos é a redescoberta dos espaços verdes como requalificadores dos ambientes, sobretudo em contextos urbanos degradados, buscando construir uma nova identidade à região (PANZINI, 2013). Grandes projetos paisagísticos passam a ter em comum terrenos geralmente marginalizados e exauridos por processos de transformação do território em função da era pós-industrial, da reutilização de zonas produtivas, de áreas e instalações subutilizadas, dentre outras situações.

A reutilização de terrenos degradados para o lazer da população tem destaque no bairro Pinheiros, em São Paulo. Em uma área antes usada para depósito e tratamento de lixo até 1989, um projeto ousado e inovador (elaborado em 2006), incluindo soluções sustentáveis (piso de materiais recicláveis, jardim suspenso, reuso de água, dentre outras), transformou esta área de difícil acesso em um espaço de

convívio social, educação e cultura. A Praça Victor Civita (figura 16), construída em uma área de 13.648 m² com parceria público-privada e inaugurada em 2008, conta com palco e arquibancada onde acontecem shows regulares, apresentações de teatro e cinema, museu sustentável e local para prática de exercícios muito utilizado pela população.

Figura 16. Praça Victor Civita – SP como conceito de reutilização de espaços.



Foto: Nelson Kon, 2010.

A recriação de paisagens naturais em ambientes transformados pela ação humana, processo denominado “ecogênese” (PANZINI, 2013, p. 639), também é uma marca deste século, se espalhando pelo mundo. No Brasil, destacam-se os trabalhos de Fernando Chacel com os parques Gleba E (parte de um empreendimento imobiliário privado), e o parque público Professor Mello Barreto, construídos entre 1994 a 1998. Estes projetos propõem a recuperação das margens da Lagoa da Tijuca por meio da recriação de paisagens naturais extintas (mangues, jardins, dunas e restingas). Na cidade de São Paulo, o Parque da Cidade de Toronto (1992), ocupado quase que integralmente por um grande lago, traz elementos que acabam valorizando ambientes até então renegados em épocas passadas: passarelas sobre um charco, permitindo o passeio sobre esta área.

Em meio à esta multiplicidade de situações, surge uma aproximação maior de profissionais nas intervenções paisagísticas, urbanistas, arquitetos, paisagistas, agrônomos, naturalistas e artistas. O uso de formas geométricas, a reutilização de fragmentos históricos e vestígios de paisagens culturais, e a influência das artes visuais são princípios adotados nestes projetos.

Estes veiculavam com discursos que enalteciam suas virtudes ligadas ao “higienismo, pacifismo e beleza estética” como instrumentos de integração social e espacial das cidades”, de uma forma geral, os parques e seus investimentos fazem parte de operações urbanas que valorizam as áreas onde são implantados provocando a substituição das populações residentes e alterações no perfil social das regiões afetadas. A construção de parques com esta finalidade é também destacada por Sakata (2015), entretanto a autora alia a essa intenção, a tomada de consciência ambiental na preservação dos bens naturais já tão limitados desde o século passado, e agravando-se neste. Neste sentido, Sakata (2015) alega que este consenso – integração social e espacial das cidades - em torno dos parques:

[...] os alça à categoria de produto de relativo sucesso em termos de visibilidade e retorno político para muitas administrações municipais”, [...] “que preserva o meio ambiente e, ao mesmo tempo, valoriza o bairro e amplia as possibilidades de lazer (SAKATA, 2015, p. 18).

A autora também destaca que os parques urbanos, projetados e implantados no início do século XXI, são concebidos, muitas vezes, à sombra dos parques tradicionais, mas em função do porte, da distribuição pela cidade, dos programas de uso e dos projetos que recebem, apresentam diferenças significativas em relação aos originais.

Os parques surgem a partir da existência de áreas verdes vazias nas cidades em desenvolvimento, de sua presença nos planos urbanísticos e, também, da tendência contemporânea que reivindica áreas verdes destinadas ao lazer nas cidades. A participação dos movimentos populares na luta pelo direito a estes espaços tem aumentado nos últimos anos, apontando três características de parques como: a revitalização de áreas antes com outros fins, recriação de paisagens naturais e a participação popular.

Atualmente, diante de poucos investimentos públicos ou privados para a melhoria e manutenção dos espaços livres públicos nas cidades e do surgimento de

novas opções de lazer dotadas de segurança e conforto, vem sendo incorporadas aos parques atuais novas características e atratividades.

A presença de parques tecnológicos ou científicos, que atendem a universidades, centros de pesquisa e empresas de inovação e agregam atividades econômicas e culturais; dos parques de pesca, parques temáticos, chácaras de recreio e outros tantos espaços particulares destinados ao lazer urbano que já eram comuns desde o século passado.

2.1.3 Conceitos e tipologia dos Parques na cidade

Após o panorama das origens e evolução dos parques urbanos, inicialmente nos países da Europa e nos Estados Unidos, e em seguida no Brasil, e das características principais dos parques modernos e contemporâneos, parte-se para análise dos conceitos de parques adotados pelos autores e suas tipologias.

Algumas definições de parques dão mais ênfase à questão ambiental, outras à recreação, ou ao aspecto social. Não somente as formas dos parques urbanos se diferenciam, mas também seus usos e suas funções. Ao longo de sua formação, Scalise (2002) ressalta que os parques se confundem com outras tipologias de espaços livres públicos, já que eles permeiam, contêm, foram ou transformaram-se, em jardins, praças, passeios públicos, dentre outros. Este fato relaciona-se, segundo o mesmo autor, com a peculiaridade de cada espaço, refletindo a dinâmica e o contexto em que se situa, além do momento em que foi idealizado, projetado ou modificado, tornando-se complexa a existência de uma definição homogênea.

Frederick Law Olmsted (apud Scalise, 2002, p. 18) identifica a dimensão como a característica definidora dos parques e os associa a cenários:

[...] reservo este termo para lugares que se distinguem não por possuírem árvores, sejam elas isoladas, em grupo ou em maciços, ou por possuírem flores, estátuas, estradas, pontes ou ainda coleções disso ou daquilo. Reservo a palavra parque para lugares com amplitude e espaço suficientes e com todas as qualidades necessárias que justifiquem a aplicação a eles daquilo que pode ser encontrado na palavra cenário ou na palavra paisagem, no seu sentido mais antigo e radical, naquilo que os aproxima muito de cenário (Olmsted, apud Scalise, 2002, p. 18).

Já Macedo e Sakata (2010, p. 13) ao conceituar o parque urbano como “(...) espaço livre público estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana”,

ênfatizam duas condições básicas dos parques: presença de vegetação e função recreativa. Os autores, na mesma publicação (2010, p. 14) complementam “(...) espaço público de lazer ou de conservação que contém vegetação, qualquer que seja o seu porte, seja um pátio ou uma área com milhares de metros quadrados”, independente do porte ou dimensão.

Por outro lado, Lamas (s/d, apud MENDONÇA, 2007) não atribui conceito específico para parque. Enquadra os parques na categoria “estruturas verdes”, definidas como elementos indispensáveis na estrutura urbana, responsáveis por caracterizar a imagem da cidade, que apresentam individualidade própria, desempenham funções específicas como elementos de composição e de desenho urbano, e servem para organizar, definir e conter espaços. Ainda segundo o autor, podem ser incluídos na subcategoria “espaços verdes”, junto à alameda e ao jardim.

Teixeira (2007) propõe uma definição de parque que engloba três atributos – dimensão, elementos naturais e atividades de recreação -, unindo dessa forma as definições de Olmsted e Macedo:

[...] espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinado à recreação (TEIXEIRA, 2007, p. 9).

Carneiro e Mesquita (2000) incluem em sua definição de parques a existência de edificações, e consideram uma dimensão mais modesta que as indicadas por Olmsted, podendo ser um pouco maior que uma quadra urbana. Elas definem parques como:

[...] espaços livres públicos com função predominante de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana, em geral apresentando componentes da paisagem natural – vegetação, topografia, elemento aquático – como também edificações destinadas a atividades recreativas, culturais e/ ou administrativas (CARNEIRO e MESQUITA, 2000, p. 28).

Diante de várias definições, o papel dos parques no Brasil é abrangente, e sua definição, nem sempre precisa. A dificuldade de estabelecer um conceito claro de parques urbanos decorrente dos diversos papéis assumidos ao longo da história, da falta de consenso a respeito da dimensão física e social, do grau de isolamento em relação ao entorno e da quantidade de equipamentos necessários para se configurar um parque, apresenta-se uma definição a seguir.

Assim, considera-se como parque todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (MACEDO; SAKATA, 2010).

A dimensão de um parque está vinculada à sua capacidade de propiciar a execução de inúmeras atividades de um modo simultâneo por diversos grupos, o que o diferencia de uma praça que tende à monofuncionalidade e ao atendimento restrito de uma vizinhança ou coletividade. O autor, de forma mais específica, identifica a área mínima e a multifuncionalidade como fator definidor para parques:

Considera-se como parque um logradouro estruturado por vegetação, águas ou relevo com dimensão superior a 20 mil m², isto é, pelo menos mais que o equivalente a dois quarteirões contínuos e interligados, não podendo, no caso de possuírem tais dimensões, ser cortados por vias. Por vezes, praças de pequeno e médio porte tem muita vegetação impossibilitando a visualização do seu espaço, sendo designados parques, mas o que determina, nesse caso, sua classificação é a monofuncionalidade do espaço (MACEDO, 2012, p. 143).

A definição de parques urbanos adotada nesta dissertação concilia os principais conceitos aqui abordados, considerando-os como: espaços de uso público destinados à recreação da população, estruturados por vegetação e que apresentam estruturas e instalações destinadas a atividades recreativas, esportivas, culturais e/ou educativas, e cuja estrutura morfológica é autossuficiente com relação ao entorno e com dimensão superior à uma quadra típica urbana.

Para os parques contemporâneos, a classificação está baseada na estruturação formal, no programa de atividades e no posicionamento no tecido urbano. De acordo com a estrutura formal, os parques podem ser: neoeccléticos ou pós-modernos ambientalistas, formalistas-geometrizes; e românticos ou tradicionais e românticos ou tradicionais.

Como exemplo de parques neoeccléticos ou pós-modernos tem-se o Parque Mangal das Garças (1999), em Belém. Os precursores dos parques ambientalistas são os curitibanos e paulistas das décadas de 1970 e 1980; destaque também para os parques Mindú (1996), em Manaus e Parque do Cocó (1980), em Fortaleza. Os formalistas-geometrizes são representados pelos parques Jardim dos Namorados (1997) e da Costa Azul (1995), em Salvador e o Chico Mendes, em São Paulo (1988).

Os parques românticos ou tradicionais são a os tipos mais comuns de parques; possuem uma estrutura morfológica padrão estruturada por arvoredos, gramados e jardins formais ou tropicais onde as atividades se desenvolvem.

De acordo com o programa de atividades podem ser contemplativos, recreativos e conservacionista. O Parque Tancredão (reformulado em 2009), situado em Vitória-SC, é um exemplo de parque recreativo, pois se destina exclusivamente às atividades esportivas; enquanto os parques contemplativos- recreativos (a maioria brasileira) adotam ambos os usos e atividades.

Estas se apresentam-se acordo com o posicionamento no tecido urbano e se classifica como: compactos e lineares.

A maioria dos parques brasileiros são do tipo compactos que devido à sua constituição morfológica, são isolados do seu entorno imediato. Os lineares têm como finalidade a conservação de um corpo d'água ou remanescente de mata nativa e geralmente ocupam áreas significativas do tecido urbano, cortando a malha urbana de forma radical e sendo caracterizados por reduzida largura e grande extensão. Mesmo não sendo novidade, são uma criação típica dos anos 2000. Como exemplo deste tipo, tem-se os Parques do Aterro do Flamengo (1962), e mais recente o Parque do Parreão (1993), em Fortaleza-CE.

Na busca de outras classificações envolvendo, além de programa e desenho, mas também dimensão, localização e área de influência foram encontradas outras categorizações para parques urbanos.

Para os parques de recreação, Teixeira (2007) apresenta a seguinte subdivisão:

Recreação de Vizinhança

Pequenas áreas que variam entre 12.000 a 28.000 m², de fácil acesso, localizadas o mais próximo possível da população a que devem servir. São destinadas à recreação diária de crianças até 10 anos e incluem em sua estrutura área de estar para adultos. Localizam-se geralmente próximas a escolas de primeiro grau; seu raio de atendimento não deve ultrapassar os 500m, sem cruzamento com vias de tráfego intenso. Recreação ativa (0 a 10 anos) e passiva (adultos).

Recreação de bairro

Áreas médias entre 48.000 a 80.000 m² que proporcionam recreação a uma faixa etária maior, entre 11 e 24 anos. Também possuem área de estar para adultos e proporcionam atendimento diário num raio máximo de 1 km. Devem estar sempre localizadas nas proximidades de um parque de vizinhança, em geral nos arredores de escolas secundárias. Recreação ativa (11 a 24 anos) e passiva (adultos).

Setoriais e metropolitanos

Grandes áreas equipadas para recreação (ativa e passiva) de toda a população municipal ou metropolitana. Destinam-se ao uso em finais de semana e em período de férias. Nestes parques de áreas superiores a 20.000 m² há predominância de cobertura vegetal. O raio de abrangência é de 5 km. (TEIXEIRA, 2007, p.12).

A classificação proposta por Teixeira (2007) se divide em parques de vizinhança, de bairro e distritais, como descrito a seguir:

Parques de vizinhança

[...] planejados para servir a uma unidade de vizinhança ou de habitação, substituem as ruas e os quintais de casas das cidades menores [...] São espaços livres de dimensões reduzidas utilizados para recreação e que estão inseridos no projeto de loteamento ocupando um ou mais lotes. Devem conter elementos vegetais, de construção, ambientes de jogos, bancos para adultos etc. Para atender otimamente a população devem estar entre 100 e 1000 m de distância das residências ou do trabalho.

Parques de bairro

[...] são de dimensões maiores e utilizados para múltiplos jogos. Além de terem função recreacional intensa, podem ter funções paisagísticas ou bioclimáticas quando são dotados de vegetação [...] não são concebidos como extensão das residências, devendo conter uma gama maior de equipamentos de lazer. Tem área mínima de 10 ha.

Parques distritais

Esta categoria de espaço livre é de grande dimensão, são áreas de bosques que contêm elemento naturais de grande beleza tais como rios, lagos, cachoeiras, praias, montanhas, que devem ser conservadas na condição original. Devem ser organizados e equipados para permitir acampamentos; possuir sistemas de veredas para passeios a pé e a cavalo; locais para banho, natação, pesca, passeios de barco e demais esportes. A diferença maior é que são áreas de responsabilidade extra urbana, servindo como um espaço público para habitantes de diferentes cidades próximas (TEIXEIRA, 2007, p.13).

Mascaró (2008) diferencia os parques em suburbanos, localizados fora do perímetro urbano, e os parques urbanos, localizados nas cidades ou pelo menos, lateralmente às mesmas. Segundo este mesmo autor, o parque urbano deve ter dimensões entre 10 e 50 ha, e distâncias máximas das residências de até 5 km.

2.1.4 O Papel dos parques urbanos nas cidades

A presença da natureza, representado aqui pelos parques urbanos na cidade é de grande importância para a melhoria das condições de vida da população, pois remete à ruptura com o cotidiano. Os parques proporcionam conforto térmico, ambiental e acústico; encontro das pessoas; espaços de lazer; formas de contemplação e fruição; embelezamento; compõe a paisagem; minimiza o processo

de erosão do solo; reduz a poeira e poluição; abriga a biodiversidade – fauna e flora - e aumenta a umidade na cidade.

Nesse sentido, é necessário que haja planos, programas e gestão por parte do poder público, ou em parceria com o poder privado, para adequar e manter a infraestrutura do espaço, concomitantemente à educação no usufruto por parte dos visitantes e da população local para que preservem os elementos naturais existentes.

O parque urbano é todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno. Neste caso, além dos tipos de uso, funções e morfologia, deve-se incluir a obrigatoriedade da presença da vegetação arbórea, pois a massa vegetal e seus efeitos positivos no ambiente urbano é que fazem diferença entre o parque e outras áreas verdes. Para Melazo e Colesanti (2003), os parques urbanos:

[...] representam na dinâmica das cidades, um “espaço verde” fundamental no contexto de crescimento e desenvolvimento econômico e urbano, pois, através deles, proporcionam para a comunidade dos bairros que os circundam como também para toda a cidade, um espaço destinado ao lazer, ao contato com a natureza, onde o homem se encontra totalmente inserido (MELAZO e COLESANTI, 2003, p.06).

Diversos autores também têm dado ênfase aos benefícios das áreas verdes no contexto da cidade. Por exemplo, Loboda e De Angelis (2005), Nucci (2001), Melazo e Colesanti (2003), entre tantos outros, demonstram em seus trabalhos os inúmeros benefícios dessas áreas, tendo em vista que a qualidade da vida da cidade está intimamente relacionada à questão ambiental. Neste caso as áreas verdes urbanas públicas constituem-se em um elemento imprescindível para o bem-estar da população. Loboda e De Angelis (2005) corrobora com esta afirmação:

As áreas verdes urbanas são de extrema importância para a qualidade da vida urbana. Elas agem simultaneamente sobre o lado físico e mental do homem, absorvendo ruídos, atenuando o calor do sol; no plano psicológico, atenua o sentimento de opressão do homem com relação às grandes edificações; constitui-se em eficaz filtro das partículas sólidas em suspensão no ar, contribui para a formação e o aprimoramento do senso estético, entre tantos outros benefícios (LOBODA e DE ANGELIS, 2005, p. 134).

Portanto, os parques dentro da cidade têm um importante papel ambiental tanto na conservação de bosques e cursos d'água quanto na drenagem urbana, tornando-

se áreas permeáveis, que retêm e infiltram águas pluviais e são uma compensação à invariável impermeabilização da malha construída.

Independentemente de sua classificação, os parques promovem um diálogo com a cidade, promovendo uma ambiência qualitativa e quantitativa na relação socioespacial. Ao serem projetados, implantados e/ou resgatados, a partir das políticas públicas, são percebidos pela população, porque preserva o meio ambiente ao mesmo tempo em que valoriza o bairro e amplia as possibilidades de espaços de lazer, recreação, etc.

São inúmeros os benefícios proporcionados à cidade, os quais se constituem tanto no sentido de proporcionar qualidade de vida às pessoas quanto funcionam como espaços “legitimadores” dos agentes urbanos.

Diante da importância, o quadro a seguir apresenta uma classificação sintética com relação a influência positiva da vegetação sobre a dinâmica das cidades.

Figura 17 – Quadro das Funções da vegetação no contexto em cidades

COMPOSIÇÃO ATMOSFÉRICA	-Ação purificadora por fixação de poeiras e materiais residuais; -Ação purificadora por depuração bacteriana e de outros micro-organismos; -Ação purificadora por reciclagem de gases através de mecanismos fotossintéticos; -Ação purificadora por fixação de gases tóxicos.
EQUILÍBRIO ENTRE SOLO, CLIMA E VEGETAÇÃO	-Luminosidade e temperatura (a vegetação ao filtrar a radiação solar, suaviza as temperaturas extremas); -Umidade e temperatura (a vegetação contribui para conservar a umidade do solo, atenuando sua temperatura); -Redução na velocidade do vento; -Manutenção das propriedades do solo de permeabilidade e fertilidade; -Oferta de abrigo à fauna existente; -Influência sobre o balanço hídrico.
NÍVEIS DE RUÍDO	-Amortecimento dos ruídos de fundo sonoro contínuo e descontínuo de caráter estridente, ocorrentes nas grandes cidades.
ESTÉTICO	-Quebra da monotonia da paisagem das cidades, causada pelos grandes complexos de edificações; -Valorização visual e ornamental do espaço urbano; -Caracterização e sinalização de espaços, constituindo-se em um elemento de interação entre as atividades humanas e o meio ambiente.

Fonte: Guzzo (1998, p. 07).

Dada a importância e os benefícios apresentados, cabe refletir acerca das transformações destes espaços, com viés geográfico, ao longo da história consoante à dinâmica das relações sociais e de sua influência sobre o espaço urbano, visto que

a produção do espaço é resultado dos fatos do passado e do presente. Barros (2017, p.15) é categórico ao afirmar que “(...) a História é o estudo do Homem no *Tempo* e no *Espaço*”. Assim, as relações que se dão no espaço compõem também em:

Ações e transformações que afetam esta ou aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social (BARROS, 2017, p.15).

O parque urbano tem sido moldado, ao longo do tempo, pela ação do homem, criando e recriando espaços com múltiplas funções e usos. Santos (2008) entende que:

[...] o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Conseqüentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender a sua relação com a sociedade, pois é esta que dita à compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço (SANTOS, 2008, p. 67).

Ao articular a categoria de espaço, surge a necessidade de compreensão da evolução do espaço geográfico, aliada ao cenário do surgimento dos parques urbanos. Santos (2008, p. 75) afirma quanto a compreensão da organização espacial que “(...) com a sua evolução, só se torna possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estruturas e funções através dos tempos”. O próprio surgimento dos parques urbanos na Europa e Estados Unidos atende a uma demanda dos processos de urbanização e industrialização dos países.

Confirmando-se dessa forma, quanto às transformações que ocorreram e ocorrem no espaço geográfico pois, quando se estuda a organização espacial, esses conceitos - forma, função, estrutura e processo, são necessários para explicar como o espaço social está estruturado, como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço provocam mudanças. A acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial.

Portanto, dentre as possíveis formas do papel do parque na cidade, que entre o processo de urbanização contemporâneo e a preservação do meio ambiente, o parque urbano aparece com novos contornos culturais e estéticos, desenhando o

perfil, entorno e identidades, devendo ser encarados nos seus diferentes tempos, funções e usos.

Ao analisar essas definições, observa-se que os parques urbanos possuem várias diferenças entre si, no que diz respeito às dimensões, formas, funções, conteúdo. A questão relacional entre os parques e a cidade dão por vezes mais ênfase à questão ambiental, e outros à recreação, ou ao aspecto social, conforme afirma Lefebvre (1976 apud CAVALCANTI, 2005) que:

(...) os parques, como espaços públicos de lazer, integrantes de um sistema de objetos técnicos passam a constituir elementos importantes na regulação das relações sociais, juntamente com a cultura, a educação e a produção do conhecimento nas universidades. (CAVALCANTI, 2005, p.78)

2.1.5 Parques urbanos em Boa Vista-RR: um objeto social

Assim, cabe uma compreensão teórica da dinâmica de produção socioespacial a partir dos parques urbanos em Boa Vista-RR, diante das ações e intencionalidades aplicadas no dado historiográfico. Santos (1978, p.171), aponta o espaço como “(...) um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções”. O autor explica ainda mais que:

(...) o espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais (SANTOS, 1978, p. 171).

Diante do contexto, a paisagem urbana está em constante transformação e as relações entre dinâmica do espaço e o crescimento populacional vão desenhar as formas e os conteúdos da desigualdade socioespacial. Barros (2017, p.23) define o próprio estudo da Geografia como “(...) o Homem, o Espaço e Meio (ou a materialidade)” e que complementa:

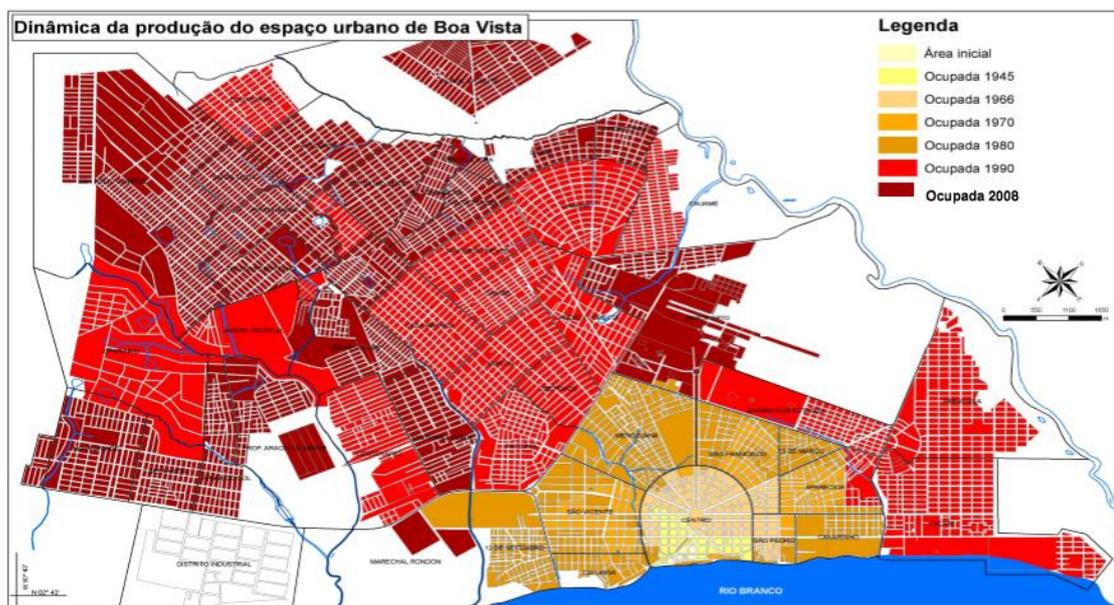
A Geografia tanto estuda as relações dos homens entre si, medidas pelo espaço e pelo meio natural no qual eles vivem e o qual eles também produzem, como estuda as relações entre os conjuntos humanos (população, sociedades) e estes espaços e meios materiais (BARROS, 2017, p. 23).

Assim, o processo de urbanização de Boa Vista, figura 17, transformou numa prática socioespacial, modificada a partir de cenários sazonais políticos, econômicos,

sociais e culturais, que, assim como descaracterizou o traçado do plano urbanístico inicial, também redefiniu hierarquias espaciais em função da própria dinâmica na cidade.

Nota-se que espaço é produto das relações entre os homens e dos homens com a natureza, e ao mesmo tempo é fator que interfere nas mesmas relações existentes entre os homens no meio social. Desta forma, a figura 18 demonstra a evolução da produção espacial, visto no tecido urbano desde 1945 até 2008.

Figura 18 – Produção do espaço urbano: Da gênese até 2008



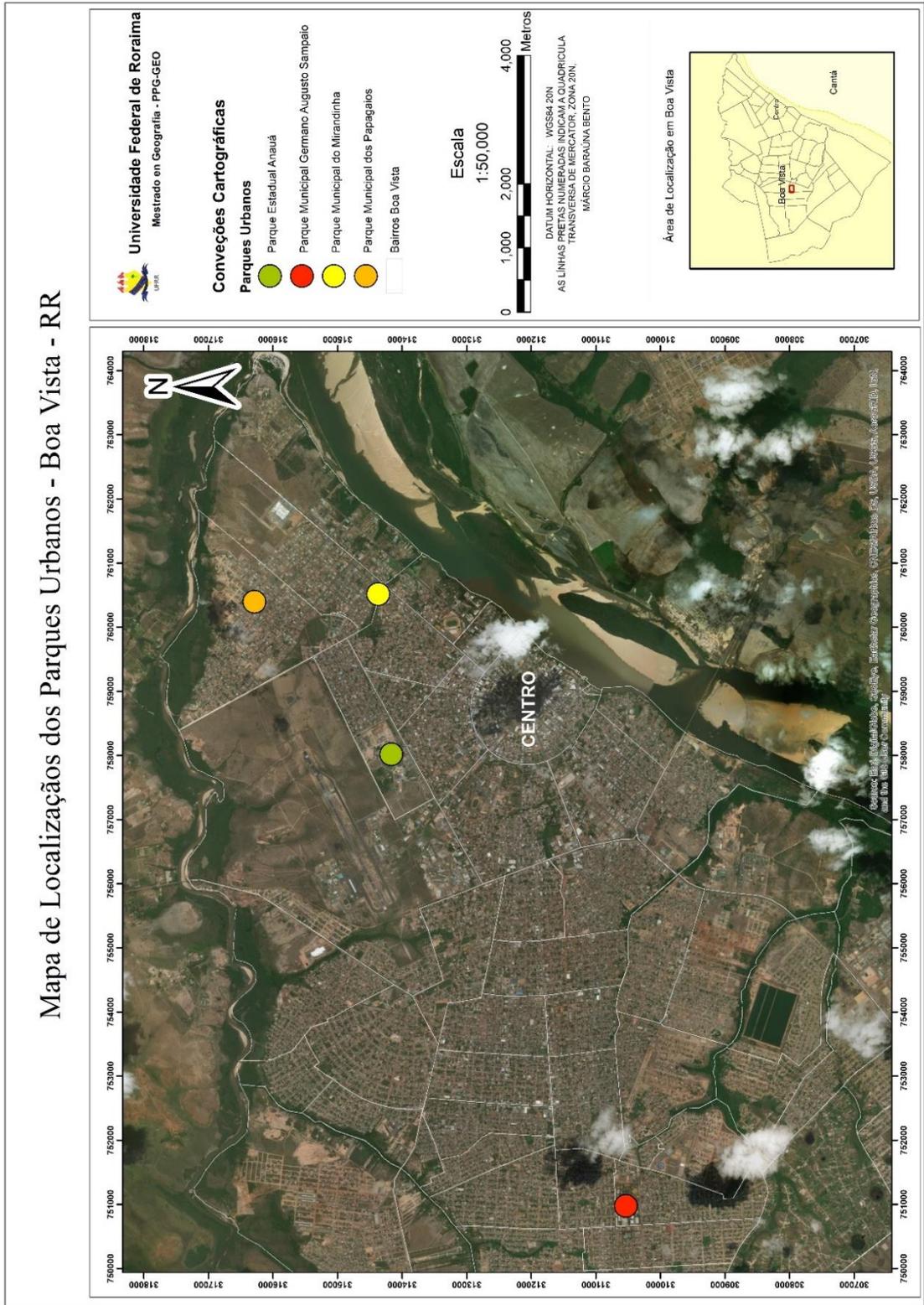
Fonte: IBGE, 2004 e Plano Diretor de Boa Vista, 2006 \ Organização: Antonio Tolrino de Rezende Veras e Letícia Palazzi

Silveira (2008) entende que:

a relação entre os períodos históricos e a organização espacial também devem ser analisadas, onde nos revelarão uma sucessão de sistemas espaciais na qual o valor relativo a cada lugar está sempre no correr da história” (SILVEIRA, 2008, p.47).

Portanto, diante do contexto geohistórico, os espaços públicos em Boa Vista-RR acompanharam as mudanças ocorridas na nova organização socioespacial, surgindo novos cenários como os parques urbanos conforme a figura 19.

Figura 19 – Mapa de localização dos parques urbanos/Boa Vista-RR.



Fonte: Desenvolvido pelo autor, 2018.

Ao analisar o mapa da figura 19, nota-se que os parques urbanos em Boa Vista-RR não apenas estão localizados em zonas diferentes e apresentam contextos e cenários socioespaciais peculiares, tanto em sua formação quanto na tipologia de uso e funções.

Durante a análise, identificou-se que na zona leste existem 02 parques públicos, um denominado Parque dos Papagaios, localizado numa zona extremamente residencial e o outro conhecido como o Parque do Mirandinha, às margens do igarapé do Mirandinha. Já próximo a zona central da cidade, concentra o Parque Anauá, considerado o maior parque urbano do Norte no Brasil, onde sua gênese se deu praticamente em junto com a cidade. E por fim, identifica-se o sujeito desta pesquisa, o Parque Municipal Germano Augusto Sampaio – PMGAS localizado na zona Oeste, sendo referência como espaço de lazer, esporte e cultura para a cidade.

Assim, se faz necessário a descrição de cada parque urbano, descrevendo suas características físicas, social e ambiental e discutindo a relação da administração pública com o espaço e com a própria sociedade. Portanto apresenta-se a partir de uma ordem cronológica em função com a própria formação da cidade como o Parque Anauá, o Parque dos Papagaios, Parque do Mirandinha e por fim o Parque Municipal Germano Augusto Sampaio – PMGAS.

2.1.5.1 Descrição dos Parques em Boa Vista-RR

Atualmente, o **Parque Estadual Anauá**, considerado o maior parque urbano da região norte do Brasil, tem sua gênese a partir da década de 1930, pertencente à família Campos. Seguidamente, na década de 1940, a propriedade foi adquirida por um inglês oriundo da Guiana, que possuía o sobrenome Gorinski, em seguida, no ano de 1947, vendeu o lago ou a área adjacente para um americano conhecido como “Black”, cuja a esposa se chamava Miss Beverly que,

(...) percebendo o movimento no local resolveu fazer um tipo de boate/restaurante, que funcionava em instalações incipientes, não havendo sequer instalações sanitárias. Contudo, a sua boate/restaurante foi um sucesso e ficaram famosas as “potatões” ou as batatas fritas de Miss Beverly. O lago transformou-se assim em área de lazer e passou a ser chamado de “lago dos americanos” (LIMA, 2011 apud NASCIMENTO et al., 2018, p. 3).

De fato, chamada ‘Fazenda dos Americanos’, na qual apresentava um elemento natural marcante, uma lagoa natural conforme figura 20, que ficou conhecida como *lagoa dos americanos* (figura 21). Não existem referências históricas publicadas no que diz respeito a origem da localidade como espaço de lazer, porém são relatos de história oral.

Figura 20/21 – Lago dos ‘americanos’ na década de 1970



Fonte: DAU/UFRR, 2017.

Esta corrente historiográfica é corroborada a partir destas histórias, onde Freitas (2002) conceitua que cujo método consiste na realização de depoimentos pessoais orais, por meio da técnica de entrevista que utiliza um gravador, além de estratégias, questões práticas e éticas relacionadas ao uso desse método.

De acordo com os relatos do Sr. Salim Mustafa, reside na cidade desde 1972, relata que:

Nesta época, o parque tinha somente um grande lago, que mais tarde seria conhecido o lago dos americanos, devido um americano ter comprado essa área. Não existia nada entorno do lago, um grande lavrado (História oral, Sr. Salim Mustafa, 2018).

No contexto político, o governador a época, Hélio da Costa Campos (Rio de Janeiro, 1921/Brasília, 1991), geriu até então o Território de Roraima pelo período de 1967 a 1969 e, subsequentemente, de 1970 a 1974, doou a área para a INFRAERO para a implantação do aeroporto, posteriormente conhecido como Aeroporto Internacional de Boa Vista - Atlas Brasil Cantanhede, sendo que a região adjacente ao lago foi retirada da área total de doação, devido a intensa pressão popular.

A partir de 1970, a fim de ocupar o território, surgiram diversos arrendatários como Mário Quadros, Petita Brasil, Antonio Paracat e 6º. Batalhão de Engenharia de Construção (6º. BEC), que utilizava o espaço como clube de recreação. As primeiras instalações do parque foram implantadas durante o governo Fernando Ramos Pereira,

Na segunda gestão do então governador, entre os anos de 1991 e 1995, grandes estruturas foram implantadas como o Forródro, Ginásio Vicente Feola e Praça Interativa, sendo produzidas pela equipe da Secretaria de Estado de Infraestrutura (à época denominada Secretaria de Obras e Serviços Públicos–SOSP). Já no terceiro período de gestão de Ottomar no governo do Estado de Roraima, ente 2004 e 2007, são instalados Parques Aquáticos Públicos pela cidade, tanto no Parque Anauá, quanto em outros bairros Asa Branca Caçari, Caraná, e Jardim Primavera.

Atualmente, o parque (figura 23) possui uma área de 106 hectares de extensão e localiza-se, segundo a lei municipal 926 de 29 de novembro de 2006, na zona Institucional - ZI na área pericentral da cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima. Assim como na zona periférica da cidade de Boa Vista, a região entorno do Parque Anauá sofreu diversas alterações, ainda que menos significativa em relação aos demais parques da cidade, no entanto, as políticas públicas por parte do Governo do Estado consolidaram as atividades comerciais e de serviços fazendo, bem como a valorização dos imóveis residenciais.

Figura 23: Fotos aérea atual do parque Anauá e eventos espontâneos.

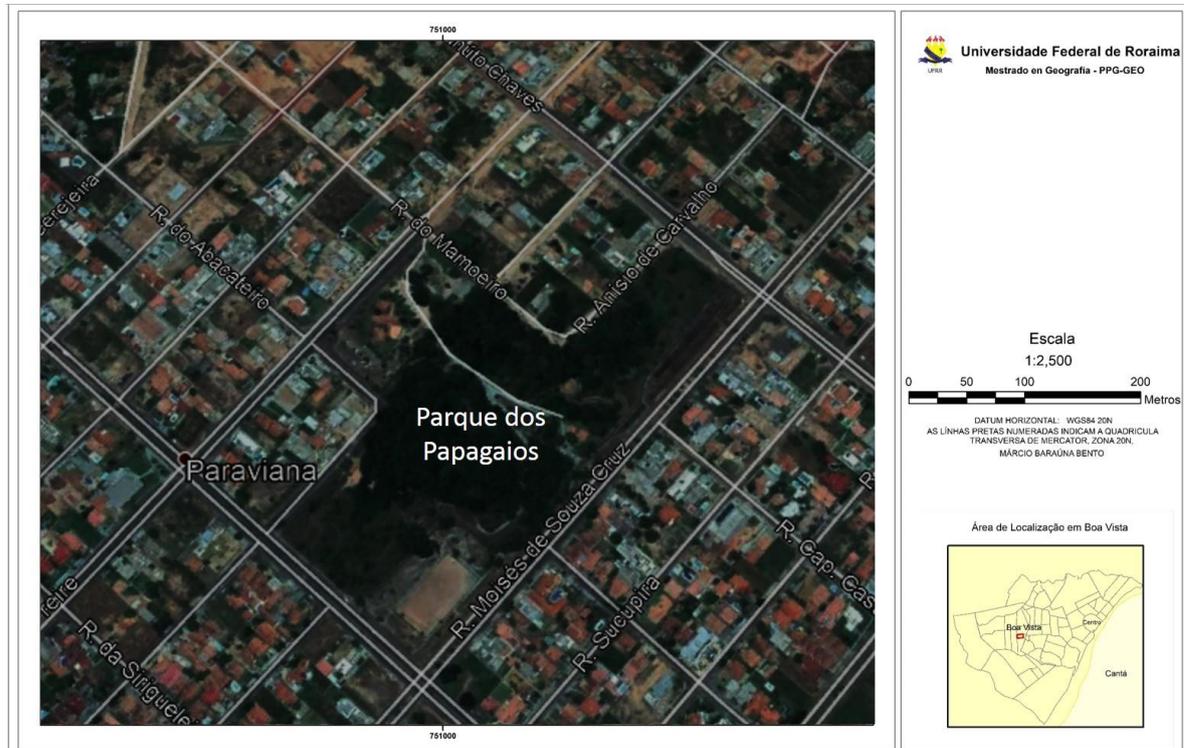


Fonte: Antônio Diniz. Roraima de fato, 2016.

Outro parque de grande importância socioambiental para a cidade é o **Parque Ecológico Municipal Bosque dos Papagaios**, institucionalizado pelo então prefeito da capital Iradilson Sampaio, por meio do decreto municipal nº 113 em 1º de julho de 2009 e inaugurado no dia 06 de julho de 2009 na programação de 119 anos da cidade. Está localizado na área urbana de Boa Vista-RR, na zona ZR3, do macrozoneamento da Lei nº 926, de 29 de novembro de 2006 que dispõe de uso e ocupação do solo, no

bairro Paraviana, uma zona extremamente residencial, conforme a figura 24, e que tem características socioeconômica de classe média.

Figura 24: Mapa de localização do Parque dos Papagaios, Boa Vista-RR.



Fonte: Produzido pelo próprio autor, 2018.

Construído em área, antes, designada como lixão pelos próprios moradores do local e bairros vizinhos, os quais despejavam e queimavam no local, resíduos sólidos e animais perecidos, o parque conhecido como 'Bosque dos Papagaios'³, surgiu a partir da execução de um Projeto intitulado "Nas Trilhas da Conservação", que tinha como objetivo sensibilizar a população acerca da importância da conservação do solo, da fauna e da flora, com vista à extinção dos problemas causados pelo acúmulo de resíduos sólidos no lugar.

O parque abrange uma área de 12 hectares e apresenta seis trilhas, sendo quatro delas educativas voltadas ao atendimento dos estudantes visitantes. Abriga uma flora composta por plantas nativas e exóticas, árvores de pequeno e médio porte, com grande variedade de biomassa vegetal de alto valor ecológico que atraem

³ O nome Bosque dos Papagaios surgiu devido à concentração dessas aves no local, principalmente no final da tarde, para abrigarem-se e adormecerem no dossel das árvores.

diversos espécimes nativos de aves. Abriga várias espécies de animais como cutias, mutuns, araras e papagaios campeiros, tendo 57 espécies de aves catalogadas.

O propósito do parque tem como finalidade a difusão de práticas ambientais e experiências relevantes que visem à ampliação da conscientização da necessidade de conservação e recuperação ambiental. É um espaço institucionalizado, mantido pela Prefeitura Municipal de Boa Vista, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas (SMGA). O funcionamento acontece durante toda a semana, de segunda a sexta-feira, de 08h às 12h e das 14h às 18h, e nos finais de semana, apenas no período vespertino, das 14h às 18h, com acesso gratuito.

A estrutura administrativa funcional composta por um diretor, seis educadores ambientais, um veterinário, três tratadores de animais silvestres e funcionários de apoio, responsáveis por atividades diárias que incluem elaboração de projetos, planejamento das atividades, atendimento aos visitantes, agendamento de visitas por escolas estaduais, municipais, universidades, e comunidade em geral. O Parque dos Papagaios dispõe de uma 'Sala Verde', que trata de uma pequena biblioteca e um auditório para instrução, formação, pesquisa e divulgação das ações socioambientais desenvolvidas no parque. Toda a estrutura objetiva à sensibilização e o comprometimento dos visitantes, em geral, com as causas ambientais defendidas pelo Bosque e as consequências oriundas de problemáticas regionais e locais.

O Parque dos Papagaios, também oportuniza educação, lazer e cultura, tornando-se um importante parceiro na divulgação de conhecimentos que podem influenciar no respeito a natureza, a confiança criadora e humanizada dos seres humanos, bem como proporciona práticas ambientais e experiências relevantes à ampliação da conscientização da necessidade de conservação e recuperação ambiental para as presentes e futuras gerações. Para tanto, contemplou em sua Proposta Pedagógica (2009) os seguintes objetivos:

Geral:

- Fomentar a Educação Ambiental Não Formal para as comunidades do Município de Boa Vista – RR de um modo geral, usando como ferramenta pedagógica o Parque Ecológico Bosque dos Papagaios.

Específicos:

- Fomentar a construção do conhecimento socioambiental, através da difusão de informações e ações;
- Interferir positivamente no ambiente local, regional e global, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de uma sociedade justa, democrática e ambientalmente responsável;
- Relacionar a crise ambiental planetária, tanto de construir uma ética centrada na vida, quanto de repensar os processos de produção e

socialização do conhecimento, do desenvolvimento socioeconômico e de gestão ambiental;

- Preservar e proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado e socialmente justo para presentes e futuras gerações;
- Distinguir práticas educativas dialógicas e emancipadoras de práticas impositivas e domesticadoras;
- Aplicar procedimentos metodológicos de caráter dialógico que facilitem a aquisição e a produção de informações, conhecimentos e habilidades, bem como o desenvolvimento de atitudes necessárias à participação individual e coletiva na gestão do uso de recursos ambientais, e na formulação e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio físico-natural e social; (Proposta Pedagógica, 2009, p.03).

Para o alcance dos objetivos propostos, foram relacionadas atividades como: visitas orientadas pela equipe de Educadores Ambientais; passeios em trilhas ecológicas; ecoturismo, com visitação livre; atividades com a comunidade e campanhas de sensibilização ambiental, com intuito de incrementar a participação da comunidade nos aspectos relativos ao conhecimento e melhoria de seu próprio ambiente; discussão e trabalho em grupo, com supervisão de um professor ou monitor.

Diante do exposto acerca dos aspectos funcionais e princípios sociais, trata-se agora a respeito da dinâmica socioespacial da área e no entorno do 'Bosque dos Papagaios', tendo em vista as inúmeras transformações ocorridas na zona em que o parque está inserido, em razão também de determinações de ordem socioeconômica, ambiental, funcional, entre outras que possibilitaram uma nova estrutura urbana.

Inicialmente para analisar o espaço urbano, Carlos (2004) afirma que é necessário entender que o processo de produção revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam em um território, significando dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz e reproduz um espaço enquanto prática.

Para essa autora, fundamentada no pensamento lefebvriano, a noção de produção deve referir-se à produção do homem e às condições de vida da sociedade em seus múltiplos aspectos, ou seja, a noção de produção deve estar articulada inexoravelmente àquela de reprodução das relações sociais num determinado tempo e espaço. Afirma ainda que:

É fundamental do ser humano o ato de criar, formar e produzir pelo próprio trabalho e sua atividade, sendo esta capacidade criadora de obras (CARLOS, 2004, p. 75).

Assim, a materialização enquanto prática é revelada, neste caso, pelos promotores imobiliários que, principalmente entre 1999 e 2001, quando houve o lançamento do loteamento residencial 'River Park' e a execução do empreendimento. A proposta consistia em lotes individuais, reservas ambientais e institucionais, assim como a promoção da infraestrutura e demais ações que consolidassem da região, conjeturando para os bairros circunvizinhos.

Desta forma, observando que o espaço urbano capitalista é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas, entendemos que ele deve ser empreendido como um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. Estes agentes sociais são concretos e suas ações são complexas, sendo estas ações derivadas da dinâmica de acumulação de capital e das necessidades múltiplas da reprodução das relações de produção (CORRÊA, 2002).

As atuações dos diversos agentes produtores do espaço urbano denotam a primazia pela produção de uma cidade enquanto mercadoria (CARLOS, 2004) e funcionalista do ponto de vista socioeconômico, conseqüentemente, contraditório no que tange à realização do "direito à cidade" (LEFEBVRE, 1968).

A sociedade urbana se anuncia e se projeta na vida recriando-a, compondo não só uma totalidade mais ampla, mas como aponta Lefebvre (1999, p.16), "(...) transformando-se também em objeto". O processo de reprodução espacial na cidade se realiza na articulação de três níveis: o político (que se revela na gestão política do espaço), o econômico (que produz o espaço como condição e produto da acumulação) e o social (que nos coloca diante das contradições geradas na prática socioespacial como plano da reprodução da vida). A articulação desses níveis se efetiva pela mediação do Estado, que organiza as relações sociais (e de produção) por meio da reprodução do espaço.

Esse vai além da simples estruturação, reforçando a ideia de ruptura, movimento, reconstrução, sobreposição, articulação e interação socioespacial nos espaços da cidade. Trata-se de um processo que se expressa por meio das práticas cotidianas presentes no espaço público - bairro Paraviana. As atuações de diversos agentes produtores do espaço urbano denotam a primazia pela produção de uma cidade enquanto mercadoria (CARLOS, 2004) e funcionalista do ponto de vista socioeconômico, conseqüentemente, contraditório no que tange à realização do "direito à cidade" (LEFEBVRE, 1968). A produção do espaço contém como

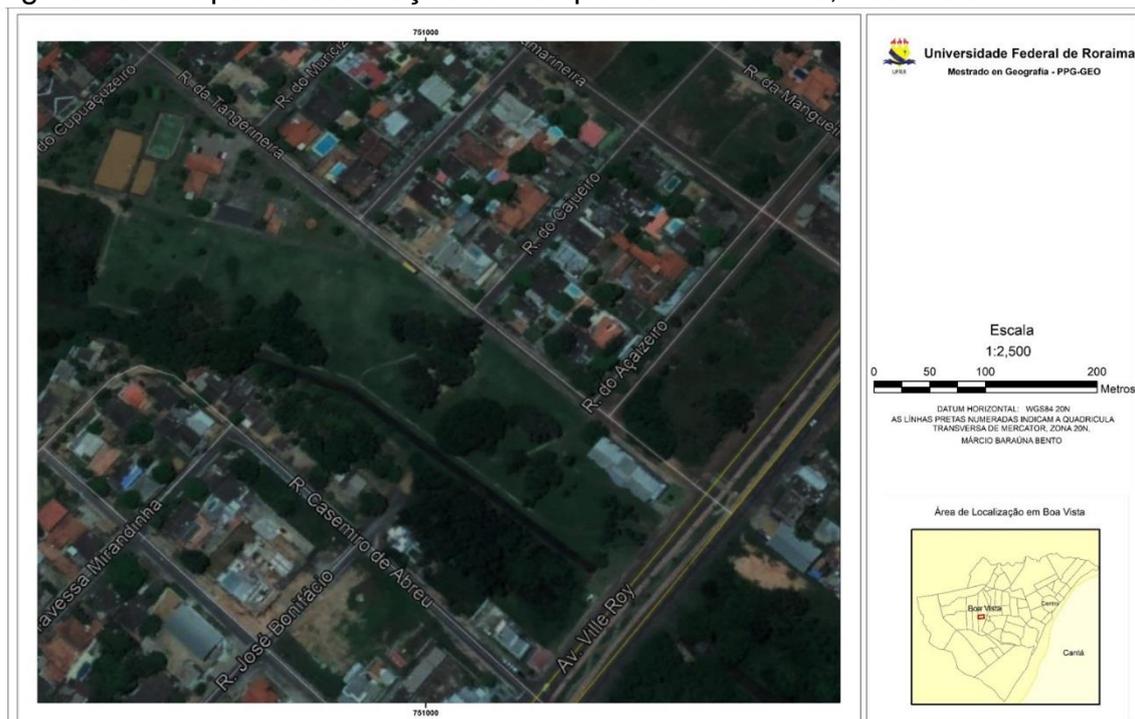
pressuposto a natureza, envolvendo um conjunto de elementos fundados na atividade humana produtora e transformadora.

Visto isso, o solo pode ser consumido em atividades produtivas ou para a habitação. Mas pode também ser direcionado especificamente por lapso de tempo para a especulação. Para este solo ser consumido, ele deve ser produzido para que possa aparecer no mercado como mercadoria. Sposito (1990) apresenta que o mercado é importante porque condiciona (pela oferta e pela demanda) as razões da apropriação dos lotes urbanos por parte de consumidores e investidores porque não existe a capacidade de cada um destes produzir individualmente o solo.

Portanto, tal reflexão acerca dos agentes, promotores imobiliários e/ou o Estado, atuando de forma maciça na zona leste nos dias atuais, se faz importante em função do desenvolvimento do espaço que foi sendo produzido e alterado nos últimos anos. Tal espaço, que é o bairro Paraviana, um espaço público muito importante na configuração e organização futura da cidade de Boa Vista-RR, como processo de reprodução do espaço urbano.

Correlacionando com o mesmo perfil do parque anterior, o **Parque Municipal do Mirandinha** (figura 25), conhecido pela importância do Igarapé do Mirandinha, está localizado no bairro Caçari, zona leste da cidade de Boa vista-RR.

Figura 25 – Mapa de localização do Parque do Mirandinha, Boa Vista-RR



Fonte: Produzido pelo próprio autor, 2018.

Este parque possui características como lugar de encontros de diversos segmentos da sociedade com realização de múltiplas atividades ao ar livre, que visam o estreitamento das relações interpessoais, conforme figura 26, como eventos ligados a cultura, música, dança, etc, que ocorrem, principalmente, nos finais de semana.

Figura 26 / 27 – Parque do Mirandinha com atividades ao ar livre.



Fonte: Boavista.rr.gov.br



Fonte: Boavista.rr.gov.br

A prefeitura de Boa Vista-RR vem desenvolvendo políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento e entretenimento no parque, dentre as quais, mantêm a sede administrativa do Instituto Boa Vista de Música – IBVM atrelado ao ensino, orquestras, apresentações e eventos voltados a música. No próprio parque, o IBVM promove ações musicais, apoio em feiras e outras ações que a prefeitura promove ao longo do ano, como exemplo a figura abaixo.

Figura 28 – Evento musical *Baile da Saudade* no Parque do Mirandinha



Fonte: Igorh Martins, 2018

É notório que a manutenção do parque como a limpeza e iluminação pública contribuem significativamente para o incentivo de uso e ocupação no parque. A visibilidade entre os ambientes promove uma ‘segurança’, ainda que sem a presença fixa do policiamento, porém a coletividade e a proximidade transmitem tal confiança, caracterizando como um dos parques mais frequentados nos finais de semana.

Como espaço público e sujeito para futuras pesquisas, o parque do Mirandinha, passou por diversas intervenções físicas ao longo do tempo e antes, como espaço absoluto, vazio e puro Lefébvre (1976) e agora caracterizado como Espaço Social, em estreita correlação da natureza com a prática social. Assim, nota-se em diversas áreas da cidade, a transformação dos lugares diante da ocupação humana, relação entre sociedade e natureza, que inspira esta pesquisa, a fim de compreender tal fenômeno nos parques urbano. Para Bertrand (2004), este, é o resultado da combinação dinâmica entre os elementos físicos, biológicos e antrópicos (social), que reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da Paisagem, um conjunto único, indissociável e em perpétua evolução.

Figura 29 – Mapa de localização do Igarapé do Mirandinha, Boa Vista-RR.



Fonte: Produzido pelo próprio autor, 2018.

Compreendendo o espaço em sua totalidade (SANTOS, 1996) o igarapé do Mirandinha consiste da nascente no Lago dos americanos, atual lago do parque

Anauá no bairro dos Estados, seguindo sudoeste-nordeste passando pelo bairro da Aparecida até na interseção das avenidas Cap. Júlio Bezerra com a Brig. Eduardo Gomes e se desenvolve a avenida Ville Roy, até desaguar no rio Branco. Porém a aproximação dada nesta pesquisa consiste somente nos espaços públicos voltados ao lazer, recreação e ambientes esportivos.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ESPAÇO E TERRITÓRIO

Após a contextualização entorno do cenário geohistórico dos parques urbanos no Brasil, bem como as relações socioespaciais com o Parque Municipal Germano Augusto Sampaio – PMGAS em Boa Vista-RR, este capítulo fará numa discussão conceitual no que se refere ao homem, espaço e meio material (BARROS, 2017).

Por este caminho, o capítulo objetiva discutir a construção do conceito de espaço e suas diversas concepções, sobretudo na ciência geográfica, especialmente pelo fato de que, a categoria Espaço foi considerado como principal componente para análise dos fenômenos estudados, bem como a categoria território, que para Raffestin (1993, p.143) “(...) ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço”. Cabe aqui um pensamento inicial de que a natureza e o significado do espaço é explícito nas obras de Santos (1978) que apresenta o espaço como fator social e não apenas um reflexo social.

Portanto a partir desta visão da totalidade espacial, Santos (2002) insere quatro categorias primaciais de análise que são *forma, função, estrutura e processo* que foram, além de suas definições, também as relações entre si, sobretudo do modo a perceber a produção e reprodução do espaço que por sua vez reflete diretamente no comportamento da sociedade.

3.2 UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE ESPAÇO.

As diversas correntes das universidades europeias caracterizaram, entre o período de 1870 até 1950, a Geografia como uma revolução teórico-quantitativa, denominada mais tarde como geografia tradicional. As diversas versões enalteciam os conceitos de paisagem e região, em discurso sobre o objeto da Geografia e sua identidade no âmbito das Ciências Sociais.

O espaço não constituía como conceito da geografia tradicional, contudo, estava presente nas obras de Ratzel⁴ e de Hartshorne⁵, que foram precursores na história da geografia francesa e geopolítica. De acordo com Moraes (1990) *apud* Corrêa (2008), a visão de Ratzel tinha como premissa

(...) o espaço como base indispensável para a vida do homem, encerrando as condições de trabalho, quer naturais, quer aqueles socialmente produzidos. Como tal, o domínio do espaço transforma-se em elemento crucial na história do Homem [Moraes (1990) *apud* Corrêa (2008, p.18)].

Quanto a visão de Hartshorne (1939) o espaço se transforma em território como conceito-chave para a geografia tradicional em função da política, no qual os geógrafos tinham a tarefa de descrever e analisar a interação e a integração de fenômenos em termos de espaço, tornando-se vital para a Geografia. A visão hartshorniana admite o espaço como absoluto, isto é, um conjunto de pontos que tem a existência em si, sendo independentes de qualquer coisa. O autor ainda complementa que “(...) o espaço aparece como um receptáculo que apenas contém coisas” (CORRÊA, 2008, p.19), e ainda foi categórico em afirmar que:

“... é somente um quadro intelectual do fenômeno, um conceito abstrato que não existe em realidade (...) a área em si própria, está relacionada aos fenômenos dentro dela, somente naquilo que ela os contém em tais e em tais localizações” (HARTSHORNE, 1939, p.395).

Diante deste cenário rígido teórico-quantitativo, a Geografia passa a ser considerada como uma ciência social, conforme argumenta em seus clássicos artigos Schaefer (1953), bem como Bunge (1966) afirmando que a Geografia deveria ser vista como ciência espacial. Neste período, o espaço aparece pela primeira vez na história do pensamento geográfico como conceito-chave da ciência e era considerado sob duas formas: A primeira vertente, uma visão através da noção de planície isotrópica com base teórica derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo.

⁴ Geógrafo francês nascido em Pézenas, Hérault, considerado o fundador da *geografia francesa moderna* e da corrente francesa de geografia humana.

⁵ Conhecido como pai da Geografia Política e principal precursor da Geopolítica, Friedrich Ratzel foi um alemão nascido em 1844.

Característica da superfície geomorfológica como ao clima e a cobertura vegetal, assim como a ocupação humana.

Desta forma é que Harvey (1969) aponta em direção ao espaço relativo que é importante na construção do conhecimento e concepção de espaço. Ele é entendido a partir das relações entre os objetos, no qual estas, implicam em custos, dinheiro, tempo e energia para superar a dificuldade imposta pela distância. Nystuen (1968) direcionava três conceitos mínimos para se realizar um estudo geográfico que são: orientação, conexão e a distância, que expressava relação espacial.

A segunda vertente, o espaço geográfico poderia ser tratado por uma matriz e sua expressão topológica, no qual versava uma visão limitada do espaço por geógrafos lógico-positivistas tanto no excesso na distância como variável independente como por outro lado, as contradições, os agentes sociais, o tempo são inexistentes ou relegadas a um plano secundário conforme descreve Corrêa (2008).

Portanto, a partir da década de 1970 o espaço constituiu em tema central para os geógrafos marxistas, sendo uma perspectiva transformadora que nega a ordem estabelecida e desponta como elemento de superação e construção de uma visão integradora do espaço.

3.2.1 A visão de espaço Lefebvreana: as relações sociais de (re) produção

Na análise marxista a partir da obra de Lefebvre⁶, o espaço é entendido socialmente, vinculado à prática social, como um instrumento político, campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo: para Lefebvre, o espaço engloba esta concepção e a ultrapassa. Portanto, o espaço é lócus da reprodução das relações sociais de produção, conforme conceitua em sua obra:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo intercâmbio. Estaria

⁶ **Henri Lefebvre** (1901-1991) foi um importante filósofo marxista e sociólogo francês. Estudou filosofia na Universidade de Paris, onde se graduou em Filosofia em 1920. Também realizou estudos referentes ao espaço urbano, escrevendo obras importantes como *O direito à cidade*, em 1969, e *A revolução urbana*, em 1970.

essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE apud CORRÊA, 1995, pp. 25-26).

Assim Lefebvre (1976), entende o espaço como um produto social, um meio de produção em que as forças sociais e políticas que o organizam tentam de alguma forma controlá-lo, seja com políticas públicas, seja com regulação. Tal afirmação em outra obra de que espaço é abstrato, mas também é empírico, retrata o cenário desta pesquisa nos espaços públicos analisados.

O espaço geográfico como produção da sociedade em sua totalidade é destacada em quatro abordagens do conceito de espaço: o espaço como forma pura; espaço como produto da sociedade; espaço como instrumento político e ideológico e o espaço socialmente produzido, apropriado e transformado pela sociedade.

Portanto, o modo de produção produz, ao mesmo tempo, relações sociais e seu espaço, e é assim que ele se realiza, sem afetar as relações sociais e relações espaciais. Se o espaço social intervém no modo de produção, ele também muda conforme mudam os modos de produção, conseqüentemente as sociedades.

Pautado nestes conceitos de Lefebvre (1976), produzir um espaço social apropriado, no qual a sociedade é geradora, toma forma apresentando-se e representando, não se realiza num dia, porém trata-se de um processo. O espaço desempenha um papel decisivo nessa continuidade, e contém também certas representações dessa dupla ou tripla interferência de relações sociais (de produção e de reprodução). Assim, Lefebvre (1976) traz a triplicidade dessas relações no espaço como:

- a) *A prática espacial*: que engloba produção e reprodução, e que assegura a continuidade numa relativa coesão. Ela confidencia o espaço de uma sociedade e o produz, dominando-o e dele se apropriando. Corresponde ao *espaço percebido*, e no novo capitalismo, associa a realidade cotidiana e urbana (os percursos e redes ligando os lugares separados do trabalho, da vida particular e dos lazeres). Como exemplo, Lefebvre afirma que a prática espacial “moderna” se define pela vida cotidiana de um habitante de um conjunto residencial no subúrbio e aqui, estende-se aos espaços públicos urbanos.
- b) *As representações do espaço*: ligadas à “ordem” das relações de produção, aos conhecimentos, aos signos e aos códigos. Correspondem ao *espaço concebido* dos cientistas, tecnocratas e urbanista, no qual as concepções

espaciais tendem para um sistema de signos verbais elaborados intelectualmente. Trata-se do espaço dominante numa sociedade (num modo de produção). Elas são penetradas de saber (conhecimento e ideologia) sempre relativo e em transformação. Abstratas, elas entram na prática social e política.

- c) Os espaços de representação: que apresentam simbolismos complexos, são ligados ao lado subterrâneo da vida social e à arte. Correspondem ao *espaço vivido* através de imagens e símbolos, espaço dos habitantes e usuários. Trata-se do espaço dominado, mas que a imaginação tenta modificar e apropriar, e que tendem também para sistemas mais ou menos coerentes de signos não verbais. Penetrados de imaginário e de simbolismo, eles têm por origem a história de um povo e de cada indivíduo. Eles têm um núcleo afetivo: o Ego, a cama, o quarto, a casa, a praça, igreja, o cemitério. Eles contêm os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas. Refere-se assim a um espaço qualitativo, fluido e dinamizado, que por isso recebe as múltiplas denominações de direcional, situacional ou relacional.

Para Lefebvre (1976), é imprescindível que o *vivido*, o *concebido* e o *percebido* sejam reunidos, de modo que o “sujeito”, membro de um determinado grupo social, possa passar de um a outro sem se perder. Os produtores do espaço agem segundo uma representação, enquanto os usuários suportam o que lhes é imposto, inserido ou justificado em seu espaço de representação. Pode-se supor que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm diferentemente na produção do espaço, conforme suas qualidades e propriedades, conforme as sociedades.

Desta forma, as relações entre esses três momentos nunca são simples ou estáveis, assim os parques urbanos, como por exemplo os espaços públicos de encontros, integrantes de um sistema de objetos técnicos, que passam a constituir um conjunto de representações das relações sociais, juntamente com o esporte, a cultura, a educação, lazer e a produção das atividades comerciais sejam, individuais ou coletivas.

3.2.2 A conceituação de espaço geográfico

A compreensão conceitual torna-se importante neste processo, entendendo os parques urbanos como um espaço geográfico, compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções. O espaço torna-se um verdadeiro campo de forças cuja formação é sempre desigual e, razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares (SANTOS, 1979).

No decorrer da obra, fica mais evidente o conceito de espaço apresentado como fator social, ou seja, a sociedade realiza ações e não somente como um reflexo social. Milton Santos denomina-o como uma instância da sociedade. Segundo o autor,

(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (SANTOS, 1978, p. 145).

Desse modo, o espaço, além de instância social que tende a reproduzir-se, tem uma estrutura que corresponde à organização feita pelo homem. É também uma instância subordinada à lei da totalidade, que dispõe de certa autonomia, manifestando-se por meio de leis próprias. Assim, o espaço organizado é também uma forma resultante da interação de diferentes variáveis. O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como *lugar* de sua própria reprodução.

Nesta discussão teórica, Santos (1978) apresenta uma diferenciação entre espaço e território. Para o autor, "(...) a utilização do território pelo povo cria o espaço" (SANTOS, 1978, p.189), imutável em seus limites e apresentando mudanças ao longo da história, o território antecede o espaço. Já o espaço geográfico é mais amplo e complexo, entendido como um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações, em que a instância social é uma expressão concreta e histórica. O território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área.

Portanto, o espaço geográfico consta como matéria trabalhada, constituindo-se num dos objetos sociais com maior imposição sobre o homem, fazendo parte do dia-a-dia dos indivíduos, por exemplo, a moradia, o lugar de trabalho, os espaços públicos, os caminhos que unem esses pontos são igualmente elementos passivos que condicionam as atividades dos homens e comandam a prática social. O espaço, mais uma vez, é produto e condição da dinâmica sócioespacial.

(...) o espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, 1978, p. 171).

Assim, o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história - mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. O autor complementa que "(...) o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em constante transformação" (SANTOS, 1985, p. 49).

De acordo com essa transformação, os elementos do espaço segundo Santos (1985) estão submetidos a variações quantitativas e qualitativas. Desse modo, os elementos do espaço devem ser considerados como variáveis. A cada momento histórico cada elemento muda seu papel no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação como os demais elementos e com o todo. Eles variam e mudam seu papel segundo o movimento da História. Portanto, o entendimento para Santos (1985) é que o espaço:

[...] não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, a sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses processos, resolvidos em funções, se realizam através das formas. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria (SANTOS, 1985, p. 1-2).

Nesta discussão, Corrêa (1989) contribui conceituando o espaço geográfico como a morada do homem e abrange a superfície da Terra, e enfatiza em seus estudos três abordagens de espaço. A primeira é do espaço absoluto, que seria o

espaço em si; a segunda abordagem é a do espaço relativo, seria a distância e a terceira abordagem é a do espaço relacional, na qual o objeto só existe em contato com outras. Continua o autor a explicar que as três abordagens não são excludentes e que refletem diferentes valores de uso e valores de troca. O espaço é social e é inseparável do tempo e os atores principais seriam os proprietários dos meios de produção e o estado que almejam a acumulação do capital e a reprodução da força de trabalho.

A aporte conceitual auxilia porque os parques urbanos apresentam várias funções, combinando com ofertas de atividades sociais, tanto interno como externo ao parque, tornando-o o ambiente atrativo de forma socioeconômica.

O autor deixa claro em seus estudos a respeito da importância do conceito de formação socioeconômico do espaço, que abarca as classes dominantes e o modo de produção. O arranjo espacial é visto como expressão fenomênica do modo de socialização da natureza e dos termos de sua configuração em formação econômico-social e o espaço organizado socialmente é formação sócioespacial que é a expressão fenomênica da complexa trama da formação econômico-social.

Assim, o espaço é a base desse entendimento como natureza modificada pelo homem através do seu trabalho, das técnicas e das tecnologias – espaço vivido conforme Lefebvre (1976). Nessa perspectiva, fez necessário compreender o espaço como categoria histórica e permanente para, então, chegar ao entendimento do território e suas derivações como configuração territorial. Ao conceituar espaço nas páginas anteriores, esses termos ajudam a compreender que o espaço é geográfico e pode ser definido como natureza modificada pelo homem. O espaço é social e natureza, é conjunto de formas, totalidades e conteúdos.

3.2 TERRITÓRIO: MOVIMENTO, FIXIDEZ E CONEXÕES.

Território é um conceito complexo, substantivado por vários elementos e em unidade com o real e para sua compreensão, a história possibilita a construção do pensamento e do entendimento para tal definição. Assim, a geografia do século XIX e XX, foi pautada por uma geografia do Estado, uma política unitária, visão uni direcional tão somente para a expressão do Estado.

O recorte histórico proposto se dará a partir da década de 1970, sobretudo com as novas concepções de território e territorialidade que emergiram na geografia

“especialmente, devido às transformações que ocorreram na sociedade em função das novas formas de organização sócioespacial que delimitam, agenciam, controlam pessoas, informações, fluxos, fenômenos e ideias” (PLEIN et al., 2009, p.47).

Embora a discussão sobre o conceito nunca tenha sido prisioneira das fronteiras disciplinares da geografia, cita-se a obra de Haesbaert (2004), é inegável que o esforço empreendido por uma gama de geógrafos, apoiados por distintas perspectivas teórico-metodológicas na construção do conceito, tem concorrido para o alargamento e para a problematização do debate resultando no levantamento de renovadas questões e na oferta de elementos conceituais que contribuem para a tarefa precípua desse campo disciplinar, ou seja, a compreensão da dimensão espacial da sociedade, miradas, neste caso, pelo prisma da relação espaço-poder.

3.2.1 Apontamentos conceituais

Diante deste cenário e dentre os autores a época, Claude Raffestin traz uma “discussão teórico-metodológica” sobre o território e que busca a “compreensão da dimensão geopolítica do espaço”. Raffestin (1993) apresenta uma visão multidimensional do Estado, que detém o poder superior, porém havendo outros inferiores que interagem com o próprio Estado no espaço.

A questão do poder nessa perspectiva relacional é complexa. Para Raffestin (1993), existe o poder e o Poder:

O Poder – com letra maiúscula – é a soberania do Estado, são fins que garantem a sujeição dos cidadãos ao Estado. Pretender que o poder seja o Estado disfarça o poder – com letra minúscula – aquele que está presente em cada relação, na curva de cada ação, que utiliza as fissuras sociais para se infiltrar. Porém, é mais influente o poder que não se pode ver, que se manifesta em cada comunicação entre dois pólos, fazendo face ou confrontando-se um ao outro (GALVÃO et al, 2009, p.39).

Ainda, o autor define que, o território também pode ser abstrato, podendo haver contradições internas. Desigualdades, disputas e sobreposições de territórios podem ocorrer, pois existe a possibilidade da leitura de territórios em rede. A territorialidade é formada pelas relações sociais (existenciais e de produção) que se estabelecem no interior dos territórios.

Anteriormente a essa definição, o conceito de territorialidade foi usado inicialmente com um sentido etológico, demarcação de territórios de animais, porém

Raffestin (1987) argumenta, ainda, que “(...) os naturalistas não levam em conta apenas o espaço em que o animal não pode escapar; já o homem, por sua vez, pode escapar da cultura que é uma série de atos de comunicação” (RAFFESTIN, 1987, p.168). Nesse sentido, o autor continua argumentando que “(...) a territorialidade humana pode ser definida como “o conjunto das relações mantidas pelo homem; como ele pertence a uma sociedade, com exterioridade e alteridade através de mediadores ou instrumentos” (RAFFESTIN, 1987, p.267).

O conceito de território facilita a leitura do sujeito desta pesquisa, uma vez que privilegia as relações sociais nos Parques urbanos. Nota-se que, como equipamento urbano, é um espaço onde se condensam vários sentidos e tempos sociais, assumem a plurifuncionalidade cumulativa, ao mesmo tempo que o torna um repositório de múltiplos sentidos.

Segundo Raffestin (1993, p.143), “(...) ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço”. Para Costa (2008, p.181), nessa afirmação, “está clara a proposição da ênfase relacional ao território, à possibilidade de percebê-lo como dinâmico e não estático, uma vez que pontua o processo de territorialização”.

Essa apropriação de que se refere, é marcada por relações de poder, enquanto aspecto fundamental para a compreensão do território, sendo exercido por pessoas ou grupos, sem o qual não se define o território. O poder, assim, é *relacional*, pois está intrínseco em todas as relações sociais. Desse modo, se o poder está em toda relação e se o espaço é anterior ao território, a conclusão de Raffestin (1993, p. 144) é a de que “o espaço é a “prisão original” e o território é a prisão que os homens constroem para si”.

Outra importante contribuição da obra de Raffestin é o desenvolvimento da ideia do processo TDR (Territorialização-desterritorialização-reterritorialização). Segundo o autor, esse processo ocorre, principalmente, devido a fatores econômicos. Em linhas gerais, territorialização implicaria um conjunto codificado de relações, enquanto que a desterritorialização seria, antes de mais nada, o abandono do território, podendo também ser interpretada como a extinção dos limites, das fronteiras. Reterritorialização seria o retorno ao território, podendo ocorrer sobre qualquer coisa, do espaço ao dinheiro (Saquet, 2007).

Portanto, com este conceito geográfico, permite compreender o cotidiano da sociedade e as relações de poder que se projetam no espaço em todos os níveis e escalas possíveis, visíveis ou invisíveis.

Desta forma, Santos (1978) contribui apontando que a utilização do território pelo povo faz criar o espaço, imutável em seus limites e apresentando mudanças ao longo da história. Já o espaço geográfico é mais amplo e complexo, entendido como um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações, em que a instância social é uma expressão concreta e histórica. O território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área.

É importante notar que, se compreender o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, como ocorre no Parque Municipal Germano Sampaio – PMGAS que é gerenciado pela Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR, sem considerar diferentes formas de uso, tornará uma análise superficial e incompleta.

Assim, o território deve ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo.

Souza (2009) fornece elementos novos na construção conceitual, quando concordando com Raffestin, diz que o espaço é anterior ao território. Entretanto, apresenta uma crítica a visão de Raffestin, no que ele chama de “*coisificação*” do território, quando incorpora ao conceito o próprio substrato material, ou seja, o espaço social. Diz o autor que “se todo território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território.” Conforme Souza (2009)

(...) pense-se no caso extremo de uma cidade-fantasma, testemunho de uma antiga civilização, outrora fervilhante de vida e mesmo esplendorosa, e hoje reduzida a ruínas e cobertas pela selva; esta cidade hipotética, abandonada, não retrocedeu, lógico, à condição de objeto natural, mas ao mesmo tempo ‘morreu’ em termos de dinâmica social, não sendo mais diretamente território de quem quer que seja (SOUZA, 2009, p. 97).

Assim, Souza (2009) exemplifica e usa a cidade-fantasma como um espaço social onde, pode-se entender que esse espaço seria social, apenas por ter sido socialmente construído em algum momento da história, entretanto ao “morrer” em

termos de dinâmica social, deixa de ser espaço social, ao menos na conceituação de Lefebvre (1976), para se tornar uma paisagem, em sua caracterização residual.

O conceito de território relacional se desenrola em um substrato físico, mas é a natureza das relações humanas que dá sentido à vida do território. Nessa perspectiva, retoma-se o pensamento, ao afirmar que território torna-se quase que sinônimo de espaço social, entende-se que a forma é importante, mas não é suficiente para o prisma do olhar geográfico, fazendo-se necessário perceber o conteúdo impresso nas formas espaciais contidas no território.

Pautado em pensamentos contemporâneos, a interpretação nesse aspecto pode ser vislumbrada nos estudos desenvolvidos por Haesbaert (2004, 2004a, 2007, 2007a, 2009). O autor expõe que:

(...) desde sua origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreoterror* (terror, terrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no “*territorium*” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2007a, p. 20).

Nesse sentido, o autor complementa que o território não está desvinculado de sua origem epistemológica – a posse de terra – mas passa a ser concebido e dotado de uma “carga cultural”, isto é, diz respeito tanto ao poder num sentido mais concreto, de dominação, quanto num sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2004; 2007a). A apropriação do espaço por um grupo social passa a não ser mais compreendida sem o seu território, base de sua história, cultura e sustentação para com seu espaço de vivência.

Sua abrangência é múltipla, envolvendo diferentes espaços e agentes sociais, indo desde a ação do Estado delimitando as fronteiras de um país, por exemplo, até a definição da abrangência espacial das organizações comunitárias de bairros, de conjuntos habitacionais, de ocupações etc. Desse modo:

(...) a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (Haesbaert, 2004, p.3).

Após a discussão nos parágrafos anteriores, nota-se que não existe um único conceito para território, e sim, uma construção de pensamentos ao longo do tempo.

Ainda neste viés contemporâneo, para Haesbaert (2007), pode-se analisar o território a partir de diferentes enfoques e elabora uma classificação em que é possível verificar três vertentes básicas:

- a) *Política ou jurídico-política*: conforme a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”;
- b) *Cultural ou simbólico-cultura*: “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feito por meio do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”;
- c) *Econômica*: “que destaca a desterritorialização na perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 2007, p. 40).

O território não é produzido de maneira isolada, mas sobretudo produzido mediante as relações que ocorrem entre os diversos atores que nele habitam e que o transformam. Este aspecto processual de formação do território constitui a territorialização, que se constitui historicamente pela movimentação populacional. Conforme nos diz Saquet (2003) que:

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais, é um dos produtos sócioespaciais do movimento das contradições sociais sob a tríade economia, política e (EPC), que determina as diferentes territorialidades no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e as re-territorialidades. A perda e a constituição de um novo território nascem no seio da própria territorialização e do próprio território. Contraditoriamente, a des-re-territorialização é composta por processos sócioespaciais concomitantes e complementares (SAQUET, 2003, p.28).

Por outro lado, Haesbaert (2002) apresenta uma discussão acerca da des-re-territorialização, que seriam os processos de criação dos territórios. Para ele, esse é um dos debates mais relevantes na última década. Além disso, alerta para a importância de considerar a relação entre sociedade e natureza na definição do espaço ou território, principalmente em contextos específicos, como em áreas em que certos fenômenos naturais participam na relação socioespacial local, muitas vezes impondo uma desterritorialização, por causarem transformações radicais na organização territorial.

O autor contribui ainda com o conceito de território em relação ao espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia dizendo que:

(...) o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou

geograficamente mediadas. Podemos dizer que essa é a noção mais ampla de território, possível assim de ser estendida a qualquer tipo de sociedade, em qualquer momento histórico, e podendo igualmente ser confundida com a noção de espaço geográfico (HAESBAERT, 2006, p. 53).

O território deve ser analisado, portanto, como um produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do “vivido” territorial, assumindo as múltiplas formas e determinações administrativo, do cultural, do econômico, do jurídico e do bélico. O território é uma área demarcada em que um indivíduo, ou alguns ou ainda uma coletividade exerce o poder.

Dentro desse contexto, promover o planejamento urbano pode ser considerado como uma ação de fazer um prognóstico, estabelecendo simulações de possíveis cenários futuros, possibilitando assim a efetivação de uma organização territorial mais eficaz e condizente com a realidade de cada sociedade.

Ao planejar um determinado território, é necessário considerar o que já está posto, as relações das pessoas e dos objetos já presentes nesse território. É preciso levar em consideração as relações de pertencimento presentes no espaço a ser trabalhado, fazendo-se necessária uma ampla compreensão das relações que acontecem no território. Assim, o território é o resultado das possibilidades e da ação humana em um cenário de transformações distante do seu fim.

Desta maneira, o território ganha uma identidade, não em si mesma, mas na coletividade que nele vive e o produz. Ele é um todo concreto, mas ao mesmo tempo: flexível, dinâmico e contraditório, por isso, dialético, recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e espacializadas no próprio território. O território é a produção humana a partir do uso dos recursos que dão condições à existência, admitindo, portanto, a aplicabilidade de mais de um conceito a ele relacionado.

Assim, o sentido relacional presente na definição do território traduz a incorporação simultânea do conjunto das relações sociais e de poder, e da relação complexa entre processos sociais e espaço geográfico, entendido como ambiente natural e ambiente socialmente produzido. Além disso, ao se enfatizar o sentido relacional do território é a percepção de que não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira, justamente por ser relacional, o território inclui também “(...) movimento, fixidez e conexões” (HAESBAERT, 2002, p. 56).

A partir desses conceitos, é importante observar que um espaço só pode ser considerado um território se estiver constituído pelo poder ou pela disputa de seu

controle, estabelecidos entre os atores que fizeram e fazem parte do processo de construção do território. O território, portanto, não é construído isoladamente, ele é organizado, a partir de articulações estruturais e conjunturais.

3.2.2 A materialidade dos territórios em suas múltiplas dimensões

Acerca da origem e da evolução da palavra território, Haesbaert (2004) destacou dois sentidos largamente difundidos que são tributários do latim: o primeiro, predominante, referido à terra, tomando o território como materialidade; e o segundo, menos frequente, relacionado aos sentimentos que o território provoca, ou seja, “(...) medo para quem dele é excluído, de satisfação para aqueles que dele usufruem ou com o qual se identificam” (HAESBAERT, 2004, p. 44).

A compreensão do território como um espaço com limites estabelecidos por fronteiras, coloca por conseguinte, a questão da exclusividade de apropriação e de uso, distinguindo “nós”, os incluídos que integram o território e os “outros”, aqueles que não fazem parte do território. Nessa perspectiva, enquadra-se adequadamente o recorte do Estado territorial, com limites estabelecidos de apropriação, uso, gestão e controle de fração do espaço, como um domínio político-administrativo, cujo acesso exige a permissão de uma autoridade, de um poder instituído concentrado na figura do Estado.

O pressuposto da existência de fronteiras bem delimitadas e definidoras dos membros da coletividade territorial, como conteúdo do conceito de território, não foi uma exclusividade da clássica Geografia Política, mas compareceu em outras formulações de geógrafos, conforme a definição de Soja (1971), considerando a territorialidade como:

(...) um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em **territórios nitidamente delimitados**, que assumem características distintas e podem ser considerados, pelos menos em parte, como **exclusivos de quem os ocupa e de quem os define** (SOJA, *apud* ROCANYOLO, 1988, p. 263, grifos nossos).

As condições que constroem a diferença entre os membros de uma coletividade territorial e os outros, que a ela não pertencem, aparecem também em Raffestin (1988, p. 265), ao definir a territorialidade humana como o “(...) conjunto de relações mantidas pelo homem, enquanto pertencentes a uma sociedade [coletividade, segundo

Raffestin, 1986], com a exterioridade e a alteridade com a ajuda de mediadores ou instrumentos (...). Portanto, “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite (...)” que pode ser expressa pela “(...) relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”, gerando uma delimitação, que, por sua vez, significa “manifestar um poder numa área precisa” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 153).

Contudo, o autor adverte que delimitar ou marcar, cercar - arremata o autor, parcelas não é uma simples relação com o território, pressupondo uma relação triangular, pois, “a relação com o território é uma relação que mediatiza em seguida as relações com os homens, com os outros” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 160).

Entretanto, mesmo considerando a centralidade das fronteiras e dos limites que lhe são atributos, já contém a ideia que expande a possibilidade de concepção de territórios não restritivos aos recortes do Estado-nação, ampliando as escalas espaciais e temporais da territorialidade. Desse modo, “do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos [aqueles que realizam um programa] que produzem o território”, pois, “em graus diversos, em momentos diferentes e lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 152).

Um aspecto destacado pelo o autor refere-se à dimensão estratégica da territorialidade na concepção de Sack (1986), que pode ser ativada e desativada, “(...) um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com o grupo social e seu contexto histórico e geográfico” (HAESBAERT, 2004, p. 87). Esta acepção atinge a ideia de durabilidade que fundamentou a concepção predominante de territorialidade como algo estático e sem flexibilidade.

Souza (1995), em sua obra contribui com o conceito de território na geografia brasileira, assumindo um esforço na discussão e buscando libertá-lo das amarras espaciais e temporais a que esteve submetido na Geografia Política Clássica, sintetiza bem a ideia de flexibilidade e mobilidade das múltiplas escalas da territorialidade:

Territórios existem são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte–OTAN); territórios são construídos e desconstruídos dentro de escalas temporais diferenciadas: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 1995, p. 81).

A discussão realizada permite pensar no território enquanto processo da dinâmica social e, nesse sentido da territorialização, sobretudo, na multiescalaridade da territorialidade, considerada a partir de pelo menos três elementos basilares: a flexibilidade, descontinuidade e a superposição são noções que compõem o conteúdo da multiescalaridade, concebidas através do movimento tempo-espaço conjugados.

O conteúdo dessa discussão permite-nos realizar uma leitura do movimento do pensamento geográfico nas últimas três décadas, especialmente sobre o produto do acúmulo de parte relevante das reflexões que se debruçaram sobre a tarefa de teorizar o território, ampliando os horizontes conceituais para o reconhecimento e a compreensão de uma determinada forma de manifestação do comportamento espacial da sociedade.

Destacam-se alguns aspectos que apontam características fundamentais para compreensão da territorialidade humana, como a multiescalaridade e a multidimensionalidade, inclusive das relações de poder que conformam os territórios.

Ao compreender os conceitos, os parques urbanos possuem várias diferenças entre si, no que diz respeito às dimensões, formas, funções, conteúdo. Algumas definições de parques urbanos dão mais ênfase à questão ambiental como é o caso do Parque Municipal dos Papagaios na zona Leste da cidade, outros à recreação como o Parque Estadual Anauá na zona centro-oeste, ou ao aspecto social, como o Parque Municipal do Mirandinha e o Parque Municipal Germano Augusto Sampaio – PMGAS localizado na zona Oeste de Boa Vista-RR.

Desta forma, percebe-se que não apenas as formas dos parques urbanos se diferenciam, mas também seus usos e suas funções. Ao longo de sua formação e da construção de suas definições, os parques se confundem com outras tipologias de espaços livres públicos, eles permeiam, contêm, foram, transformaram-se, em jardins, praças, passeios públicos, entre outros. Isso está relacionado com a peculiaridade de cada parque, refletindo a sua dinâmica e o contexto em que se situa, além do momento que foi idealizado, projetado ou modificado, tornando-se muito complexa a existência de uma definição homogênea de parque urbano.

Desta forma, o objetivo do próximo capítulo será apresentar o Parque Municipal Germano Augusto Sampaio – PMGAS como objeto de pesquisa, trazendo o contexto geohistórico, as transformações espaciais, suas características socioambientais, bem como o cotidiano do parque nos dias atuais, para assim, identificar e analisar as territorialidades e descrever elementos da categoria do espaço.

4 ANÁLISE DA (RE)PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL:

O PARQUE MUNICIPAL GERMANO AUGUSTO SAMPAIO – PMGAS, EM BOA VISTA – RR.

O Parque municipal foi inaugurado em 14 de fevereiro de 2004 durante a segunda gestão da prefeita Teresa Surita e teve como objetivo levar bem-estar e lazer para a população residente de bairros distantes do “centro” da cidade (VERAS, 2009), além de proporcionar uma ambiência natural e incorporado ao plano diretor da cidade, conforme a Lei municipal, nº 926 em 29 de novembro de 2006.

O referido plano foi instrumento da política de desenvolvimento determinante para a ação dos agentes públicos e privados que atuam no município de Boa Vista e especial para a zona oeste da cidade, como mecanismo de “ordenamento” nas transformações espaciais com vistas a promover o pleno uso e ocupação do solo.

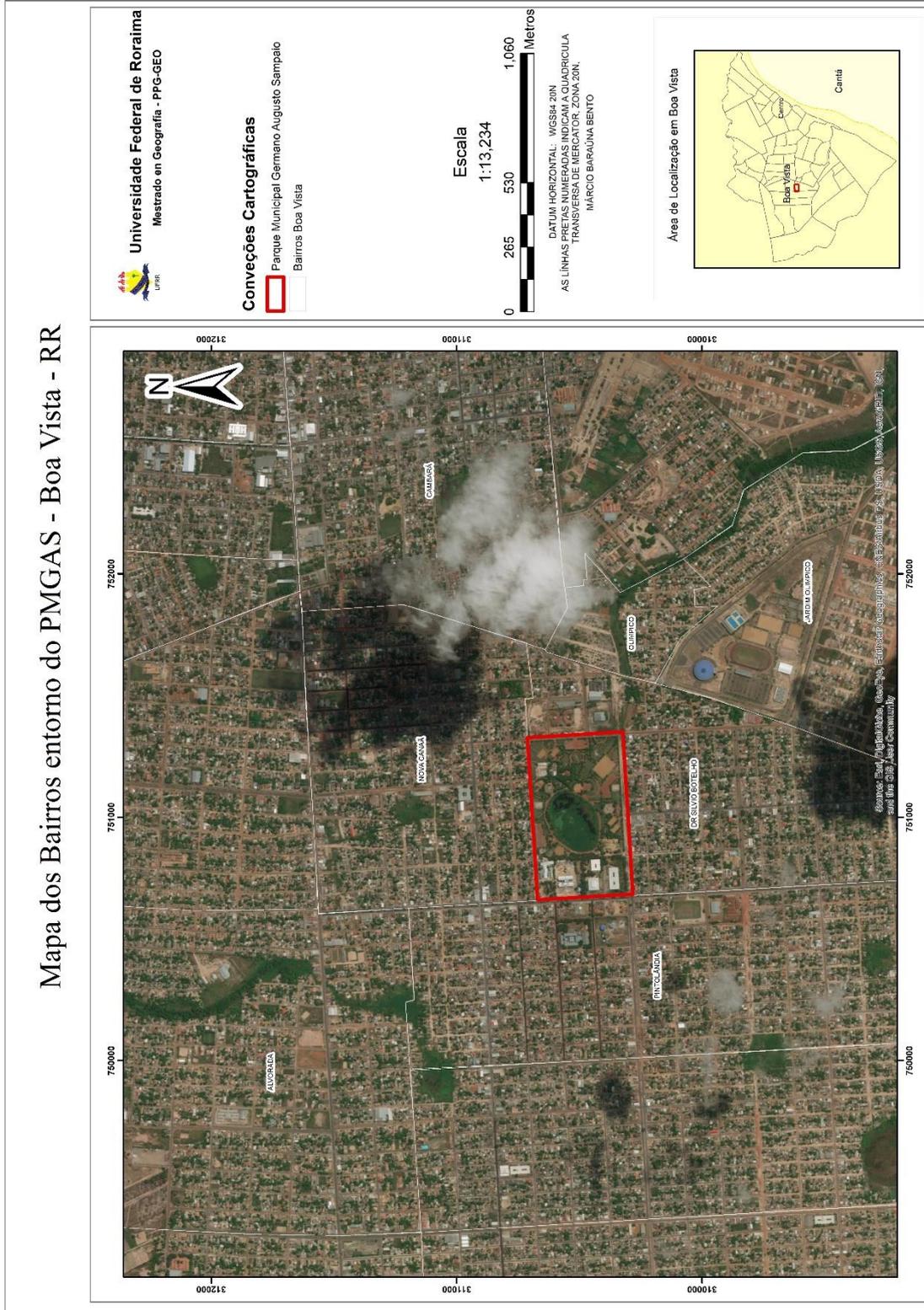
Diante deste ‘ordenamento’ nas últimas décadas, o PMGAS favoreceu um conjunto de bairros da Zona Oeste, demonstrados na figura 30, e se tornou palco de múltiplas atividades, principalmente por moradores dos bairros circunvizinhos como Sílvio Botelho, Senador Hélio Campos, Santa Luzia, Sílvio Leite, Nova Canaã, Alvorada, Cambará, Olímpico e “Pintolândia”. Em determinados eventos de grande escala como o *Noite de Paz, festival de pipas, etc*, promovidos pela Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR, o parque se torna ponto principal de encontros, recreação e atividades econômicas, principalmente em fins de semana, concentrando e intensificando o fluxo de veículos e de pessoas, transformando a paisagem da área.

Figura 30 – Pórtico de identificação do PMGAS em Boa Vista-RR.



Fonte: Próprio autor, 2018

Figura 31 – Inserção urbana do PMGAS na zona oeste e no entorno
 Mapa dos Bairros entorno do PMGAS - Boa Vista - RR



Fonte: Desenvolvido pelo autor, 2018.

4.1 PMGAS: UMA PRÁTICA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

O Parque possui uma área de 178.284 m², que dispõe de um complexo esportivo com quadras poliesportivas, vôlei e futebol, pistas de *bicicross* e *skate*, anfiteatro, ampla área verde, lago natural, lanchonetes, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS PINTOLÂNDIA, Posto da Guarda Civil Municipal (Ronda Ostensiva Municipal – ROMU), calçadão e estacionamento.

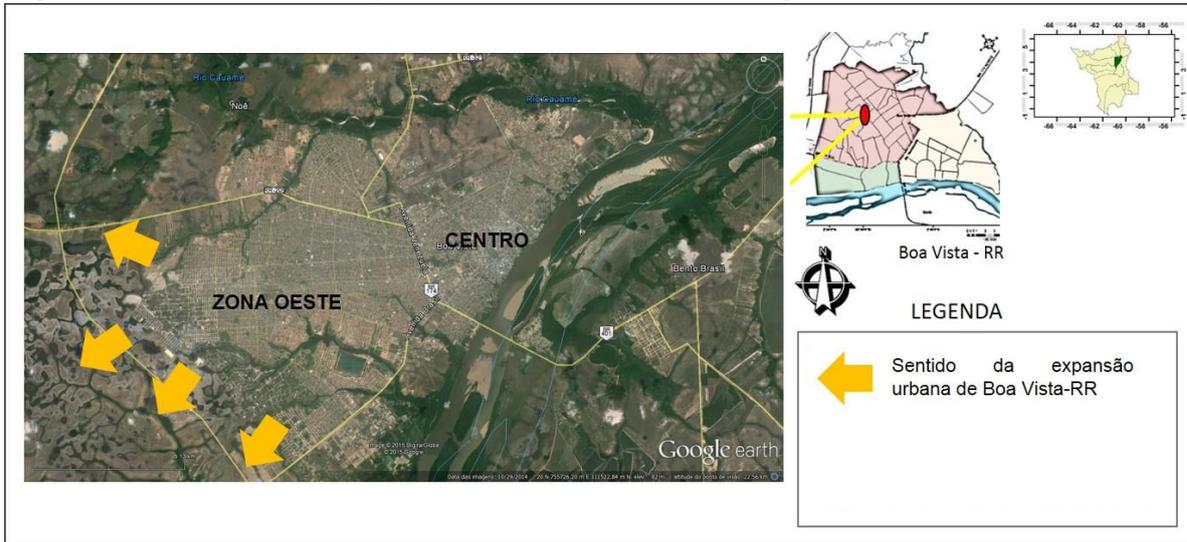
A facilidade de acesso em função das avenidas Nazaré Filgueiras, esquina com a rua Laura Pinheiro Maia, tornam referências na mobilidade por transporte público coletivo por ônibus, bem como sentido acesso ao centro da cidade pela via arterial Gen. Ataíde Teive, figura 31.

O PMGAS foi uma conquista desde 2004 para os moradores dos bairros Pintolândia, (antigos Pintolândia I, II, III e IV que mais tarde foram renomeados de Pintolândia), Dr. Silvio Botelho, Santa Luzia e Senador Hélio Campos da zona oeste da capital, tendo em vista que a cidade já contemplava áreas de lazer como o complexo Ayrton Sena, porém a Zona Oeste estava carente de espaços públicos voltados ao lazer e após a implantação do parque dois anos mais tarde, tornou um eixo de circulação importante e marco espacial na região.

É importante destacar que, neste período de 1990 à 2006, houve um crescimento acelerado e desordenado nesta área, ocasionado por diversos fatores políticos e sociais, e a expansão urbana (figura 32) vem causando sérios impactos ambientais que incluem a extinção precoce de muitos lagos naturais e nascentes, bem como o comprometimento da vegetação natural através de práticas como, ocupação com edificações e apropriação em Área de proteção permanente - APP, desmatamento para a implantação de políticas públicas de habitação, lançamento indiscriminado de efluentes domésticos nos igarapés, etc.

Veras (2009) já demonstrou este cenário, apontando para o movimento de ocupações irregulares que aconteciam na cidade nas décadas de 80 e 90, principalmente em terrenos desprovidos de infraestrutura e pouco valorizados, em particular, as glebas situadas nesta região, que acarretaram uma expansão urbana acelerada e desordenada para o referido setor. O fortalecimento de atividades comerciais e a transformação em subcentros impulsionaram o crescimento, porém em áreas frágeis e sensíveis a estas funções da cidade, demonstrada na figura 32.

Figura 32 – Sentido da expansão urbana em áreas frágeis em Boa Vista-RR.



Fonte: google.earth, adaptado pelo autor (2018).

O conhecimento e a compreensão da “primeira natureza” conforme Santos (1988) aponta são essenciais para analisar as relações sociais, o conhecimento sobre a riqueza vegetal, fauna e flora, ressaltando a complexidade na dinâmica de produção entre o espaço construído e o espaço natural.

A paisagem da zona oeste da cidade, é formada por uma superfície plana, vegetação por savanas, onde se desenvolvem inúmeras lagoas naturais, nascentes, etc. Estas lagoas possuem formas variadas, entretanto, predominam as goticulares, circulares, elipsoidais e geminadas, estando geralmente relacionadas aos cursos d’água (igarapés) constituindo a mata ciliar.

Nota-se que diante do processo de urbanização da zona oeste, os espaços naturais foram transformados em espaços construídos como a regularização de bairros, ruas, habitações, comércios, e isso fez com que as lagoas naturais, nascentes, igarapés compusesse com a paisagem urbana. Lefebvre (1991) aponta em sua obra que a urbanização seria uma condensação dos processos sociais e espaciais que haviam permitido ao capitalismo se manter e reproduzir suas relações essenciais de produção.

Assim, dentro do PMGAS contém uma lagoa natural (figura 33) com aproximadamente 180m de diâmetro, sendo uma nascente do Igarapé Uai, um dos afluentes do Igarapé Grande. De acordo com Plano Diretor da cidade, no artigo 12 defini o Igarapé Grande como sendo o principal curso d’água da área urbana de Boa

Vista juntamente com o Igarapé Caranã, além de sua relevância social, pois estima-se que a bacia do Grande concentra cerca de 74 mil pessoas.

Figura 33 – Vista da Lagoa no PMGAS em Boa Vista-RR.



Fonte: Próprio autor, 2018

No decorrer do tempo, o Parque passou por diversas intervenções físicas e sociais, intensificadas em 2015 pela Prefeitura Municipal de Boa Vista - PMBV que juntamente com outras políticas urbanas transformaram os lugares, promovendo novas dinâmicas de produção e reprodução do espaço, conforme a figura 35 onde apresenta a evolução do espaço construído desde de 2002 até 2018 com a inserção de quadras esportivas, repartições públicas, áreas recreativas, arborização, etc.

Figura 35 – Processo de ocupação do espaço no PMGAS de 2002 à 2018



Fonte: google.maps, adaptado pelo autor (2018).

Nesse sentido, a dialetização do espaço – entendido como uma mediação interativa entre as formas do ambiente construído, resultante da transformação da natureza e também a vida social que anima essas formas – é tanto mais necessária, já que, segundo Massey (2004), o espaço está num eterno processo de devir, nunca acabado e jamais fechado ou cíclico, sendo o domínio que permite a existência da multiplicidade e a coexistência de trajetórias diversas,

Nos últimos anos, políticas de intervenção física como revitalização e inserção de equipamentos públicos fazem com que estes ambientes sejam percebidos positivamente para que as pessoas se sintam atraídas e motivadas a frequentá-los, e também desfrutem, de forma satisfatória, dos benefícios que o desenvolvimento de atividades nestes locais pode proporcionar.

O PMGAS, socialmente produzido (LEFEBVRE,1976), caracteriza-se entre outros aspectos, pela diferenciação de suas formas, conteúdos, interações e as práticas espaciais. Essa diferenciação do espaço é em realidade, um reflexo e uma condição para as políticas públicas e empresariais, afirma Corrêa (2002).

No contexto das transformações, Santos (1988) compreende-se que o espaço é um conjunto de objetos e de relações que se realizam na sociedade, pois o espaço contém o movimento e é resultado da soma e da síntese, sempre refeita da paisagem com a sociedade através da espacialidade. Descreve ainda que:

O espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade (SANTOS, 1988, p.73).

Os espaços públicos de lazer e a sociabilidade em geral são como movimento na cidade (Figura 33 e 34), tem-se a prática de se criar, mesmo que de forma espontânea, lugares de encontro dos moradores e da partilha de seus costumes arranjados que resistem à devastação dessa cultura no cotidiano das cidades (DAMIANI, 2002). Com este complemento teórico, pode-se compreender que os parques urbanos possuem uma importância no que tange as relações sociais com os espaços, bem como na manutenção dessas relações.

Durante o período da pesquisa de campo e análise do espaço, tais relações foram presenciadas, conforme as figuras 36/37, um encontro espontâneo de alguns jovens que se reuniram no PMGAS para celebrar o êxito no vestibular da UFRR. Uma simples confraternização que aparece como a materialização das relações sociais em parques urbanos. Egler (2003), explica em sua obra que o Espaço Social é aquele que é percebido entre os indivíduos que participam de um coletivo.

Figura 36 – Encontro espontâneo.



Fonte: Próprio autor, 2018.

Figura 37 – Encontro esportivo.



Fonte: Próprio autor, 2018.

A mesma autora contribui ainda em sua obra que, o lazer nos espaços urbanos não se reduz a formas urbanas originárias de estratégias econômicas e políticas, mas também forma de conquista. Observa-se um movimento em busca da valorização do lugar, da cultura local, do orgulho de pertencer.

Nos espaços periféricos mais populares em geral, evidencia-se a conquista dos lugares de lazer que, conquistas essas, dão-se às vezes de forma dramáticas, mas sempre coletivamente. São expressões da identidade irreduzível dos espaços empobrecidos, da ação solidária de homens, mulheres e crianças - as ruas fechadas para prática de esportes, os bares clandestinos e os campos de futebol nos conjuntos habitacionais programados sem sua presença e as praças conquistadas. (DAMIANI, 2002).

Diante dessas características, o PMGAS tem sido utilizado diariamente com esses fins, tanto a sociedade como a gestão pública municipal com atividades que promovam a associação da natureza e bem estar social. A dimensão física e a diversidade social fazem com que o parque seja dinâmico nas atividades desenvolvidas em dias e horários, manhã, tarde e noite. Egler (2005) expressa em sua obra que:

Cada lugar tem sua singularidade, mas para encontrar os novos significados dos lugares é preciso levar em conta os seus efeitos sobre o urbano. Para tanto, é preciso mergulhar nos estudos da vida cotidiana (EGLER, 2005, p.5).

O desenvolvimento de políticas públicas e privadas nas cidades em geral, tem sido pautado no ideário ambiental e esportivo, onde a integração da paisagem da natureza, saúde pública e lazer, materializadas, sobretudo, nas imagens de parques, têm se convertido em estratégia de política urbanas municipais, e em veículo condutor das práticas de produção e reprodução do capital no espaço.

Os parques que apresentam condições ambientais adequadas são determinantes na utilização para o desenvolvimento de atividades físicas e o lazer, ou seja, podem contribuir na redução da prevalência de sedentarismo e auxiliar na promoção da saúde e bem estar, além de possibilitar o aumento do nível de atividade física dos ativos. As políticas de preservação, a qualidade do ambiente e a satisfação dos usuários são determinantes para o uso dos parques, de forma a vir caracterizar estas funções associadas à qualidade de vida e saúde pública.

Assim, essa caracterização, Lefebvre (1973) remete para o projeto de espaço público, uma vez que este é necessariamente uma obra produzida segundo determinados interesses que se transforma em um produto, pois destina-se ao consumo por aqueles que dele vão se apropriar. A evolução do conceito de espaço público tem ganho cada vez mais novas abordagens, moldadas através da evolução na produção do espaço urbano, marca inicialmente uma virada na concepção da forma dos espaços. Soja (1993) adverte que as nossas ações e pensamentos modelam o espaço, mas ao mesmo tempo, os espaços mais amplos coletivos e socialmente produzidos nos quais vivemos também modelam nossas ações e pensamentos.

No cotidiano do PMGAS, nota-se que, essa advertência mencionada acima, é percebida e vivenciada pelos usuários, nos quais, fazem e modelam os espaços do parque com novas ações por conta da coletividade, ora envolvida de forma induzida pelas políticas públicas urbanas ora espontaneamente. Reforçando o embasamento teórico neste ponto, a autora Tâmara Tânia Egler⁷ (2003), já citada anteriormente, explica em sua obra que o Espaço Social é aquele que é percebido

⁷ Arquiteta, mestre em planejamento urbano e regional, doutora em sociologia, professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ. Coordenadora do Laboratório Estado, Sociedade, Tecnologia e Espaço,

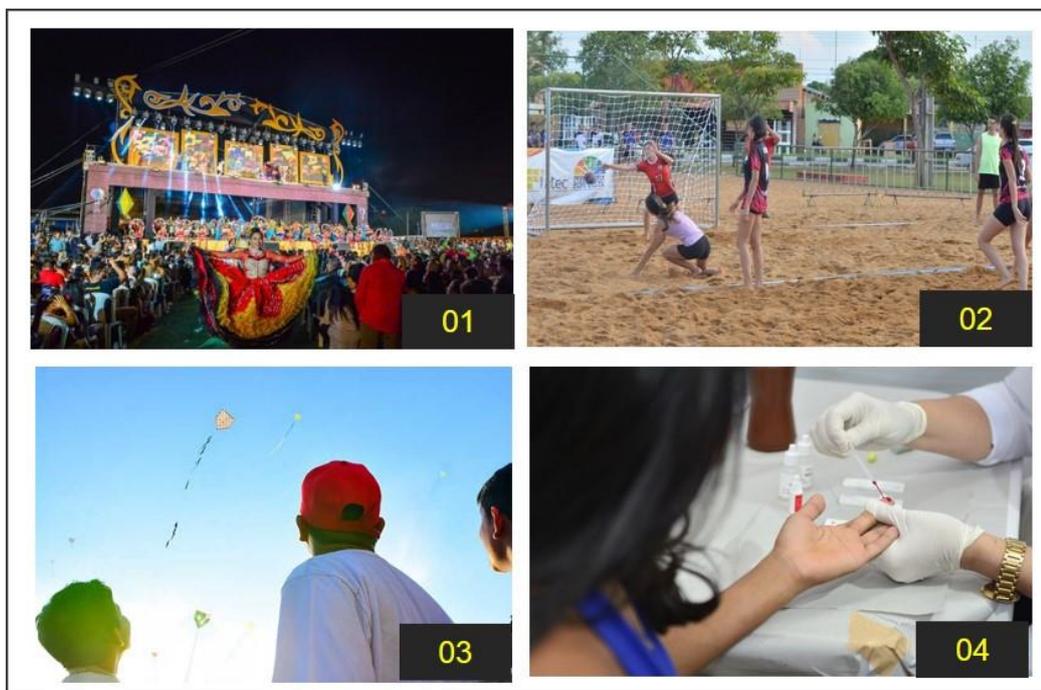
entre os indivíduos que participam de um coletivo. Metaforicamente é a cola que reúne os homens em lugar comum, percebido assim no PMGAS cujo objeto de ação é a produção das relações sociais.

Tais relações são vistas diariamente no Parque a partir da promoção de diversas políticas como “*Boa Vista On line*”, promovidas pela Prefeitura Municipal onde o serviço de internet está em pleno funcionamento com o sinal wi-fi disponibilizado, que aumenta significativamente a oportunidade de acesso à rede pela população, contribuindo assim para inclusão digital, bem como integração social. Outras ações como a da saúde social, onde Prefeitura de Boa Vista saiu dos postos de saúde no Dia Mundial de Luta Contra a Aids, 1º de dezembro de 2017, e foi ao encontro de jovens no PMGAS, no Pintolândia e ofereceu demais serviços na área da saúde.

Portanto, o PMGAS caracteriza-se assim, como lugar de encontros de diversos segmentos da sociedade com realização de múltiplas atividades ao ar livre, que visam o estreitamento das relações interpessoais, como eventos ligados a cultura, música, dança, etc, que ocorrem, principalmente, nos finais de semana.

Figura 38 – Políticas públicas existentes no PMGAS.

01- Noite da Paz, 02- Jogos abertos, 03- Festival de pipas e 04- Ação saúde



Fonte: Igor Martins / Eduardo Andrade – PMBV (2017/2018)

Um dos exemplos é o evento mais esperado do ano, o *Natal da Paz 2017* (figura 38), que ocorre todos os anos no mês de dezembro, que no último ano, contou com mais de 25mil pessoas no PMGAS. O espetáculo contou com grande estrutura de palco, arquibancadas, som e iluminação, com encenação que reuniu mais de mil artistas participantes dos projetos sociais da Prefeitura de Boa Vista. Outra ação promovida pela secretaria de gestão social da prefeitura é o *Festival das Pipas* (figura 38-3), cujo objetivo consiste em reunir as famílias com pessoas de todas as idades para uma tarde de lazer e brincadeira, que acontece no mês de outubro, inserido no calendário de eventos da PMBV.

Seguindo a definição de Raffestin (1993), entendendo que o espaço é anterior ao território, a centralidade deste capítulo está voltado para a análise espacial nas práticas sociais exercidas nos espaços públicos de Boa Vista-RR, e como sujeito o Parque municipal Germano Augusto Sampaio - PMGAS nos dias atuais, que tem demonstrado alterações significativas quanto a apropriação e ocupação humana, demonstradas na figura 38, especificamente aqueles voltados às funções recreativas, esportivas e econômicas. Com isso, percebe-se nestes espaços, as formas ou objetos geográficos estão assumindo novas funções, criando uma nova organização espacial (grifo do autor).

Esse movimento da conjuntura implica em modificações na paisagem e nas funções dos lugares, que vão alterar a forma e o modo de se organizar no espaço. Milton Santos observou que “[...] cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas” (SANTOS, 1992, p. 2).

4.2 O COTIDIANO DE TERRITORIALIDADES DO PMGAS

Durante o período da pesquisa de campo no PMGAS, realizada nos turnos pela manhã, tarde e noite durante 60 dias e em dias alternados, constatou-se através da percepção (observação direta) diversas disputas de poder pelo espaço. As relações foram percebidas desde o estacionamento pelo simples guardador de veículos na vaga, onde a disputa é visível até o consumo e venda de drogas em baixo das árvores por menores de idade que o domínio do espaço passa a ser invisível.

O conceito de território escolhido para a leitura do objeto da pesquisa foi percebido de forma sutil, uma vez que privilegia as relações sociais, as redes, a

cultura, o cotidiano, já descritas no capítulo 02 deste trabalho. Segundo Raffestin⁸ (1993, p.143), “(...) ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço”. Para Costa (2008, p.181), nessa afirmação, “(...) está clara a proposição da ênfase relacional ao território, à possibilidade de percebê-lo como dinâmico e não estático, uma vez que pontua o processo de territorialização.”

Pautado neste breve embasamento teórico, a sociedade, contida no PMGAS e o entorno, reflete em seu cotidiano essas relações, territórios e territorialidades presentes no Parque, que nascem com dupla conotação, ou seja, material e simbólica. Ele diz respeito tanto ao poder mais explícito, de dominação, quanto ao poder mais implícito ou simbólico de apropriação (HAESBAERT, 2014).

A percepção do território como dinâmico foi presenciado em visitas ocorridas pela manhã, onde o vazio e o silêncio da praça transmitiram a sensação de não estático, conforme figura 39 e 40. A invisibilidade dos territórios nos permite pensar em espaços subutilizados, desapropriados de funções e dispostos a ‘intervenções físicas’ no sentido de reinventar ou revitalizar os espaços. Porém as territorialidades apresentam em dupla conotação: material / simbólica.

Figura 39 e 40 – Estacionamento e entorno da Lagoa do PMGAS pela manhã.



Fonte: Próprio autor, 2018



Fonte: Próprio autor, 2018

Assim, considera-se também território como aponta Raffestin, (1993) que diz:

(...) o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

⁸ Claude **Raffestin** é um Geógrafo Suíço, professor de Geografia Humana na Universidade de Genebra. Baseado nas concepções de Foucault sobre o poder.

Nota-se nas figuras abaixo, a mesma área, porém no turno vespertino, as territorialidades tornam-se visíveis e a disputa pelo espaço, ainda que invisível, acontece.

Figura 41 e 42 – Estacionamento do PMGAS à tarde com brinquedos infantis.



Fonte: Próprio autor, 2018



Fonte: Próprio autor, 2018

Nota-se também fora do PMGAS, que sites de notícias e jornais locais, no caderno policial (figura 36), apresentam um cenário descrito pela referência teórica Raffestin (1993), ou seja, os atores envolvidos “(...) ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço”, recíproco ao conceito de Rogério Haesbaert (2014) no parágrafo anterior. Assim, percebe-se que há disputa de poder pelo espaço, ora entre facções rivais, ora com o próprio Estado.

Desse modo, o mesmo autor afirma que o “(...) território é sempre múltiplo” Haesbaert (2014), teoria esta percebida e registrada no PMGAS a partir das dinâmicas de disputa pelo espaço em diferentes formas e períodos, seja de forma concreta com as apropriações, seja pelas instituições ou pequenos vendedores ambulantes, disputando cada metro quadrado de área no espaço ou em forma abstrata por zona de tráfico de drogas, domínio de facções (figura 43) no parque e no entorno, resultando em violência constatada.

Figura 43 – Disputa de poder no PMGAS - Territorialidades



Fonte: TV Roraima

Fonte: folhabv.com

Fonte: Marcelo Marques-G1.

Aplicando parte da metodologia na busca de dados, durante a pesquisa de campo foram abordadas 08 (oito) frequentadores do parque, e em conversas informais, 05 (cinco) moradores vizinhos e 03 (três) comerciantes no entorno do parque, onde todos relataram que, o local tem se tornado ponto de venda e de uso de drogas, e, conseqüentemente, transformou-se em um palco para a violência gerada pelos traficantes e usuários, que predomina o período noturno, sendo estes passíveis ainda de definição e identificação.

Relataram também que durante o dia, os espaços apresentam uma certa segurança, porém, ainda há momentos que a ociosidade e a demonstração por parte dos usuários de drogas, transmitem a sensação de insegurança, conforme registrou-se em identificação nas figuras 44 e 45.

Figura 44 e 45 – Durante o dia, venda e usuários de drogas no PMGAS.



Fonte: Próprio autor, 2018



Fonte: folhabv.com, 2018.

4.3 Identificação e mapeamento das territorialidades no PMGAS

Com base na discussão conceitual anterior e a materialização dos fenômenos no espaço geográfico, foram identificados 05 (cinco) territórios percebidos e vivenciados durante o período de análise de campo, porém, entendendo existência da multiplicidade de territórios que constituem e desconstituem.

Portanto, a experiência na identificação e aproximação com os territórios pesquisados tornou-se a constatação fenomenal, demonstrando a teoria na prática e a vivência dos conceitos no PMGAS, conforme a figura 43 e 44.

As territorialidades identificadas possuem uma 'delimitação' de espaço ao mesmo tempo que se entrelaçam e sobrepõem, tornando um único viés social, porém,

a disputa ocorre somente com a identificação e a semelhança do mesmo grupo ou atividade a ser desempenhada. O conceito de visível ou abstrato, mencionado no capítulo do referencial teórico, traz uma conjuntura empírica e verdadeira.

Em função da diversidade de grupos, fatores econômicos, cultura, é de fundamental importância à análise social das territorialidades, verificando como a sociedade determina as mudanças de seus objetos, por quais necessidades e/ou finalidades, já que as formas são o espelho dessas mudanças sociais, ou seja, dessas metamorfoses que são antes de tudo perceptíveis e na transformação, imperceptíveis a olho nu. Nota-se nessa questão, os grupos identificados apresentam situações diferentes à serem analisadas como: motivações, realidades econômicas, moradias, grupos, etc.,

Assim, apresenta-se a descrição dos territórios identificados:

1º Território: Por brinquedos infantis localizado na área do estacionamento;

O espaço consiste em uma ampla área com 1.300m², com infraestrutura adequada, dotada de pavimentação asfáltica, iluminação pública eficiente e com características de um espaço visitantes do parque. Porém, por razões econômicas, o microempreendedor define o seu espaço e delimita, de forma abstrata, sua área para instalar brinquedos infantis como pula-pula. Dispõe de dias e horários definidos para a 'organização' do espaço como instalação, montagem dos brinquedos a partir das 16:00 e desinstalação até as 20:00, exceto em períodos de inverno devido as chuvas.

2º Território: Por pipoqueiros entorno do Parque;

Foram identificados 03 (três) pontos de vendas de pipocas, que após a observação, a delimitação espacial é de forma, porém, o que chamou atenção durante a análise foi o respeito que os pipoqueiros têm pelo espaço do outro. Apesar de não serem estáticos, são dinâmicos e percorres grandes distancias, em função do movimento, não há sobreposição e aproximação.

3º Território: Por venda e uso de drogas na parte interna do parque;

Este grupo se apresenta de forma abstrata e as vezes se revela conforme a figura 36, em forma de violência. Durante a análise, os próprios empreendedores e frequentadores relataram, em conversa informal, a presença de facções nesta área. Presenciou-se os locais dos usuários, porém sabe-se que o abastecimento fica por conta de facções que disputam as vendas de drogas no parque. O local é conhecido como a *pista de Skate* e o *bosque* (de baixo das árvores, próximo a lagoa).

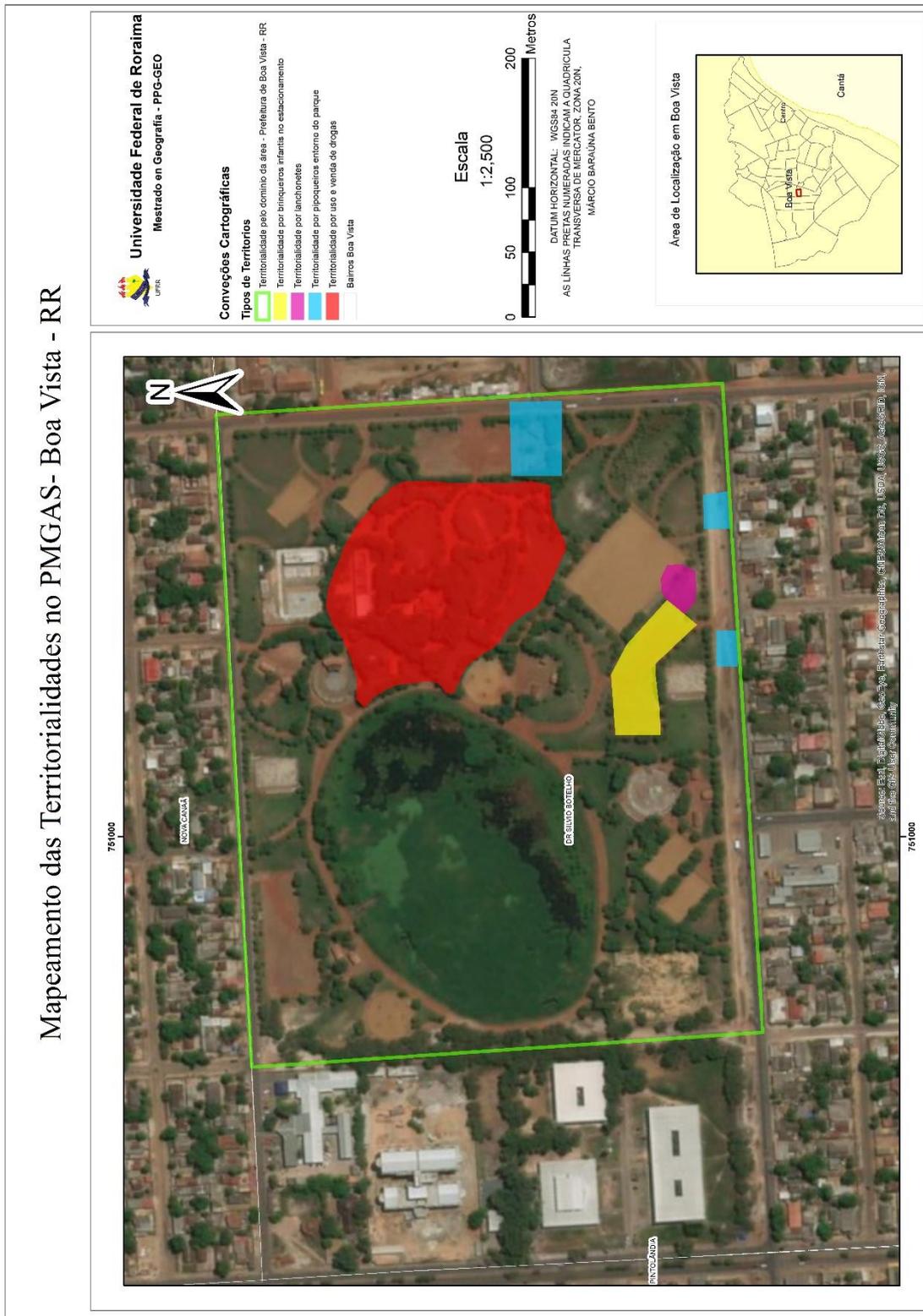
4º Território: Por venda de lanches rápidos no estacionamento do parque;

Este grupo já se apresenta de maneira mais organizada e visível com delimitação de espaço. A presença fixa dos carrinhos de lanches e por tempo de presença no parque, definem a disputa de espaço no estacionamento. Os lugares já estão definidos, mesmos que pela manhã esteja vazio. Assim como os brinquedos infantis, estes também dispõem de dias e horários específicos para montagem.

5º Território: Por domínio e controle da área pela Prefeitura Municipal;

O PMGAS é administrado pela PMBV e que dispõe, além de aporte legal da área como o Plano Diretor, o controle de uso e ocupação de toda a área do parque. O domínio pelo calendário de eventos durante o ano, instalação de repartição pública municipal, manutenção e construção de equipamentos em geral. Os territórios citados anteriormente formam, constituem, se dissipam a partir do domínio pelo Estado como 'controle' do espaço. Ver figura 46 para compreensão da localização.

Figura 46 – Identificação de 05 Territórios no PMGAS



Fonte: Desenvolvido pelo autor, 2018.

4.4 ANÁLISE ESPACIAL DAS TERRITORIALIDADES: MILTON SANTOS (1996)

O espaço pode ser definido pelo conjunto de lugares compreendidos como porções do espaço produtivo e de consumo. Quando se fala de análise espacial deve se levar em conta, que “[...] todo elemento do espaço e toda forma de paisagem constituem fenômenos únicos que jamais podem ser encontrados exatamente iguais em outros locais ou em outros momentos” (DOLLFUS, 1991, p. 9). Deste modo levou-se em conta sempre a singularidade do lugar e como se comporta diante dos fenômenos de ordem produtiva nos dias atuais.

Inicialmente, no que diz respeito a análise espacial e seus determinantes se referem às rugosidades presentes na constituição da mesma, elas podem servir de base para muitas conclusões desde análise do grau de evolução técnica de uma dada sociedade ao longo do tempo ou mesmo para estudos que levem em conta os aspectos culturais da cristalização de um momento de algum grupo.

Estudar a paisagem à luz de processos imateriais é uma tarefa interessante principalmente em dias atuais, pois podem ser tiradas algumas conclusões e desmistificações do modo de produção capitalista, difundido pelo meio técnico-científico-informacional. Pois como nos alerta Trindade Jr (2001, p. 139), que “a paisagem, contudo, não consegue dar conta da totalidade do espaço porque, ainda que seja expressão materializada das relações que produzem o espaço, revela apenas um momento”.

Portanto, deve-se buscar uma análise que veja além, ou como nos instiga Santos (1997, p. 62), dizendo que a “nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado”. Tarefa essa que perpassa principalmente pela análise do sistema produtivo em vigor no momento, pois é ele que determina como a sociedade se comporta e se reproduz, no caso, o espaço urbano.

Surge então, a proposta por uma investigação mais minuciosa, que irá analisar como as estruturas dentro de suas atuações influenciam na constituição desta parte visível do espaço, como a função de uma dada forma contribui para a formação do aspecto da mesma e como o processo (tempo) concorre para a permanência, adequação, extinção e coexistência das formas em um dado momento e, conseqüentemente, a transformação.

Assim adere-se com Trindade Jr (2001), quando diz que:

Apesar de serem governadas pelo presente, as formas contêm também um pouco do passado, pois surgem dotadas de certos contornos historicamente contextualizadas. Cada forma possui uma significação social. Frequentemente, a forma permanece após ser criada e usada para desempenhar o papel para o qual foi produzida. Poderá ela, no entanto, assumir outros papéis em momentos históricos. Sua destruição ou seu desaparecimento não é imediato e, às vezes, torna-se não só indesejável como dispendioso, ou até impossível (TRINDADE JR, 2001 p. 133-134).

Portanto, ao buscar estudar a relação entre as formas e as funções desempenhadas pelos parques públicos urbanos, como o caso o Parque Municipal Germano Augusto Sampaio – PMGAS nos dias atuais, não se pode deixar de relacionar a dialética da produção e reprodução da cidade e de sua apropriação no parque e no entorno. Para falar de produção, apropriação e usos desses espaços que compõem diante das territorialidades, deve-se ater nos pensamentos de Santos (1996) que aborda as principais categorias de análise espacial. Estas categorias são: **forma, função, estrutura e processo** (grifo nosso), que possibilitam a análise de que o espaço é um produto social em permanente processo de transformação.

Santos (1996) ainda apresenta que:

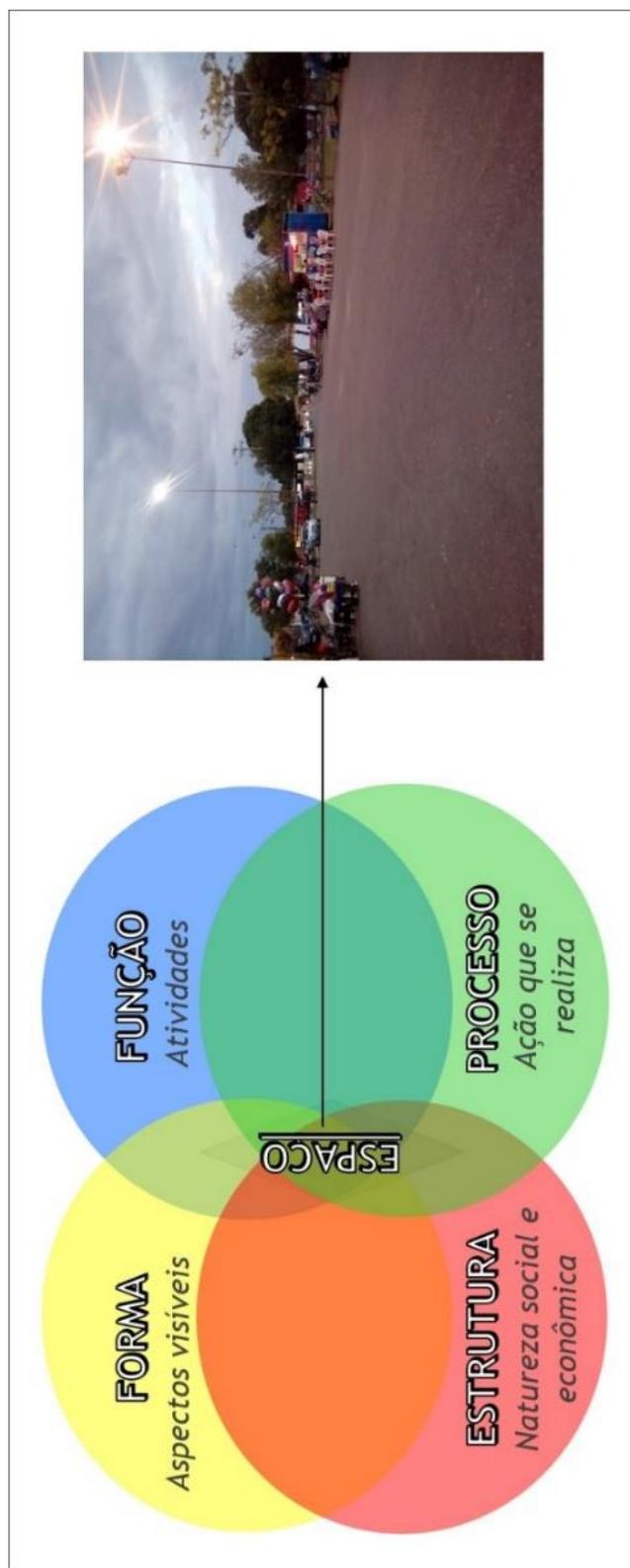
[...] a Geografia tende a ser cada vez mais a ciência dos lugares criados ou reformados para atender determinadas funções, ainda que a forma como os homens se inscrevem nessa configuração territorial seja ligada, inseparavelmente, à história presente. Se os lugares podem esquematicamente, ser os mesmos, as situações mudam. A história atribui funções diferentes ao mesmo lugar (SANTOS, 1996, p.52).

Em síntese, os espaços atingidos por inovações estão em contato, ou seja, as variáveis do crescimento mudam com as modernizações. Isso mostra que a formação de um espaço supõe uma acumulação de ações localizadas em diferentes momentos. Santos (1985), o espaço é resultado da produção, uma decorrência de sua história, mais precisamente, dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade.

O espaço é um híbrido composto de *formas-conteúdos*, formas-funções, objetos-ações, processos e resultados, sendo o fenômeno técnico uma das principais condições históricas de transformação do espaço, juntamente com outros processos econômicos, culturais e políticos. Há, nessa processualidade, unidade entre esses processos e unidade espaço-temporal: espaço e tempo metamorfoseiam-se um no outro. O conteúdo do espaço é, cada vez mais, *extremamente* técnico, cada vez mais artificializado no processo de acirramento da divisão territorial do trabalho: "(...) cada divisão do trabalho *cria um tempo* seu próprio, diferente do tempo anterior" (Santos, 1996, p.109).

Dessa forma, apresenta-se na figura abaixo, o desenho e a descrição dos elementos da categoria para compreensão e que serão interpretados a partir das territorialidades presentes no PMGAS, sendo tabelados para facilitar a leitura da análise espacial.

Figura 47 - Apresentação gráfica da categoria de análise e o espaço



Fonte: Desenvolvido pelo autor, 2018.

4.4.1 Conceituação da Forma

A forma (grifo do autor) aparece como condição da história. Santos (1979) afirma que as formas permanecem como herança das divisões do trabalho efetivadas no passado e as formas novas surgem como exigência funcional da divisão do trabalho atual. As formas, que não têm as mesmas significações ao longo da história do país, da região, do lugar, representam a acumulação de tempo e sua compreensão depende do que foram as divisões do trabalho. O mesmo autor relata assim:

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, (...) a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. (...) Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial (SANTOS, 1979, p. 42-43).

Para Santos (1992 p.50) a forma se apresenta como " (...) aspecto visível de uma coisa (...)", se refere ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Corrêa (1987) cita uma casa, um bairro e uma rede urbana como exemplos de formas espaciais em diferentes escalas. A forma revela a espacialidade de uma sociedade.

Por outro lado, se analisar somente pela forma seria impossível apreender a realidade em sua essência. Tratar-se-ia da apreensão de um aspecto da realidade, a sua aparência, incapaz de permitir vê-la em sua concretização, porque sua essência aparece nos processos e funções que emanam da estrutura, como se verá. Seria uma pseudoêncretização (KOSIK,1969).

4.4.2 Conceituação da Função

Na medida em que função (grifo do autor) é ação, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos. Através do estudo das interações, recupera-se a totalidade social (movimento, conflitos, contradições), isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo. Cada ação não constitui um dado independente, mas o resultado do próprio processo social. Assim, é fácil perceber a permanência do caráter relacional de sua concepção bem como do caráter histórico. Função é o papel, uma atividade ou uma tarefa a ser desempenhado por

uma forma (CORRÊA, 1987). Forma e função têm uma relação direta, já que uma forma é criada para exercer uma função.

A relação entre forma e função é, em princípio, direta: uma determinada forma é criada para desempenhar uma ou várias funções. E não existe função sem a sua forma correspondente. Assim, não se pode dissociar forma e função no estudo da organização espacial. Contudo, apenas a consideração da forma e da função não é suficiente para compreendê-la. Assim sendo, retira da realidade social a sua natureza histórica, isto é, as características sociais e econômicas e suas transformações.

Conforme páginas anteriores, Santos (1992, p.49) ressalta que " (...) o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente mudança". Quando se estuda qualquer tipo de espaço devemos ter a noção que a sociedade não opera fora dele, e sim atua sobre ele, provocando um movimento temporal. Desta forma, toda vez que retorna à atenção para compreensão de uma organização espacial e sua evolução temporal deverá analisar as quatro categorias de análise espacial fundamentais, que devem ser sempre entendidas como disjuntivo e associado, instituídas por Santos (1992).

4.4.3 Conceituação da Estrutura

A estrutura (grifo do autor) segundo Santos (1992) deve ser analisada sempre na dicotomia espaço-tempo, sendo ela um produto imposto ao espaço pela sociedade. Segundo a referência teórica, o termo está associado ao modo como os objetos estão organizados, refere-se não a um padrão espacial, mas à maneira como estão inter-relacionados entre si, sendo compreendida em um aspecto cultural. Diferentemente da forma, a estrutura não constitui algo que tenha uma exterioridade imediata. Ela é invisível, estando subjacente à forma, uma espécie de matriz onde a forma é gerada. Corrêa (1986, p.77) contribui definindo estrutura de maneira mais simplificada e diz que esse termo se refere " (...) a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo".

4.4.4 Conceituação da Processo

Processo (grifo do autor) é uma ação praticada continuamente no espaço, objetivando um resultado indeterminado, mas que implica em tempo e mudança.

(SANTOS, 1992). Para Corrêa (1986) " (...) os processos ocorrem dentro de uma dada estrutura social e econômica e resultam das contradições internas da mesma". O processo pode ser considerado uma estrutura em movimento.

A partir da compreensão das relações entre as categorias de análise espacial, estrutura, processo, forma e função, consideramos que essas em conjunto e relacionando-se entre si, servem de base teórica e metodológica para a análise dos fenômenos espaciais dentro de uma organização espacial pré-estabelecida. O espaço apresenta-se dinâmico, cuja dinamicidade é atribuída ao fato desse ser reflexo da sociedade e do sistema político e econômico vigente.

Neste contexto, para Castells (2006), o modo capitalista de produção conduz a uma concentração de capitais e conseqüentemente a uma especialização dos lugares. Assim, relacionando estrutura, processo, forma e função ao espaço urbano, pode-se ter um entendimento das categorias da seguinte maneira. O modo capitalista de produção (estrutura) impulsiona constantes transformações na sociedade (processo), as quais contribuem para formação de diferentes organizações espaciais, entre as quais, se destaca o espaço urbano, que segundo Gottdiener (1993) é a materialização (forma e função) do desenvolvimento contínuo do capitalismo (estrutura). Desta forma, o espaço urbano é visto enquanto expressão dos processos sociais e econômicos apresentando formas, movimentos e conteúdos com os mais distintos usos (funções) articulados entre si (CORRÊA, 1995).

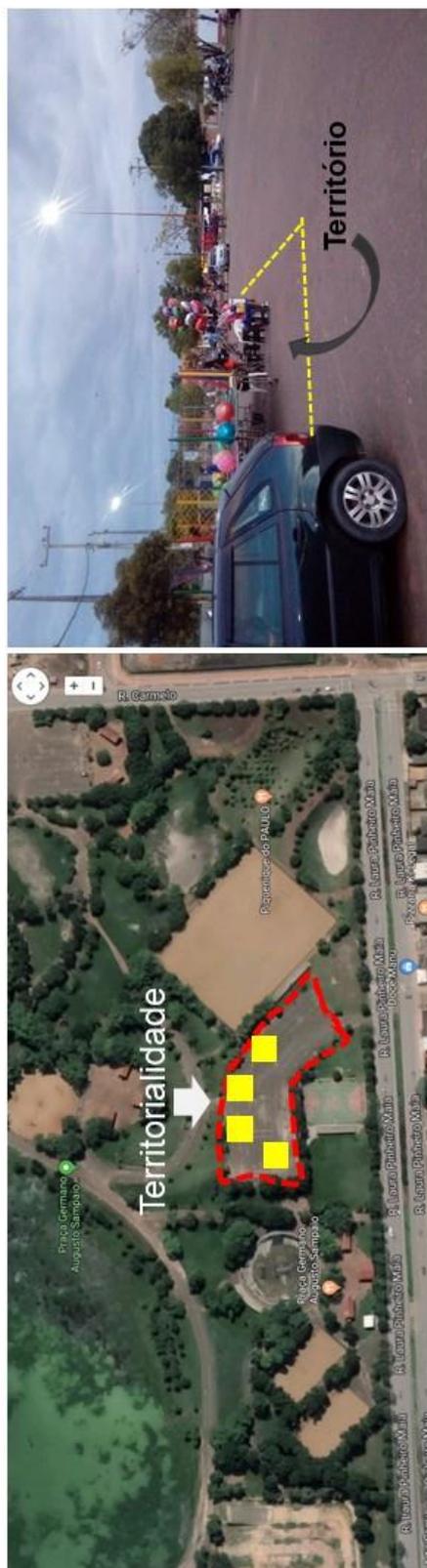
A partir da compreensão das relações apresentadas, as categorias analíticas, que dão conta da totalidade social em sua espacialização, poderão iniciar o estudo da organização espacial do PMGAS em um dado momento de sua história, ou seja, nos dias atuais, pelas suas formas.

4.4.5 Tabela de análise e identificação gráfica das territorialidades no PMGAS

Para a demonstração dos resultados obtidos após a análise em campo das territorialidades, foi desenvolvido um fichário com uma tabela analítica e representação gráfica em cima de registro fotográfico com o objetivo de visualizar a análise espacial em sua totalidade, conforme propõe Santos (1996).

A seguir, apresenta os 05 (cinco) territórios analisados.

Figura 48 – Quadro de Análise: Território 01 por brinquedos infantis no PMGAS.



Fonte: Próprio autor (2018).

Fonte: google.earth, adaptado pelo autor (2018).

ESPAÇO	ATIVIDADE	FORMA	FUNÇÃO	ESTRUTURA	PROCESSO
Estacionamento próximo ao campo de futebol	Comercialização por brinquedos recreativos infantil.	<ul style="list-style-type: none"> - Área do estacionamento; - iluminação; - Entorno paisagístico; - Os produtos; - Vendedores ambulantes entorno dos brinquedos. - Subespaço; 	Os brinquedos sendo utilizados, comercializados, interação entre o espaço e a atividade.	<ul style="list-style-type: none"> - Consiste no modo como os objetos estão organizados; - as relações; 	<ul style="list-style-type: none"> - Inicia-se com a montagem dos brinquedos a partir das 15:00 e a marcação da área; - Organização das cadeiras; - Movimento das crianças a partir das 17:00; - Definição de horário até as 20:00
Fonte: Produzido pelo autor, 2018.					

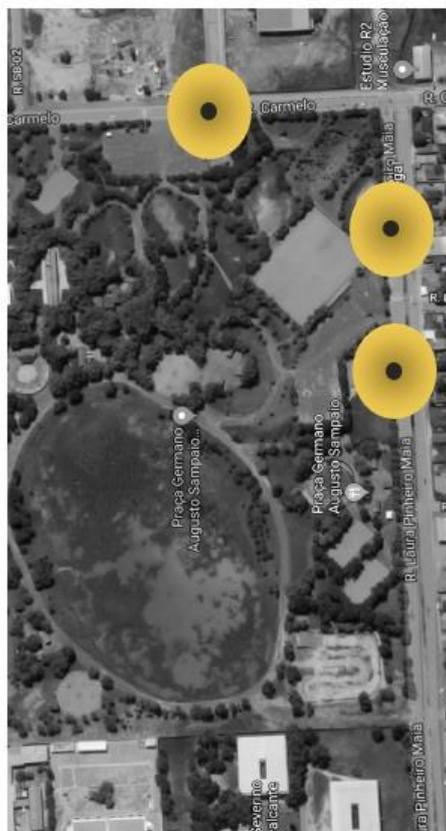
Territorialidade
Explícita

4.4.5.1 Quadro de Análise: Território 01 - Por brinquedos infantis no PMGAS.

- **Espaço:** A territorialidade se forma em estacionamento localizado na parte interna do Parque, mais precisamente com acesso pela rua Laura Pinheiro Maia, na esquina do semáforo. Área totalmente pavimentada em revestimento asfáltico, com infraestrutura adequada, que também funciona como estacionamento aos visitantes.
- **Atividade:** A principal atividade consiste na comercialização por brinquedos infantis como pula-pula, castelo inflável, pescaria, etc, principalmente de quarta-feira ao domingo, das 16:00 as 20:00. Todos os brinquedos são removíveis, sendo transportados por vezes em carroças conectadas nos veículos. Notou-se também que essas atividades funcionam também paralelamente em outros lugares ou são alugados para festas infantis.
- **Forma:** Ao analisar este item *in loco*, percebeu-se que o aspecto mais visível seria o próprio espaço, denominado no quadro como Subespaço. Além da própria estrutura do espaço como a pavimentação, iluminação, os próprios produtos, o contexto paisagístico do entorno, ou seja, os objetos visíveis presentes no espaço.
- **Função:** Consiste nas atividades a serem realizadas como a venda temporária do brinquedo em forma de aluguel por tempo: 5min = R\$10,00; etc. a própria interação entre as crianças, os brinquedos, a questão econômica, promovem a função.
- **Estrutura:** Permite compreender as relações entre os microempreendedores, os brinquedos e as crianças, como atores que se interagem para desenvolver a territorialidade. A própria organização na paisagem apresenta a estrutura do espaço.
- **Processo:** O desenvolvimento da forma e da função fazem a promoção do processo, ou seja, desde a chegada dos equipamentos por volta das 15:00 para a delimitação e apropriação do espaço no estacionamento, a montagem dos brinquedos e organização com os monitores que participarão do processo, até a chegada das crianças a partir das 17:00 com o uso e a própria (re)produção do espaço.

Assim se desenvolveu a análise do espaço a partir de territórios materializados por brinquedos, observados em dia de semana como quarta-feira e aos sábados das 15:00 até as 19:00.

Figura 49 – Quadro de Análise: Território 02 por vendedor ambulante de pipocas no PMGAS.



Fonte: google.earth, adaptado pelo autor (2018).



Fonte: Próprio autor (2018).

ESPAÇO	ATIVIDADE	FORMA	FUNÇÃO	ESTRUTURA	PROCESSO
Entorno do parque e em calçadas	Comercialização por pipocas e batatas com carrinho.	<ul style="list-style-type: none"> - Área do estacionamento; - Calçada; - Entorno paisagístico; - Os eventos; - Vendedores ambulantes entorno dos brinquedos. - Subespaço: o Parque 	A fabricação da pipoca e a venda, atividade.	Consiste no modo como os objetos estão organizados; <ul style="list-style-type: none"> - as relações; 	<ul style="list-style-type: none"> - Existe a sazonalidade porém durante a semana eles chegam a partir das 16:00; - Circulam em determinado perímetro sem invadir a área do outro; - Se aproximam dependendo do evento; - Definição de horário até as 21:00
Fonte: Produzido pelo autor, 2018.					

Territorialidade
Explícita

4.4.5.2 Quadro de Análise: Território 02 – Por vendedor ambulante no PMGAS.

- **Espaço:** Foi observado três pontos no Parque que se forma, na rua Laura Pinheiro Maia, próximo aos brinquedos infantis, lanchonetes e estacionamento onde ocorre feiras livres. Também não são estático e sim dinâmicos, tanto e dia como em horários.
- **Atividade:** A principal atividade consiste na comercialização de pipocas e batatas fritas com carrinhos, principalmente funcionando de quarta-feira ao domingo.
- **Forma:** Ao analisar este item *in loco*, percebeu-se que o aspecto mais visível seria o próprio Parque, denominado no quadro como Subespaço. Além do próprio calçamento, a pavimentação, iluminação, os próprios produtos, o contexto paisagístico do entorno, a rua com o movimento, ou seja, objetos visíveis presentes no espaço.
- **Função:** Consiste nas atividades como a fabricação das pipocas que exalam o cheiro entorno da forma até a própria venda como: 01 pct. médio = R\$3,00; etc. a própria interação entre as crianças, clientes
- **Estrutura:** Permite compreender as relações entre os microempreendedores, as crianças, como atores que se interagem para desenvolver a territorialidade. A própria organização na paisagem e a visão dos concorrentes, sem a aproximação do seu território, apresenta a estrutura do espaço.
- **Processo:** Consiste nas ações em relação a venda de pipocas, porem são dinâmicos pois se aproximam de eventos que acontecem dentro do Parque. ‘Delimitam’ seu espaço físico, mas circulam em função do movimento do parque.

Assim se desenvolveu a análise do espaço. Em conversa informal com 02 (dois) pipoqueiros, eles informaram que possuem pontos fixos, porém, ficam perto de eventos sem entrar no espaço dos colegas e também sem prejudicar a venda. Foram observados em dia de semana como quarta-feira e aos sábados das 18:00 até as 20:00, porem aconteceu de não serem identificados no dia.

Figura 50 – Quadro de Análise: Território 03 por uso e venda de drogas no PMGAS.



Fonte: folhabv.com.br (10/2018).

Fonte: google.earth, adaptado pelo autor (2018).

ESPAÇO	ATIVIDADE	FORMA	FUNÇÃO	ESTRUTURA	PROCESSO
Pista de skate e no bosque próximo a lagoa	Comercialização e consumo de drogas	<ul style="list-style-type: none"> - As arvores, bancos, - Pista de skate; - Ambiente escuro; - Entorno paisagístico; - Os eventos; - 'Isolamento'; - Subespaço: o Parque 	Venda da droga, entrega pelos traficantes, consumos dos usuários, etc.	<p>Consiste a dinâmica do espaço, o movimento de consumo e venda.</p> <p>Isolamentos dos usuários e os traficantes de forma abstrata.</p> <ul style="list-style-type: none"> - As relações entre os objetos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Consumo durante o dia e mais violência a noite; - Circulam em determinado perímetro, porém dominam; - Período, manhã, tarde e noite; - A partir das 21:00 a praça se torna insegura.

Fonte: Produzido pelo autor, 2018.

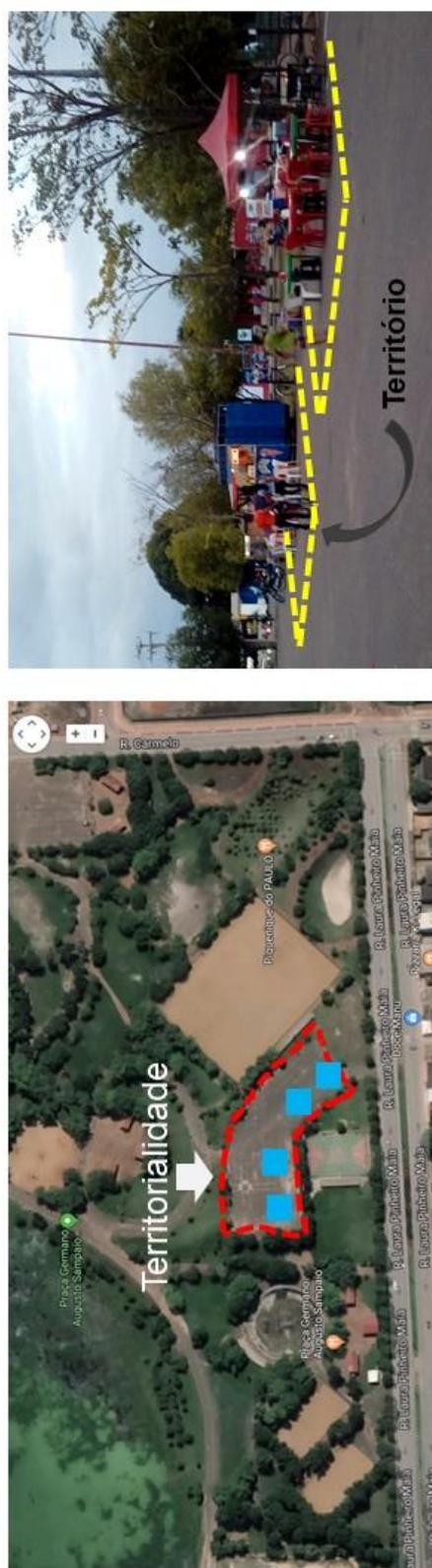
Territorialidade
Implícita

4.4.5.3 Quadro de Análise: Território 03 – Por uso e venda de drogas no PMGAS.

- **Espaço:** Foi observado dois pontos no Parque que se forma, pista de Skate, próximo a rua Laura Pinheiro Maia, e o *Bosque*, localizado em baixo das árvores, utilizados principalmente a noite devido a escuridão e pouco movimento na área. Como território implícito, invisível, a aproximação e registro ficou comprometido devido aos riscos na identificação do pesquisador, mas há relatos da veracidade do uso e venda por facções no Parque.
- **Atividade:** A principal atividade trata-se da disputa pelo ponto de venda e consumo pelos usuários. É visível a comercialização, mesmo durante o dia. O abastecimento se dá por *mulas* (informação dada por informante policial) que andam sem a mínima percepção pelos frequentadores do Parque.
- **Forma:** Ao analisar este item *in loco*, percebeu-se que o aspecto mais visível seria o próprio Bosque, a pista de Skate, denominado no quadro como Subespaço. Além do próprio calçamento, a vegetação, os próprios produtos e o isolamento físico, ou seja, objetos 'visíveis' presentes no espaço.
- **Função:** Consiste nas atividades como o abastecimento das drogas, o consumo pelos usuários.
- **Estrutura:** Permite compreender as relações entre as facções em disputa pelo espaço, a relação entre os atores que se interagem em venda e consumo. A própria sociedade na composição do espaço, apresenta a estrutura do espaço.
- **Processo:** Consiste nas ações em relação a venda drogas e consumo, ocasionando violência principalmente a noite, disputa de espaço com o próprio Estado através do policiamento.

Assim se desenvolveu a análise do espaço. Em conversa informal com os microempreendedores e frequentadores, eles informaram que possuem pontos fixos, listados na forma, porém, são dinâmicos e invisíveis, se formam e dissipam quando o policiamento chega no local, mas, violentos pós saídas das viaturas, ocasionando um clima de insegurança.

Figura 51 – Quadro de Análise: Território 04 por Lanchonetes no PMGAS.



Fonte: Próprio autor (2018).

Fonte: google.earth, adaptado pelo autor (2018).

ESPAÇO	ATIVIDADE	FORMA	FUNÇÃO	ESTRUTURA	PROCESSO
Estacionamento próximo ao campo de futebol	Comercialização de lanches rápidos com área para mesas	<ul style="list-style-type: none"> - Área do estacionamento; - iluminação; - Entorno paisagístico; - As barracas; - O entorno dos brinquedos; - Mesas e cadeias; - Subespaço 	Interação entre o espaço e a atividade, venda dos lanches, das chegadas das pessoas.	<ul style="list-style-type: none"> - Consiste no modo como os objetos estão organizados; - as relações; 	<ul style="list-style-type: none"> - Inicia-se com a montagem das barracas a partir das 15:00 e a marcação da área; - Organização das mesas e cadeiras; - Movimento das crianças a partir das 17:00; - Definição de horário até as , no máximo.
Fonte: Produzido pelo autor, 2018.					

Territorialidade
Explícita

4.4.5.4 Quadro de Análise: Território 04 – Por Lanchonetes no PMGAS.

- **Espaço:** Foi observado no estacionamento, próximo aos espaços dos brinquedos e o campo de futebol.
- **Atividade:** A principal atividade consiste na comercialização de lanches rápidos com áreas para as mesas, diferente dos demais territórios, os pontos são fixos, seja por tempo dentro do Parque como a fixação dos carrinhos.
- **Forma:** Ao analisar este item *in loco*, percebeu-se que o aspecto mais visível seria o próprio Parque, denominado no quadro como Subespaço. Além do próprio calçamento, a pavimentação, iluminação, os próprios produtos, o contexto paisagístico do entorno, a rua com o movimento, ou seja, objetos visíveis presentes no espaço.
- **Função:** Consiste nas atividades com o fornecimento de lanches, a própria interação entre as crianças, pais, vendedores ambulantes e os eventos programados e não-programados no Parque.
- **Estrutura:** Permite compreender as relações entre os microempreendedores, os clientes, o espaço para as mesas e atores que se interagem para desenvolver a territorialidade. A própria organização na paisagem e a visão dos concorrentes, sem a aproximação do seu território, apresenta a estrutura do espaço.
- **Processo:** Consiste nas ações, desde a chegada dos carrinhos, a retirada das mesas, organização dos lanches até a relação da venda. ‘Delimitam’ seu espaço físico, tanto para os carros como para as mesas.

Assim se desenvolveu a análise do espaço. Em conversa informal com 02 (dois) microempreendedores, eles informaram que possuem pontos fixos, e cada um respeita o espaço do outro, e também sem prejudicar a venda. Foram observados em dia de semana como quarta-feira e aos sábados das 18:00 até as 20:00, porem aconteceu de alguns não serem identificados no dia ou não foram.

Figura 52 – Quadro de Análise: Território 05 pela Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR



Território

Fonte: google earth, adaptado pelo autor (2018).

Fonte: Fonte: Igor Martins / Eduardo Andrade – PMBV (2017/2018)

ESPAÇO	ATIVIDADE	FORMA	FUNÇÃO	ESTRUTURA	PROCESSO
O Parque em sua totalidade	<ul style="list-style-type: none"> - Organização de eventos durante o ano; - Edifício sede; - Políticas públicas; - Órgão de controle; 	<ul style="list-style-type: none"> - Área do estacionamento; - iluminação; - Entorno paisagístico; - As barracas; - O entorno dos brinquedos; - Mesas e cadeias; - Subespaço - A lagoa natural, etc. 	Interação entre o espaço e a atividade, promotor dos eventos, regulador do espaço;	<ul style="list-style-type: none"> - Consiste no modo como os objetos estão organizados; - as relações; 	<ul style="list-style-type: none"> - Montagem e desmontagem de eventos em geral; - Repartição pública; - O espaço como um todo;

Fonte: Produzido pelo autor, 2018.

Territorialidade
Explícita

4.4.5.5 Quadro de Análise: Território 05 – Pela Prefeitura Municipal de BV-RR.

- **Espaço:** O Parque está inserido no Plano Diretor da cidade desde 2006, a partir da Lei 926 e a gestão municipal é responsável pela manutenção e construção de toda a infraestrutura, bem como a promoção de eventos e organização com o controle de todo o parque
- **Atividade:** A principal atividade consiste na promoção de espaço recreativo, esportivo e cultura para a zona Oeste. A prefeitura promove durante o ano uma série de eventos durante o ano, no sentido de atrair a sociedade ao uso do espaço.
- **Forma:** Diferente das outras territorialidades, os aspectos visíveis para a Prefeitura, consiste em todo o perímetro do Parque, incluindo a lagoa natural, as calçadas externas, etc.
- **Função:** Consiste nas atividades como políticas públicas, ações de regulamentação, controle e gestão sobre o Parque.
- **Estrutura:** Permite compreender as relações entre a Prefeitura, através de departamentos como a FETEC, CRAS, com a sociedade em geral: frequentadores, microempreendedores e prefeitura.
- **Processo:** Consiste nas ações, imposição no calendário de eventos, sendo agente dominante do Parque.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os parques urbanos aproximam o homem da natureza, promovendo uma integração de forma harmônica ao ambiente natural, contribuindo para modificar a dinâmica e melhorar qualidade de vida das pessoas, com uma nova visão de coletividade, sociabilidade, conceitos ambientais, culturais, promovendo as relações socioespaciais junto a natureza, despertando novos valores sociais, humanos e ambientais.

O uso de diferentes formas, realizada individual e/ou coletivamente e ainda que de forma espontânea, causa nos indivíduos a sensação de bem estar, satisfação e liberdade, facilitando as relações com outras pessoas e até a vivência e a fruição do espaço envolvente, resultando em uma prática social.

Esses atributos para os Parques Urbanos são realidades nos dias atuais em Boa Vista-RR, demonstradas no primeiro capítulo desta pesquisa, e conceituados no segundo capítulo como espaço geográfico, resultando relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Estas relações espaciais são muitas vezes contraditórias porque revelam embates de poder ou de interesse por um determinado local, sendo reflexo das relações da sociedade, espaço e tempo.

O conceito de espaço e território facilitou a leitura do objeto de pesquisa, uma vez que privilegia as relações sociais, as redes, a cultura, o cotidiano. Dessa forma, está claro a proposição da ênfase relacional ao território e entender a possibilidade de percebê-lo como dinâmico e não estático, uma vez que pontua o processo de territorialização. A partir desse conceito, entende-se que produzir e produzir espaço são atos inseparáveis e essa produção de espaço implica em compreendê-lo como categoria histórica e pode ser definido como natureza modificada pelo homem. O espaço é social e natureza; é o conjunto de formas, totalidades e conteúdo.

Portanto, compreender a (re)produção dos espaços do Parque Municipal Germano Augusto Sampaio - PMGAS em meio as territorialidades por parte dos usuários, possibilitou identificá-los e apresentá-los sob a ótica das práticas recreativas, esportivas, econômicas, políticas e culturais, influenciadas pelas características e atividades oferecidas aos frequentadores.

No caso da área econômica, fica evidente a contrariedade das relações espaciais, onde é no campo econômico que verifica-se a exploração do homem pelo

homem, dos detentores dos meios de produção e dos vendedores de força-de-trabalho. Politicamente pode-se verificar também diversos conflitos espaciais, principalmente pelo controle na segurança e em eventos culturais.

Em termos de metodologia aplicada na pesquisa, as categorias analíticas definidas mostraram-se adequadas em função dos resultados obtidos. As análises sob da forma, função, estrutura e processo, permitiram estudar os espaços em sua totalidade, de modo a contribuir com informações para futuras intervenções urbanísticas para o espaço. A técnica qualitativa permitiu compreender a produção de questões, auxiliando na análise do PMGAS.

Dessa forma, com o processo de identificação das territorialidades através da pesquisa de campo, observando determinados grupos disputando domínio pelo espaço durante o dia no Parque, a pesquisa apontou para 05 (cinco) territorialidades como: (1º) Por brinquedos infantis, localizado no estacionamento, (2º) Por vendedor de ambulância de pipocas, (3º) Por uso e venda de drogas, (4º) Por Lanchonetes no estacionamento e (5º) Por uso e domínio 'total' do Parque pela PMBV.

Nota-se que após as análises realizadas nos quadros, ficou evidente de que o espaço é um híbrido composto de *formas-conteúdos*, formas-funções, objetos-ações, processos e resultados, sendo estes, fenômenos técnicos e uma das principais condições históricas de transformação do espaço, juntamente com outros processos econômicos, culturais e políticos.

A apropriação e/ou uso do espaço público, como acontece no Parque Municipal Germano Augusto Sampaio – PMGAS, é permitida segundo critérios específicos pelo poder público que reconhecem a utilização dos estacionamentos para outros fins. Embora seja permitida a entrada generalizada, nota-se uma certa 'organização' por parte dos microempreendedores na disposição dos espaços em função de quiosques móvel, mesas, cadeiras, etc. Assim, o conceito de território torna-se prático pois é produto socioespacial de relações concretas e simbólicas, articuladas aos interesses políticos e econômicos, promovidos por um sistema altamente concentrador.

De acordo com a vivência no PMGAS e dos resultados obtidos, percebe-se, portanto que, o território, é definido a partir de três ingredientes: as redes, o espaço e o poder sendo que o exercício do poder não é concebível sem territorialidade. A concretização do território requer, necessariamente, apropriação, dominação e controle, porque inclui relações de poder presentes nas redes de circulação, comunicação e identidade.

Os resultados demonstraram Territórios no PMGAS por venda e uso de drogas localizado na *Pista de Skate* ou no *Bosque*, que são, no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades) podem formar e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido. Assim, se observou, de modo seguro, territorialidades abstratas.

Esse olhar geográfico permite contribuir para o campo da Arquitetura e do Urbanismo, um melhor entendimento da relação da sociedade com seu espaço, flexibiliza a noção do conceito de território, privilegia o cotidiano das pessoas que “vivem e consomem” a cidade. Território, nesse sentido, é uma ferramenta conceitual para entender as relações de poder que se projetam no espaço em todos os níveis e escalas possíveis.

O Parque Municipal Germano Augusto Sampaio tem sido moldado, a partir da Lagoa natural, ao longo das últimas duas décadas pelo processo de urbanização, criando e recriando espaços com múltiplas funções e usos. É também um espaço que estimulou e estimula inúmeras transformações urbanas no contexto da zona Oeste da cidade.

Assim, a pesquisa demonstrou ao final que, os parques urbanos - no caso o Parque Municipal Germano Augusto Sampaio – PMGAS, tem assumido novas formas e novos significados nas relações sociais estabelecidas nesses espaços, e que essas relações de (re)produção do espaço urbano possam ser observadas como espaços legitimadores de inúmeras transformações.

Enfim, acredita-se que este ensaio demonstrou a importância de compreender as relações socioespaciais que não são visíveis em sua totalidade e que precisam ser estudadas e analisadas por quem trabalha com as questões urbanas.

REFERÊNCIAS

- ALEX, S. **Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.
- BARROS, J. D. **História, espaço, geografia: diálogos interdisciplinares**. São Paulo: Editora Vozes, 2017.
- BENEVOLO, L.. **História da Arquitetura Moderna**. Tradução de Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BERTRAND, G. B. C. **Curitiba: R. Reaga**, n.8, 2004. p.141-152.
- BERTRAND, G. B. C. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através do território e das temporalidades**. Maringá: Massoni, 2007.
- BRAGA, R. M. **O espaço geográfico: um esforço de definição**. São Paulo: Geosp, 2007.
- CAVALCANTI, M. J. M. **Parques metropolitanos: gestão e proteção de áreas especiais**. 2005. 255 f. Diss. (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: . Acesso em: 15 set. 2018.
- CORRÊA, R. L. **O espaço geográfico: algumas considerações**. In: SANTOS, Milton (org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. **Região e organização espacial**. SP: Ática, 1987.
- _____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1989
- _____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2002. 94 p.
- _____. **Geografia: conceitos e temas**. 7a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. **Trajetórias geográficas**. 6ª ed. Prefacio Milton Santos – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- COSTA, R. C. **Áreas de Risco no Sítio Urbano de Manaus: Geossistema e Formação Social como Fundamentos de Análise**. In: II Encontro Latinoamericano de Geomorfologia. MG. Dinâmica e Diversidade de Paisagens. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- CRANZ, G. Changing roles of urban parks: from pleasure garden to open space. **SPUR** newsletter calendar, report 386, June 2000. Disponível em: <<http://www.spur.org/publications/urbanist.../changing-roles-urban-parks>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

CARLOS, A. F. ; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação (orgs.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L. B. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da cidade de Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

Costa, B. P. da. **Microterritorializações urbanas**: análise das microapropriações espaciais de agregados sociais de indivíduos same sex oriented em Porto Alegre/RS. In: Heidrich, A. L. A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ulbra; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

DE ANGELIS, B. L. D.; DE ANGELIS NETO, G. **Paisagem, turismo e planejamento urbano**. Acta Scientiarum, Maringá, v. 20, n. 4, p. 537-543, 1998. Disponível em: Acesso em: 15 mar. 2018. EBNER, Í. A. R. A cidade e seus vazios.

DAMIANI, A. L. Turismo e lazer em espaços urbanos. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo, modernidade, globalização**, 3 ed., São Paulo: Hucitec, 2002.

Diehl, A. T., Denise. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2004

DOLLFUS, O. **O Espaço Geográfico**. Tradução: Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.

EGLER, T. T. C. **“Espaço e coesão social” em Barrechea Miguel angel y Gondar, J. Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: Sete Letras. 2003a.

_____. **O espaço social na metrópole, seminário Nacional Região Metropolitana**: Governo sociedade e Território, UERJ, novembro. 2003b.

_____. **Espaço Social e Política Global**. Rio de Janeiro, UERJ, 2003-2005.

FERRARI, C. **Dicionário de urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.

FREITAS, S. M. de. História Oral: **Possibilidades e procedimentos**. São Paulo. Humanitas / FFLCH / USP. Imprensa oficial do Estado, 2002.

Galvão, A.R.G. et al. (2009). **O Território e a Territorialidade**: contribuições de Claude Raffestin In Saquet, M.A.; Souza, E.B.C de (Org.) Leitura dos conceitos de território e de processos espaciais. (pp.33-46), São Paulo: Expressão Popular.

GATTI, S. **Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto**. Coordenação do Programa Soluções para Cidades, São Paulo, ABCP, 2013. p.91

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. Tradução de Geraldo Gerson dos Santos São Paulo: Edusp, 1993.

HAESBAERT, R. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda**. Terra Livre n. 7. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002a

_____. **Fim dos territórios ou novas territorialidades?** In: Lopes, L. e Bastos, L. (org.) Identidades: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras, 2002b.

_____. **Mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004b.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. ; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de Globalização.** espaço, tempo e crítica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, ago. 2007, p. 39-52.

_____. **Identidades territoriais:** entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural á essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERT, Rogério (Org.). **Identidade e Territórios:** questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: accss, 2007, p. 93-123.

HAESBAERT, R. **Território e Multiterritorialidade:** um debate. GEOgraphia. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, mar. 2007^a, p. 19-44

_____. **Dos múltiplos Territórios à Multiterritorialidade.** In: Heidrich, Álvaro et al. (Org.). A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço. 1^a ed. Porto Alegre (RS): Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36.

_____. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2014.

_____. **Dos Múltiplos territórios a Multiterritorialidade.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 25 janeiro 2018.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo, Annablume, 2005

HARTSHORNE, R. **The Nature of Geography:** A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past. Annals of the Association of American Geographers, v. 29, n. 3-4, p. 173-658, 1939.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1969

LAMAS, J. M. R. G. Morfologia urbana e desenho da cidade. sl: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LOBODA C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. **Áreas verdes públicas urbanas:** Conceitos, usos e funções. Ambiência - Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, Guarapuava, v. 1, n. 1, jan/jun. 2017. Disponível em:

<http://www.unicentro.br/EDITORIA/REVISTAS/AMBIENCIA/v1n1/artigo%20125-139_.pdf> Acesso em: 02 set. 2018.

LEFEBVRE, H. **A natureza e o domínio da natureza**, In: _____. Introdução à Modernidade + Prelúdios. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969.

_____. **Re-produção das relações de produção**. tradução: Antonio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

_____. **Espacio y política**. Barcelona: Península, 1976.

_____. **A Vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, Editora Ática, 1991.

_____. **A Revolução Urbana. Belo Horizonte**: Editora UFMG, 2008.

MACEDO, S. S. **Espaços livres. Paisagem Ambiente**: ensaios, São Paulo, n.7, jun. 1995, p. 15-56.

_____. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo, 1999.

_____. **Paisagismo brasileiro na virada do século: 1990-2010**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Quadro do paisagismo no Brasil: 1783-2000**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2003.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço**: uma política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASCARÓ, J. L. (Org.). **Infra-estrutura da Paisagem**. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2008.

MELAZO, G. C.; COLESANTI, M. T. M. Parques urbanos: importantes “espaços verdes” na dinâmica ambiental das cidades. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 2., 2003, Uberlândia. Anais... Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003. Disponível em: . Acesso em: 10 Jul. 2017.

MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social**: Teoria, Método e Criatividade. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**. São Paulo: Fapesp, 2001.

NYSTUEN, J.D. **Identification of some fundamental spatial concepts**. In: Spatial analysis - A reader in statistical geography. B.J.L. Berry & D.F. Marble (Ed.). New Jersey, Prentice-Hall, 1968.

PANZINI, F. **Projetar a natureza**: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2013.

PANERAI, P. **Análise Urbana**. Brasília UNB, 2006

PARDAL, S. **O conceito de paisagem no projecto do Parque da Cidade do Porto**. Porto, 2006. Disponível em: <http://www.sidoniopardal.com/5_icipum.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

Plein, I.T.T. et al. (2009). **Território e territorialidade na perspectiva de Robert David Sack** In: Saquet, M.A.; Souza, E.B.C. de. (Orgs.) Leituras do conceito de território e de processos espaciais, São Paulo: Expressão Popular, (pp.47-66).

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SACK, R. D. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A Redescoberta da Natureza**. São Paulo. FFLCH/USP.1992.

_____. **Técnica Espaço Tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Hucitec, São Paulo. 1996.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp. 2008

_____. **Espaço e Método**. 5ª ed. São Paulo: Ed da Univ. de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. S, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade do século XXI. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. SP: Expressão Popular, 2007.

SEGAWA, H. **Ao amor do Público**: Jardins no Brasil. 1ª ed. SP: Studio Nobel, 1996.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Ed. Contexto, 2007. 207p.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas. A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores. 1993.

SOUZA, M. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In : Castro, I. et al. (orgs.) *Geografia : Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil. 1995.

SOUZA, M. J. L. de. **O Território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 77-116.

SCALISE, W. Parques Urbanos – Evolução, Projeto, Funções e Usos. **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v. 4, n. 1, p.17-24, 2002. Disponível em: <http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm>. Acesso em: 18 out. 2018.

SPOSITO, E. S. **Produção e Apropriação da Renda Fundiária Urbana em Presidente Prudente**. São Paulo: USP, Tese (Doutorado em Geografia), 1990

SPÓSITO, M. E. B. **A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana**. *Território*, São Paulo, n. 4, 1998, p. 27-37.

SERPA, A. **Parque público e valorização imobiliária nas cidades contemporâneas**: tendências recentes na França e no Brasil. In: X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR: ENCRUZILHADAS DO PLANEJAMENTO – REPENSANDO TEORIAS E PRÁTICAS. 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPUR/UFMG, 2003.

TEIXEIRA, M. C. **A praça nas morfologias urbanas brasileiras**. Lisboa: Livros Horizontes, 2006.

TEIXEIRA, R. S. **Análise da apropriação pelos usuários de parques urbanos**: estudo de casos na Bacia da Pampulha - Belo Horizonte, MG. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

TEIXEIRA, E. C. **Meio Ambiente, Humanização da Cidade e Saneamento – Diagnóstico**. Planejamento Estratégico Agenda 21 – 2007/ 2027. Prefeitura Municipal da Serra, 2008.

TERRA, C. G. **Os Jardins no Brasil do século XIX**: Glaziou Revisitado. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 1993.

TRINDADE Jr, Saint-Clair. Estrutura, Processo e Forma: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano. In: CARLOS, Ana Fani. (Org). **Ensaio de Geografia Contemporânea Milton Santos**: obra revisitada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Hucitec: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

VERAS, A. T. de R. **A produção do espaço urbano de Boa Vista - Roraima.** 2009. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana). Depart. de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.